EDIÇÃO DOCUMENTO

BOLETIM ABI

SUPLEMENTO ESPECIAL
Rio de Janeiro, março de 1978
ANO XXVII

ABI 70

PRESENÇA DE PRUDENTE

As variadas faces de um homem que, se a sua modéstia deixasse, poderia repetir o poema de Mário de Andrade: Sou trezentos, sou trezentos e cinqüenta.

ABRINDO CLAREIRAS NA TORMENTA

Pesquisa e texto de
CARLOS JURANDIR M. LOPES

Os primeiros momentos de Prudente à frente da ABI já ofereciam a imagem do combatente infatigável que, sem "bravatas inócuas", descobriria caminhos num tempo de medos e incertezas.

A liberdade foi o tema do primeiro pronunciamento de Prudente como Presidente da ABI, justamente na solenidade de sua posse, no dia 30 de setembro de 1975. «Defendemos a liberdade em geral, a liberdade de imprensa em particular» — disse então Prudente, para quem a luta pelas liberdades em geral e pela liberdade de imprensa em especial não exigiriam «bravatas inócuas», mas «providências capazes de surtir efeito, preservando a liberdade pessoal e profissional, sem cuja efetividade o jornalista não é jornalista e a imprensa, como um todo, deixa de cumprir a sua função social».

Demonstrando clara visão dos tempos em que assumia, Prudente iniciava sua gestão à frente dos destinos da ABI frisando que tal plataforma constituía «um dever e um compromisso com a classe». Daí em diante, nos dois anos em que foi presidente da Casa do Jornalista, ele haveria de permanecer fiel a esse compromisso. Sem jamais vacilar, sem a mínima hesitação — em atitudes firmes que muitas vezes contrastavam com a fraqueza do corpo e a saúde, que o traia — ele não deixou escapar sem resposta ou providência, sem empenho pessoal ou pronunciamento expresso, qualquer injustiça, qualquer arbitrariedade, a mínima restrição à liberdade de imprensa. Fraco, muitas vezes já sem saúde para tanto, era um homem de férrea decisão e assombrosa estatura que todos os dias deixava, quase sempre tarde da noite, o Edifício Herbert Moses.

«A liberdade é o nosso clima — disse ele, ainda na da posse — «é o ar de que precisamos respirar para viver». E o repetiria muitas vezes ao cabo dos dois anos em que se converteu num dos mais intransigentes combatentes contra o arbítrio e num dos mais empenhados adversários da Censura. Em suma: num dos mais bravos defensores da liberdade que a imprensa brasileira conheceu em toda a sua História.

NAS CARTAS, SUA TÊMPERA

Ao assumir, ele manifestara também seu «receio de não poder corresponder ao que a ABI está no direito de reclamar dos seus dirigentes». Nunca um receio terá sido mais infundado. Apenas duas semanas depois de empossado, os associados teriam a primeira medida da sua têmpera. Em duas cartas ao ministro da Justiça, Armando Falcão, o presidente da ABI protestava energicamente contra as restrições impostas aos jornais **Tribuna da Imprensa, Movimento, Pasquim** e **Opinião**. «O Governo verifica a conveniência» — dizia ele num dos documentos — «de rever a atual política de censura à imprensa, cuja liberdade é princípio básico fundamental».

«O poder público tem mais a temer do silêncio forçado do que do debate livre e criador» — prosseguia Prudente, colocando a ABI à frente da luta pela liberdade de expressão no País. Na carta enviada a Falcão a propósito da censura a Tribuna da Imprensa, o presidente da ABI alertava-o quanto aos princípios fundamentais sobre os quais se erguera o patrimônio dos jornalistas e salientava que esta seria, como de fato foi, a diretriz a ser seguida toda vez que o poder discricionário atingisse tanto os jornais quanto os jornalistas.

Assim, quase o mesmo teor teria a carta enviada ao ministro da Justiça após uma reunião de Prudente com os dirigentes dos principais jornais atingidos pela censura. De forma ainda mais incisiva, o presidente da ABI afirmava não poder a entidade conformar-se com as providências oficiais no sentido de silenciar os órgãos de imprensa. «Temos a convicção de que, mesmo nos termos dos poderes excepcionais de que se acha investido o Governo, o poder de censura não abrange o de impor sigilo compulsório quanto à situação do órgão censurado.» Prudente se referia ao fato de os censores ameaçarem com «sanções mais rigorosas» os jornais que denunciassem as arbitrariedades de que estavam sendo vítimas: os censurados não podiam sequer denunciar que estavam sob censura.

Também o então comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Melo, recebeu correspondência de Prudente no sentido da libertação dos jornalistas Marinilda Marchi e Sérgio Gomes da Silva, presos em São Paulo. E o desaparecimento de outro jornalista, Orlando Bonfim Júnior, creditado aos órgãos de segurança, mereceu igualmente atenção especial de Prudente: ele enviou outra carta a Falcão no sentido de que fosse dada à família de Bonfim a oportunidade de entrar em contato com ele, bem como que lhe fosse assegurada a assistência de seu advogado. O ministro não respondeu. Fez-se silêncio, para sempre, sobre o destino de Bonfim.

O espocar dos fatos, como o clamor de canhões numa batalha, haveria de despir a imagem de homem tranqüilo, elegante no vestir e no falar, de boêmio e poeta — a imagem que muitos ainda tinham de Prudente. À frente de uma entidade que se colocava, de forma desassombrada, contra a arbitrariedade que mantinha a imprensa sob sua alça de mira, Prudente revelou o lidador infatigável que havia nele. E num angustiante fim de semana de outubro chegou a notícia da morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI do II Exército.

Prudente recebeu a notícia em seu escritório e ali mesmo definiu o rumo que a Casa adotaria diante do brutal episódio. A ABI foi a primeira instituição de jornalistas a se solidarizar com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e não se limitou a um protesto platônico: dirigiu mensagem ao comandante do II Exército, pedindo a apuração rigorosa do caso. Os documentos emitidos pela entidade dos jornalistas refletiram a inquietação que se espalhou por toda a classe diante dos fatos. A morte de Vladimir Herzog colocava a ABI na vanguarda da luta pela reconquista das liberdades públicas no País, numa premonição do sentimento que, meses depois, dominaria toda a Nação.

Reunido um dia após a divulgação da morte de Vlado, o Conselho Administrativo da ABI considerava as condições do desaparecimento do jornalista e a prisão de outros profissionais em São Paulo «o cerceamento da liberdade de Imprensa no País». O Conselho decretou luto oficial por oito dias, com bandeira a meio-pau, e se declarou em sessão permanente até o esclarecimento das ocorrências. No ofício ao general Ednardo D'Ávila Melo, dizia Prudente que o anunciado inquérito para apurar a morte do jornalista «não produzirá, a nosso ver, o efeito que todos desejamos, se não for acompanhado pelo Ministério Público da Justiça Militar e com o acesso da Imprensa às diligências e depoimentos decorrentes das investigações». Todos esses documentos levavam a marca de Prudente. E ele não errou no vaticínio: a morte de Herzog foi apresentada oficialmente como «suicídio».

«O abalo causado pela morte de Vladimir Herzog a toda a opinião pública nacional não cessará até que tudo não seja esclarecido» — disse Prudente durante a sessão do Conselho. E o que aconteceu depois, e de certa forma o que ocorre até hoje no País, mostra a justeza daquela avaliação. Além do fato que então a todos comovia mais diretamente, a visão amadurecida do presidente da ABI, ainda naquela sessão do Conselho, levava-o a comentar e relacionar todos os demais atentados sofridos pela imprensa e pelo pensamento nos últimos anos. No documento enviado ao general Ednardo, Prudente fazia referência a outros jornalistas ainda presos e reforçava a apreensão da entidade quanto a seu destino, além de frisar que as prisões haviam sido efetuadas sem o cumprimento dos preceitos legais.

O PRESIDENTE DE TODOS

Estava a ABI no cerne da crise que se seguiria, acompanhando passo a passo o desenrolar dos acontecimentos — e, nisso, apenas espelhando os anseios de todos os jornalistas, refletidos, também, em pronunciamentos e atos de seus órgãos de classe de praticamente todo o País. Quando a Cúria Metropolitana do Rio cancelou a missa que seria rezada dias depois na Igreja de Santa Luzia em memória de Vladimir Herzog, a ABI realizou ato público no seu auditório, satisfazendo uma aspiração dos jornalistas cariocas.

O ato público acompanhava o que, naquele momento, estava se realizando na Catedral da Sé, em São Paulo. Após breve manifestação de Prudente, seguiram-se dez minutos de silêncio, com o auditório inteiramente lotado. Da mesma forma como estava acontecendo nas proximidades da Igreja de Santa Luzia, contingentes de policiais postaram-se nas imeditações da ABI, observando a movimentação dos que chegavam à entidade ou dela saíam após o ato público.

Uma semana depois, Prudente de Moraes, neto, estava em São Paulo, visitando várias redações de jornais e revistas paulistas e também a sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, onde foi recebido por seu presidente, Audálio Dantas. Esteve também com o Cardeal D. Paulo Evaristo Arns e o governador Paulo Egydio, este no Palácio Bandeirantes. Ao vê-lo, D. Paulo abraçou Prudente emocionado: «Meu presidente!» — exclamou.

Também em São Paulo, o presidente da ABI haveria de ouvir, como testemunha, o depoimento prestado pelo jornalista Rodolfo Konder após ser libertado. Ele havia sido preso um dia antes de Vladimir Herzog, a 24 de outubro. Num relato de 11 páginas, o jornalista contou seus momentos na prisão e os rápidos contatos que então teve com Herzog. Além das torturas por que passou nas dependências do DOI-CODI, Konder contou que ouvia os gritos de Vladimir, também «interrogado» em outra sala.

REPETINDO MOSES

As violências contra jornalistas recrudesceram a partir de março de 1976, com as prisões do fotógrafo Luiz Paulo Machado e do redator Maurício Azêdo, entre outras pessoas acusadas de crimes políticos. Dezenas de outros jornalistas foram «convidados» a depor no Rio, o que novamente gerou intranqüilidade no seio da classe. A ABI, que se preparava para festejar, com um almoço aos associados, a passagem dos seus 68 anos, acompanhava atentamente os acontecimentos. No almoço, reunidas cerca de 300 pessoas no hall do 9.º andar do Edifício Herbert Moses, Prudente haveria de fazer outro candente pronunciamento sobre a luta da entidade.

— Sempre que a liberdade de imprensa foi restringida — disse então o Presidente da ABI — ou que um jornalista se sentiu ameaçado, Moses jamais lhe faltou com a sua solidariedade e com o apoio unânime desta Casa.

Assim Prudente abriu seu discurso, visivelmente emocionado. Por trás de suas palavras, todos sentiam a presença dos perigos que rondavam jornais e jornalistas. As prisões recentes de jornalistas, as ameaças a outros, avivavam a lembrança dos episódios de São Paulo, a morte de Vladimir Herzog.

«Nós jamais nos preocupamos em saber» — prosseguiu Prudente — «o que pensa um jornalista, a sua tendência, a sua associação. Isso, para nós, não tem a menor importância. Quando alguém se associa a esta Casa, não lhe perguntamos o que pensa, mas apenas se exerce a profissão.»

Demoradamente ovacionado pelos presentes, Prudente teve que interromper-se várias vezes. Outras ocasiões, a emoção o impedia de continuar, e então os aplausos substituíam o som da sua voz no amplo hall. «Os jornalistas que se sentiram ameaçados nos anos em que ele (Herbert Moses) dirigiu esta Casa, jamais deixaram de contar com a sua solidariedade.» Interrompido mais uma vez pela própria emoção, Prudente ouviu, a cabeça inclinada ao peito, a ovação prolongada dos jornalistas presentes: suas palavras não constituíam um pronunciamento protocolar, mas resumiam toda a luta de uma categoria profissional, ao longo dos anos, para se firmar e cumprir o seu papel na sociedade brasileira.

— A ABI jamais se afastará dos ideais que inspiraram sua fundação — finalizou. — Amigos, companheiros muito obrigado.

TEMPO DE ANGÚSTIA

O **Boletim ABI** de março/abril publicava o relatório das atividades da diretoria no período de março de 1975 a abril de 1976, encerrando seu mandato. Em sua exposição perante a Assembléia-Geral, Prudente disse que os últimos acontecimentos que haviam atingido a imprensa desde outubro do ano anterior haviam forçado a entidade a enfrentar, além das tarefas administrativas e do propósito de rejuvenescimento do quadro social, «os problemas transitórios, agudos e angustiosos, que acometeram a imprensa e seus profissionais a partir de outubro último».

— Viram-se numerosos jornalistas envolvidos em inquéritos policiais-militares já em andamento — disse o presidente da ABI, depois de referir-se ao agravamento da Censura em todo o País e do cerceamento ao trabalho da imprensa. — Detidos e encarcerados, muitas vezes sem a observância das exigências legais, mas ao contrário, com a evidente infringência de elementares princípios de direito, criou-se para a classe dos jornalistas uma situação de constantes sobressaltos e permanente angústia, arrastados que eram uns pelos outros a depoimentos extorquidos sob a violência e sem a menor garantia para os detidos de sua integridade física e moral.

Após relembrar os acontecimentos de São Paulo — «sabe-se a que extremos chegaram os desrespeitos à pessoa humana» —, Prudente relatou seus contatos com representantes do Governo, tanto para colher informações sobre jornalistas presos quanto para reivindicar, em nome da classe, a suspensão da Censura e a libertação dos prisioneiros. Assim, ele esteve em Brasília com o ministro Armando Falcão, e se dirigiu diversas vezes aos comandantes do I e II Exércitos, além de governadores e secretários de segurança. Enquanto durou a incomunicabilidade dos jornalistas Maurício Azêdo e Luiz Paulo Machado, Prudente manteve contatos diários com o comandante do I Exército. Quando percebeu que tais contatos já não garantiam a integridade física de Maurício Azêdo, conselheiro da Casa, o presidente da ABI negociou a sua transferência para outro setor mais ligado diretamente ao Comando, e ali foi visitá-lo, para saber de seu estado.

Em Brasília, além de Falcão, Prudente esteve na Câmara e no Senado, onde conversou com as lideranças políticas dos dois partidos para expor os pontos de vista sustentados pelos jornalistas. Um telegrama de Prudente a Falcão, pouco antes da visita, já adiantava o assunto que seria tratado: as prisões de jornalistas em diversos Estados, diante das quais o presidente da ABI se confessava apreensivo. Prudente comunicava ter a ABI tomado conhecimento da prisão do jornalista Paulo Cavalcanti, no Recife, e pedia providências para o esclarecimento do fato, ressaltando que as arbitrariedades estavam constrangendo a classe.

Esses primeiros meses definiram a linha e os gestos de Prudente à frente da ABI. Sua firmeza, liderando o sentimento e a ação da comunidade jornalística do País, abriu clareiras e caminhos em meio à tormenta. A procela não cessou de todo. Quando isso ocorrer, e se espera que seja em breve, há-de crescer o relevo desse homem que modestamente proclamou um receio que a vida demonstraria ser infundado: o de não corresponder à missão que seus contemporâneos lhe cometeram numa hora de medos e incertezas.

Artigos, reportagens, depoimentos, poemas, pesquisas, opiniões AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO • ALBERTO DAU • ANCELMO R. GOES • AUGUSTO RADEMACKER • AUSTREGESILO DE ATHAYDE • BARBOSA LIMA SOBRINHO • CARLOS CASTELO BRANCO • CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE • CARLOS JURANDIR • DOMINGOS MEIRELLES • ERNÂNI DO AMARAL PEIXOTO • FERNANDO SEGISMUNDO • FERREIRA GULLAR • DOM GERALDO DE ÁVILA • HÉLIO SILVA • ILMAR DE CARVALHO • LOPO ALEGRIA • LOURENÇO DANTAS MOTA • LUCIANO MARTINS • LÚCIO COSTA • MANUEL BANDEIRA • MARÇAL VERSIANI • MARCOS DE CASTRO • MARIA AMELIA MELLO • MÁRIO DA CUNHA • MAURÍCIO AZÊDO • MITRE • ODYLO COSTA, filho • OSCAR NIEMEYER • OTTO LARA RESENDE • PEDRO NAVA • PETRÔNIO PORTELLA • POMPEU DE SOUZA • PRADO KELLY • RAIMUNDO FAORO • RAUL AZÊDO NETTO • RONALDO BUARQUE • SEBASTIÃO PEREIRA BATISTA • SÉRGIO BUARQUE DE HOLLANDA • SÉRGIO CABRAL • SOBRAL PINTO • STEFAN BACIU • TRISTÃO DE ATHAYDE • VILLAS-BÔAS CORRÊA. Coordenação e edição de Maurício Azêdo • Planejamento gráfico de Fichel Davit Chargel e Sílvio Marinho.

Prudente jurista

Três ensaios em torno do AI-5

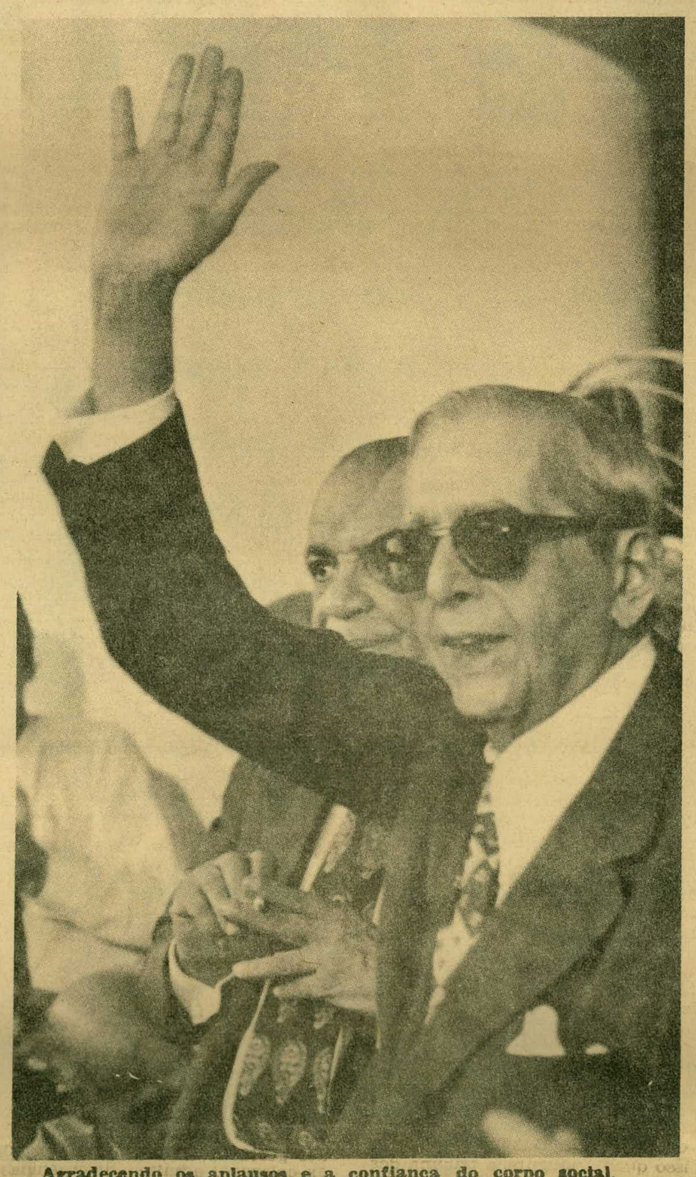
EM fins de agosto de 1975, pouco antes de ser eleito presidente da ABI, para suceder a Líbero Oswaldo de Miranda, Prudente de Moraes, neto, elaborou para «O Estado de São Paulo» uma série de artigos em que dissecou a essência da legislação excepcional vigente no País, em particular o Ato Institucional n.º 5, por ele classificado de antilei, expressão da antimatéria jurídica e do qual resulta o anti-regime. Apesar da dimensão que depois assumiram, esses artigos não constituiam um trabalho especial: fluíram naturalmente, em seqüência a outros que Prudente redigia com sua letra bem talhada com a naturalidade de quem desenvolve uma tarefa comum da rotina jornalística — a sua rotina. O que lhes deu significação especial foi seu peso doutrinário: eles revelam o extraordinário pensador que era Prudente, com seu rigor no exercício da lógica, a profundidade na análise da doutrina e na exegese da lei, o domínio seguro da língua, que lhe dava a faculdade de escrever singularmente bem. E com uma característica toda sua: sem prejuízo do requinte do estilo nele muito pessoal até na forma de emprego das vírgulas, Prudente incorporava à exposição, sem ferir a fluência nem a qualidade literária do texto, termos de gíria, expressões regionais, ditos populares e imagens vividas, como aquela em que, num dos artigos, evoca um ferino comentário de Oswald de Andrade — seu amigo fraterno — a propósito da mudança do nome do Largo da Sé para Praça da Sé. Em mais de um ponto, ele denuncia o conhecimento íntimo da velha malandragem carioca, como ao figurar a redação sintética que o AI-5, instrumento de fato, a seu ver poderia ter: «Artigo 1.º — A Revolução continua. Artigo 2.º — Alguma objeção?».

Na riqueza de imagens de simplicidade a que não estão acostumados os juristas, Prudente revelava também a extrema versatilidade de sua curiosidade intelectual. A teoria das antileis, com as correspondentes categorias antimatéria e anti-regime, parte de uma ilação extraída de conceitos da Física, campo não muito propício a juristas, geralmente embasados numa formação humanística que exclui incursões no campo das ciências exatas. É na Física, também, que Prudente vai buscar a figuração e a adjetivação para as leis especiais dominantes — a «legislação lunar» — e neste ponto alia a rigidez da comparação de travo científico um ferino «double-sens». E não apenas a Física o impressionava: ao encerrar a série de artigos, o jurista Prudente desce às raízes populares, para pinçar da linguagem da umbanda o dito capaz de reafirmar a incompatibilidade entre as leis e as antileis.

A significação política desses trabalhos de Prudente já foi realçada por políticos e jornalistas, entre eles seu querido amigo Carlos Castello Branco, que mais de uma vez se apoiou na teoria das antileis, citando o autor, para relatar as chamadas dificuldades institucionais que o País vive. Menos de dois anos após a admirável análise de Prudente, a principal cidadela do sistema, pela voz de seu chefe, admite a existência das antileis — as leis de exceção, como a elas se referiu o Presidente da República. Morto embora, Prudente ainda influi com a força de seu pensamento na busca dos novos destinos nacionais.

Os textos a seguir foram publicados pelo «Estado» em 2, 9 e 16 de setembro de 1975. Aqui se restabelece a ordem com que deveriam ter sido publicados, pois primitivamente, por um erro de edição, como esclareceu o jornal em nota da redação, é o trabalho «Teoria das Antileis» que fecha a série, e não «Legislação Lunar», ao contrário do que aconteceu na primeira publicação.

Em São Paulo, com Audálio: solidariedade no caso Herzog



Agradecendo os aplausos e a confiança do corpo social.

Com Barbosa, na posse

Com Augusto Rodrigues, velho amigo.

1 Essência do AI-5

NA DEFESA do cidadão contra os Poderes — assunto a que o admirável Alain dedicou, há algumas décadas, um estudo profundo e sempre atual — há de se observar, como em todas as lutas, o conhecido princípio geral de estratégia que condena o desperdício de esforços inúteis, na tentativa de sustentar posições perdidas. Mais vale reservá-los para a sustentação das outras, as que ainda possam salvar-se. O sábio preceito, entretanto, não tem sido suficientemente lembrado, na discussão do tão controvertido AI-5.

Discussão, "data venia", mal conduzida, mesmo por alguns mestres eminentes do pensamento político e do pensamento jurídico do País, que, salvo engano de nossa parte, não têm situado e interpretado devidamente a natureza e a função do referido Ato. Os juristas tendem a classificá-lo como um decreto-lei de hierarquia institucional e nesses termos lhe analisam os dispositivos, julgando-os por oposição e contraste com os remanescentes da ordenação constitucional que todos admitimos deva ser perpetuada, no que hoje é costume chamar de "modelo" institucional brasileiro. Nosso modelo é o tradicional, que há quase um século nos rege, com as modificações e adaptações sugeridas pela vivência dos nossos problemas e as exigências dos novos tempos, que fizeram aflorar tantas dificuldades.

Os próprios autores do famigerado diploma em debate são os maiores responsáveis pelos desvios ocorridos no trabalho do seu entendimento. Foram eles que deram a "deixa" para as interpretações menos compatíveis com a realidade, ao revestir da toga seus mandamentos, que são da espada. Essa condição modifica-lhes substancialmente a natureza e o alcance, como deve modificar a reação suscitada. Aumentando a confusão a respeito, o Ato não se mantém no mesmo nível, em toda sua extensão. Seu perfil é de cordilheira, com picos e quedas de nível — o que, aliás, ocorre e é comum em qualquer tipo de diploma legiferante.

De fato, na elaboração de uma lei, uma vez determinado o plano mais elevado a que atinge, e que dará ensejo à questão da verificação de poderes para sua elaboração, pode o legislador permitir-se baixar a níveis inferiores, traçando normas que se situam em outros patamares da hierarquia legal. Assim, pode acontecer que uma lei, mesmo constitucional, contenha dispositivos do nível da legislação ordinária ou mesmo do nível regulamentar. Esses dispositivos híbridos gozam formalmente das prerrogativas do nível mais elevado, mas nem por isso mudam de natureza. Sua categoria mais elevada é um acrescido que sempre será preciso considerar e respeitar, mas nem por isso deixa de ser artificial.

O AI-5 é um Ato Institucional, porque foi expedido, baixado, editado no uso e exercício do poder institucional. E quanto basta para caracterizá-lo. Sua plena eficácia decorre do clássico e sábio princípio ao "manda quem pode, quem não pode se sacode". Foi com o espírito posto nesse douto pensamento que o legislador elaborou o AI-5, imprimindo-lhe o cunho de loquacidade que os assinala e o levou a deitar regras dispensáveis, que são as que geram confusão no esforço interpretativo chegando a eriçar o pelo dos hermeneutas mais ilustres.

Se outra fosse a disposição de espírito do legislador e ele quisesse dizer tudo em poucas palavras, enfeixando o máximo de conteúdo no mínimo de formulação verbal, o AI-5 teria tido outra redação. Esta, por exemplo: "— Art. 1.º — A Revolução continua". No Art. 2.º, em vez da clássica revogação das disposições em contrário (desnecessária e até descabida, no caso) seria aconselhável uma total inovação na técnica legislativa: uma disposição que não seria propriamente uma disposição; uma disposição — se assim podemos dizer — interrogativa. Para melhor se ajuizar do sentido e do efeito dessa interrogação, vale a pena repetir o art. 1.º, que é breve. O Ato, completo, ficaria assim:

"Art. 1.º — A Revolução continua.
Art. 2.º — Alguma objeção?"

Qualquer coisa que se pretenda acrescentar ou retirar a este que é o evidente conteúdo do AI-5 não faz sentido e não pode prosperar. Nem mesmo o que o próprio legislador inadvertidamente lhe adicionou. Contudo, o texto, como foi redigido, permite-nos empreender algumas indagações e pesquisas que talvez possam conduzir a uma formulação teórica não desprovida de interesse doutrinário. É o que tentaremos, da próxima vez.

Até lá, voltemos ao princípio de estratégia referido no início deste artigo. Não parece, diante do exposto, que o esforço despendido em combater o AI-5 é dos que mais conviria reservar para aplicação mais útil? Temos a impressão de que a resposta afirmativa se impõe. Antes mesmo de formular a teoria que supomos mais adequada à verdadeira conceituação jurídica do AI-5 — formulação que este final de artigo já não comportaria — podemos dizer que, de qualquer modo, os frustrados ataques, tão freqüentemente dirigidos contra o Ato, além de condenados, estrategicamente, por improfícuos, não têm sido bem concebidos e planejados. Mesmo as operações perdidas devem ser articuladas de modo que atinjam ao menos alguns pontos vulneráveis.

2 Legislação lunar

AS Constituições são os Estatutos Nacionais que regem e ordem a vida social, a conveniência dos indivíduos, em determinado país juridicamente organizado. As Constituições estipulam, em síntese, «sob que condições quem pode o quê». O «quando», o «como», o «por quanto tempo» não precisam ser especialmente mencionados aqui, por estarem compreendidos na cláusula «sob que condições», que abrange todas essas circunstâncias. Segundo a concepção republicana, e democrática, o poder de fixar essas normas e estatuir sobre a vida do grupo social emana do povo, que o exerce e realiza através de uns tantos mecanismos técnicos destinados a operar a cristalização da sua vontade — a começar pelo modo de desprendê-la de um complexo, por vezes bastante intrincado, de manifestações em conflito. Não há maior dificuldade nisso, pois a mecânica social parece encontrar modelo adequado na Física.

Uma vez erigidas em Constituição, as normas adotadas para reger a vida de uma Nação aspiram, naturalmente, à perpetuidade, embora sabendo que são suscetíveis de modificação. Como o amor, na linguagem do poeta, elas serão imortais... «enquanto durem». Nessa expectativa, costumam adotar duas atitudes e dois tipos de providências que podem parecer contraditórias, mas, na verdade, são complementares: por um lado, afirmam-se permanentes, armando sólido arcabouço para garantir a própria perpetuidade; por outro, não podendo ignorar que a vida é um processo de constante adaptação, tratam de prever e regular o modo pelo qual poderão elas próprias adaptar-se ao imprevisto — exatamente para sobreviver. Com esse objetivo, costumam elas, ainda, distinguir o que lhe é essência e deve ser imutável (os princípios fundamentais, a concepção filosófica em que se baseia a «alma» da construção que representam), deixando margem à possível modificação do que não deva afetar essa essência e esses princípios. Em suma, discriminam entre os anéis e os dedos, a fim de que só os primeiros possam ir-se.

Não obstante, há momentos históricos, há conjunturas políticas, há situações sociais, em que se dá a ruptura do sistema, ou ele entra em curto-circuito, ou, numa palavra, «pifa», não funciona e acaba por sair do ar. Torna-se imprescindível revê-lo, repará-lo, reformá-lo, talvez substituído por outro, novo, não menos aspirante à perpetuidade, nem menos sujeito às vicissitudes do tipo das que provocaram a parada cardíaca do seu antecessor. Entre o funcionamento dos dois sistemas, ou seja, entre a vigência das duas Constituições, há um hiato que é preciso preencher de algum modo, pois também nesse período os indivíduos vivem, trabalham e a Sociedade se mantém. E' pois indispensável suprir a falta do sistema permanente, pela instalação de um sucedâneo, que permita ir atamancando soluções de emergência, enquanto a nova Constituição não vem.

As soluções de emergência constam de uma ou mais leis sumárias, elaboradas por um Poder igualmente de emergência, um Poder erigido «par droit de conquête» e, portanto, situado acima da questão de legitimidade, sempre oponível ao que se exerce «ex vi legis», nos períodos de normalidade das instituições. Na hipótese que consideramos, não há isso: alguém ou alguns está ou estão «com as ordens», por força da conquista do Poder. Com essa força é que legislam, ditando como se devem passar provisoriamente as coisas, enquanto novo sistema não as regular de forma que assegure às instituições o clima necessário à sua autonomia de vôo e que lhes seja propício à vida e ao desenvolvimento com seus próprios recursos.

Essas leis que tudo regulam sumariamente e podem ser aditadas por outras, fundadas no mesmo poder, são institucionais, porque institucional é o seu nível hierárquico, já que regulam a vida e o funcionamento das instituições sobreviventes, passando atestado de óbito a outras, que se julguem incompatíveis com os propósitos dos novos detentores do Poder. Elas exercem a função de breves Constituições provisórias, de Constituições «ad hoc», transitórias e de emergência. Chamavam-se, outrora, «Leis orgânicas», hoje chamam-se «Atos Institucionais». Mas, «é a mesma coisa», como dizia Oswald de Andrade, da mudança do nome de Largo para Praça da Sé.

Os Atos Institucionais são, portanto, «Constituiçõezinhas provisórias e de emergências, outorgadas por um Poder cuja legitimidade para a outorga está fora de discussão — o que elimina igualmente a questão habitual da possível invalidade de tais Atos, por excesso de poder. Todas estas considerações são rudimentares e pouco menos que óbvias. Contudo, convém relembrá-las para pôr em evidência uma outra, que, às vezes, se deixa ficar esquecida: a inversão da ordem dos fatores, que, no caso, não é indiferente, porque se trata de uma seriação genética e não de uma operação abstrata e intemporal, como as da matemática.

De fato, nas situação constitucionais, os poderes que os órgãos e agentes do Estado exercem, a qualquer momento e propósito, decorrem da Lei, da chamada Lei Magna, ou Constituição, que emana do Povo, por mecanismos técnicos mais ou menos satisfatórios, mas, em princípio, indiscutíveis. A Lei, portanto, cria Poderes, institui procedimentos, define, confere, modifica, limita atribuições, podendo ser oposta, como supremo argumento, a toda e qualquer ação seja de quem for, que se mostre discrepante dos seus mandamentos. Nos interstícios constitucionais, regulados por Atos Institucionais de emergência, pelo contrário, a Lei não é fonte do Poder e sim seu efeito e resultado. O Poder e sua fonte estão alhures: a Lei simplesmente lhes reflete os mandamentos, que nos chegam, por seu intermédio, como luz fria.

No sistema que integram, os Atos Institucionais transmitem-nos esses reflexos lunares de uma força que não geram, mas apenas recebem de outra fonte, exatamente para retransmiti-la. As imagens que assim projetam, em ricochete, são fantasmagóricas.

Atirar-lhes pedras é como apedrejar uma sombra, ou uma imagem projetada na tela ou no «vi-

3 Teoria das antileis

OS atos institucionais constituem uma «legislação lunar» — dizíamos em artigo precedente. «Lunar», porque não está neles, e sim alhures, a verdadeira fonte do direito que se limitam a refletir e retransmitir tal como o recebem. Seu eventual desaparecimento, mantida a fonte, não importaria em modificação apreciável. Temos a assertiva por axiomática, mas, se o leitor não entender assim, vamos a um exemplo que parece indiscutível: o do próprio AI-5. Esse ato, como todos sabemos, foi editado quando já se haviam exaurido os efeitos dos atos anteriores, que apenas sobreviviam nas repercussões futuras de certas medidas que haviam semeado, para colheita ulterior. Boa ou má, pouco importa. Subsistia, porém, a fonte de todos eles. E foi dessa fonte que emanou o AI-5, assim como havia emanado os anteriores.

Fora, aliás, o que já ocorrera com o AI-2 e, no mesmo sentido, muitos outros exemplos poderiam ser citados, tomados à História de vários países. Vale mencionar um, da nossa própria História contemporânea, que parece contradizer a tese, mas, na verdade, a confirma: o da nossa Constituição de 1934. Seja-nos permitida, a propósito, uma evocação pessoal:

Prudente de Moraes Filho, que era espírito clarividente, por vezes dotado de surpreendente visão metalógica, naquele 16 de julho da promulgação da 2.ª Constituição Republicana (3.ª se contarmos a reforma Bernardes), continha, a ducha fria, os ardores constitucionalistas de seu próprio filho, com a seguinte observação lacônica:

— Esta Constituição está vindo antes de tempo. Não vai durar.

Durou, a bem dizer, ano e meio, se tanto, pois, decretado o estado de guerra, sem guerra, estava virtualmente encerrado o «intermezzo» constitucional. E' de notar que o vaticínio vinha de alguém que havia colaborado na elaboração do anteprojeto dito «do Itamaraty», como havia contribuído decisivamente para a formação da nossa primeira jurisprudência eleitoral. Não exprimia uma inclinação: era um prognóstico. Se foi confirmado, embora, no caso, não se tratasse de mais uma experiência de legislação lunar, é que a supressão do satélite, para estabelecimento da transmissão direta, tendo sido, efetivamente, prematura, deu ensejo à formação de um sistema bifocal, em que o foco espúrio prevaleceu sobre o legítimo e o absorveu. O fato é que o poder não se dissocia de sua fonte e só muda de rumo quando uma seca, para brotar outra. Se transmite através de satélite, não cabe senão preparar nosso banho de lua e contemplar a paisagem sob o reflexo lunar.

Tratar a esse reflexo como luz direta, eis o que não faz sentido. O mundo, como nos é dado vê-lo, desdobra-se em imagens de Chirico, em fantasmagorias que não podem, sequer, aspirar à condição do real. Elas não são materiais. Pelo contrário. São a antimatéria, a antimatéria jurídica; seu ordenamento se faz e só pode fazer-se por antileis. Para evitar o choque aniquilador entre matéria e antimatéria jurídica, há, entre as duas, a transição de um aviso, que soa como clarim de arauto, prevenindo: «Eis que vamos editar nossas antileis». E estas entram em ação, no campo que lhes é próprio, da antimatéria jurídica. Providências a adotar? Precauções recomendáveis? Apenas o gauchesco «te cuida», para prevenção de acidentes, e, «data vênia», uma respeitosa sugestão aos juristas de alto coturno: não tomar a nuvem por Juno, nem por matéria jurídica a antimatéria das antileis. Resistir, principalmente, ao impulso de misturá-las, as negativas com as positivas — como tanto se tem falado em tentar — o que, inevitavelmente, negativaria tudo, ao primeiro atrito, por arrasadora explosão.

Confinadas no campo que lhes é próprio, as antileis deixam margem de sobrevivência à matéria que as leis ordenam e regulam. Contentam-se com sua condição de antimatéria, mais do que suficiente para intranqüilizar toda a nossa grosseira realidade material. Pisemos com pés de lã, nas suas cercanias — não vá ela nos estranhar e, de subito, explodir. Ela é bem clara em todas as suas intenções. Tem lá seu regime, dela, que não deve — nem pretende — enganar a ninguém. Nós é que podemos confundir-nos, não é ele que nos confunde. Pelo contrário, mostra-se tal como é, em sua anatomia e em sua robusta compleição.

Resta-nos dizer que, da antimatéria jurídica, regida por antileis, resulta um anti-regime, ao qual só transitoriamente podemos afazer-nos. A transitoriedade é o seu segredo. Pode servir-lhe, mesmo, como elixir de longa vida — e já vimos que esse elixir é bastante eficaz. Não diremos que se apresente como solução calmante, mesmo em termos provisórios e de emergência. Todavia, sabemos, por experiência própria e por observação da experiência alheia, quanto é possível, ao provisório, durar. Dura, mas como e enquanto provisório, que é a marca ou o marco dos domínios do anti-regime das antileis. No momento em que pretendesse declarar-se permanente, invadiria o domínio do seu contrário, provocando o choque, a explosão atômica e o aniquilamento geral.

O grave defeito da antilei AI-5 é exatamente tentar a mistura e confusão desses dois domínios, que exigem, pelo contrário, rigoroso isolamento, para evitar efeitos catastróficos — o que só se tem conseguido graças à manipulação cautelosa da antilei, que tem funcionado à moda das experiências atômicas, feitas em condições e locais escolhidos para que os danos e riscos sejam toleráveis, ou assim pareçam.

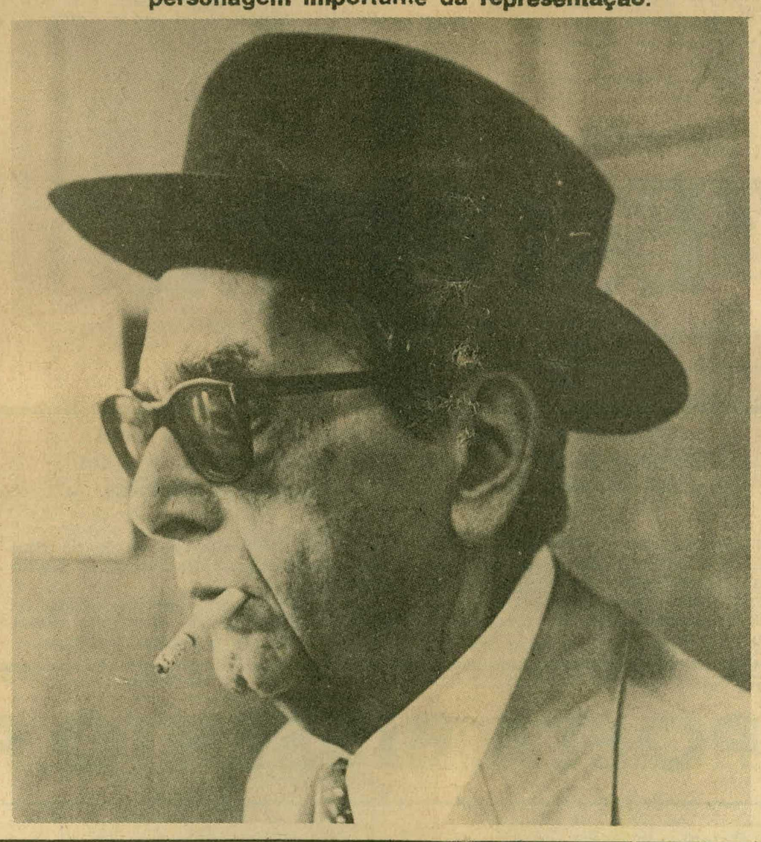
O essencial é mantê-los, os domínios da lei e das antileis, em universos estanques, incomunicáveis, para que a discriminação entre eles seja perfeita e se possa distinguir, como no clássico ritual das macumbas: «O que é de bênção, a bênção; o que é de boa-noite, boa-noite.»

Prudente repórter

A CONSTITUINTE DE 1946

Ancelmo R. Goes

Cronista parlamentar do Diário Carioca, Prudente acompanhou os trabalhos da Constituinte de 1946. Como repórter, via os atores da grande função, as teses em debate e, também, o povo que ocupava as galerias e se tornava personagem importante da representação.



FINALMENTE, a Constituinte deixou de ser uma palavra escrita nos muros, como nome feio, palavra de ordem que, na verdade, nem sempre traduzia o verdadeiro desígnio dos que a propunham. Desde ontem, às 11 horas, a Constituinte é uma realidade, a realidade por que ansiavam todos os brasileiros, e que tinha que vir.

Com essa introdução o antigo **Diário Carioca** dava início, no dia 2 de fevereiro de 1946, a uma coluna de cobertura diária dos trabalhos parlamentares da Constituinte de 46: **Da Bancada da Imprensa**, que além de transmitir ao País o dia-a-dia e as emoções daquela experiência democrática de invejável memória, revelava um novo e vibrante jornalista político: Prudente de Moraes, neto. Atento a tudo, ele registrava:

«Estavam repletas as galerias do Palácio Tiradentes ao ser aberta a primeira sessão preparatória da Constituinte. Em torno das poltronas, comprimia-se, ainda, muita gente em pé — como nas viagens de ônibus. O ambiente era beatífico: sonho ou visão, ali estavam os representantes, os mandatários da soberania popular. Aqueles a quem competirá restabelecer plenamente e o regime democrático, no no País sequioso de democracia.» (DC, 3-2-1946.)

A coluna não trazia o nome do autor (embaixo do título vinha escrito apenas «Do Cronista Parlamentar do **Diário Carioca**»), talvez porque, sob o pseudônimo de Pedro Dantas, Prudente já assinava uma crônica diária sobre turfe, a qual vinha ilustrada com um retrato 3x3 do seu autor) e, aos domingos, colaborava constantemente com o caderno literário. O nível e o sucesso de **Da Bancada da Imprensa** levavam-na com frequência à primeira página, onde aparecia logo abaixo da manchete principal.

O cronista parlamentar do DC brindava seus leitores com um texto leve e agradável, de fácil apreensão, sem com isso (ao contrário do que comumente ocorre hoje) sacrificar as informações e a propriedade da análise. Homem de interesse cultural multifacetado, não raro Prudente foge do plenário da Constituinte para buscar fora uma imagem que ajude a retratar aquele ambiente novo e fascinante, num país que acabara de se libertar da prolongada ditadura do Estado Novo:

«Para os representantes do Partido Comunista Brasileiro, a presidência do Ministro Valdemar Falcão é uma coisa horrorosa, com todos os «erres», como diria a atriz Dulcina de Morais. Por isso quem inaugura a tribuna desta Assembléia Constituinte de 1946 é o Deputado Maurício Grabois (leia-se o nome à portuguesa).»

O relato objetivo, porém, não silencia o polemista:

«A maioria ouvia em silêncio os protestos contra a presidência do Sr. Valdemar Falcão. Mas ao ser atacado o Ministro do Trabalho, por ter ameaçado punir os bancários em greve, porém, o PTB comove-se e quem pede a palavra para defendê-lo? Céus! É o Sr. Ugo Borghi. É uma tristeza deprimente ver o negocista do algodão levantar-se e falar em nome de São Paulo. Não adianta fixar o que disse — «que conhece muito o Ministro (é lamentável para o Ministro) e o sabe sinceramente preocupado com a sorte dos trabalhadores.» (2-2-46.)

Também a participação popular nas galerias do Palácio Tiradentes é objeto da permanente atenção de Prudente, sempre com uma ponta de malícia:

«Os comunistas são vivamente aplaudidos, principalmente o Sr. Luís Carlos Prestes, seguido de perto pelos Srs. Maurício Grabois e José Maria Crispim, eleito, segundo se diz, pelo Padre Sabóia (1). São também aplaudidos os Srs. Hermes Lima, Hamilton Nogueira, Otávio Mangabeira e Domingos Velasco.» (5-2-46.)

Ainda em relação à participação popular, o colunista registrava, três dias depois, que «é só falar em situação de miséria dos lavradores que lá vêm palmas...». E Prudente observa que alguns deputados se aproveitam desta disposição das galerias para provocar aplausos, mesmo quando defendendo os interesses dos ricos fazendeiros do café de São Paulo. Bastava-lhes dizer no meio do discurso que a falta de crédito para os cafeicultores poderia levar a miséria e o desemprego a milhares de lavradores.

Este estilo e, principalmente, esta preocupação de retratar o ambiente da Constituinte são ainda mais visíveis aos domingos, quando Prudente, aproveitando o recesso do final da semana, faz um balanço das atividades dos partidos e dos parlamentares. Nesses balanços semanais, ele promovia uma convivência, no mesmo texto, do pitoresco com o sério, como nestes exemplos:

«Continuou a viver principalmente fora do Parlamento a verdadeira semana parlamentar. O plenário teve seus momentos, não há dúvida. Momentos de agitação, em torno dos casos estaduais, substituindo o centro de interesse goiano pelo rio-grandense-do-norte. Momentos de elevação intelectual, como aquele em que se viram comentados, da tribuna, os nomes de Siegmund Freud, Marcel Proust, Henri Bergson e Mário de Andrade.

Mas tudo isso são diversões. Enquanto falavam os srs. representantes, a verdadeira vida política do País, função do Parlamento, processa-se fora das portas, em reunião, confabulações, entrevistas, preparativas de novos combates.» (14-7-46.)

«Pouco se pode dizer, por enquanto, da atuação dos partidos. Só o Partido Comunista já deu impressão de conjunto, mostrando-se, por um lado, disciplinadíssimo e, por outro, disposto a colaborar lealmente, inclusive pelo acatamento da ordem dos trabalhos e das decisões do plenário e da Mesa. Nesse sentido o Sr. Prestes e seus liderados têm conseguido excelente impressão.» (8-2-46.)

«Tudo bem pesado, foi ótimo que as indicações da UDN e PCB tenham sido rejeitadas pela preliminar da incompetência. (2). A segunda, então, a do Partido Comunista, não fosse a providencial atuação do sr. Cirilo Junior, teria conduzido inevitavelmente a um desastre.» (3-3-46.)

É curioso registrar, trinta anos depois, algumas observações de Prudente sobre três deputados da Constituinte, pela influência ou posição que essas pessoas exercem ou ocupam hoje no País: José Bonifácio, atual líder do Governo na Câmara Federal, Euclides Figueiredo, pai do General João Batista de Figueiredo, e Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Conselho Administrativo da ABI. Sobre José Bonifácio dizia Prudente (8-5-46) que «ele é menos um Lafayette do que um Andrada» — exatamente o contrário do que se diz atualmente. (Naquela época, José Bonifácio, da bancada da UDN mineira, era um intransigente defensor das liberdades públicas e da nascente democracia).

Em relação ao papel desempenhado pelo pai do próximo Presidente da República, que chegou a liderar a bancada da UDN, Prudente não escondia sua simpatia pelo desempenho do Deputado Euclides Figueiredo, outro muito preocupado em preservar as conquistas democráticas. **Da Bancada da Imprensa** dava no dia 9 de maio de 1946 grande destaque ao pronunciamento feito na véspera pelo deputado udenista sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, que terminara um ano antes:

«Aqui estamos para assegurar, dentro do Brasil, as liberdades democráticas e as garantias econômicas e políticas pelas quais nossos soldados derramaram seu sangue. Expressão da vontade da Nação, teremos traído o nosso mandato e a confiança popular, teremos dado aos povos democráticos da Terra um exemplo sinistro de defecção se a Carta Magna que elaboramos não fixar todas essas liberdades, de um modo tão claro e firme que não ousem levantar contra elas as mãos os inimigos da democracia.»

De Barbosa Lima Sobrinho, Prudente traçava, no dia 7 de agosto de 1946, elogioso perfil:

«Pelo recinto ficavam, porém, diversos grupos de deputados a discutir assuntos do dia. Dos mais visados pelos jornalistas era o grupo pernambucano, em que, com seu ar sisudo e doutoral, parecia pontificar o Sr. Barbosa Lima. As aparências, porém, enganam: o Sr. Barbosa Lima, antigo profissional de imprensa, é um homem acessível, que até gosta de uma conversinha com os ex-colegas, admite divergências de idéias e não é dogmático.»

Talvez o aspecto mais importante da cobertura parlamentar de Prudente de Moraes, neto, esteja no relato independente, equilibrado e quase sempre isento dos acontecimentos da época, em contraste com o resto do jornal, que não escondia seu enjamento no clima de guerra-fria, crescente no País e no mundo após o célebre discurso de Churchill em Fulton, onde começava o confronto Ocidente x Oriente.

Essa postura ficou bastante evidenciada na segunda quinzena de maio de 1946. Enquanto as manchetes do **Diário Carioca** acusavam os comunistas de responsáveis pelos incidentes do Largo da Carioca a 23 de maio, quando a Polícia dissolveu um comício do PC e matou quatro pessoas, somente **Da Bancada da Imprensa** publicava a defesa dos agredidos, feita por parlamentares do PCB — que responsabilizava a polícia pelo massacre — e alguns deputados de outros partidos, como o udenista baiano Otávio Mangabeira:

«Por inexperiência, talvez não devo empregar outro termo, o Partido Comunista quer proceder no Brasil como se estivéssemos nos Estados Unidos e Inglaterra, quando sabemos que mal despertamos do pesadelo terrível de oito anos de Estado Novo.» (25-5-46.)

Em seu último artigo sobre a Constituinte, no dia 19 de setembro de 1946, em que relata a promulgação da nova Carta, efetuada na véspera, Prudente se define abertamente pela democracia:

«Tudo leva a crer, portanto, que o histórico acontecimento de ontem marque realmente o início de uma fase de recuperação nacional. A vida partidária, que começa a se tornar uma realidade em nosso País, afastará as antigas manobras e os antigos conchavos. Uma legislação eleitoral adequada preserva o sistema representativo das fraudes e dos vícios de outros tempos. A existência de agremiações políticas de base popular, como o Partido Comunista, obrigará as demais a abandonarem as estufas palacianas, causadoras dos males de que padeceu a primeira República, em 1930.»

Durou até 1964. E então Prudente deixou de ser espectador para ser personagem. Como tal, manteve-se no proscênio enquanto viveu.

---

(1) Alusão ao debate travado através de um rádio paulista entre Crispim, até então de pouca notoriedade, e o Padre Sabóia. Com a vantagem que obteve sobre o padre, Crispim alcançou enorme popularidade em São Paulo.

(2) Através do Deputado Otávio Mangabeira, a UDN propôs na Grande Comissão Constitucional a aprovação imediata de um ato institucional que substituísse a Constituição de 1937, outorgada na instauração do Estado Novo. O PC propôs que fosse declarada a revogação pura e simples da Constituição de 1937, conhecida como **Polaca**, por copiar a Carta fascista do Primeiro-Ministro Pilsudski, da Polônia. Na presidência dos trabalhos, o Deputado Cirilo Júnior, do PSD de São Paulo, arquivou a proposição do PC, sob o fundamento de que proposta semelhante ou assemelhada da UDN já fora derrotada. O PSD entendia que a derrogação sumária da Carta de 37, antes da promulgação da nova Constituição, criaria um caos jurídico no País.

O radical de 1964

A revolução de 1964, e esta é uma opinião exclusivamente pessoal, cometeu o que me parece um grave erro, que foi o de tentar conciliar-se com a ordem legal. Essas duas noções sempre me pareceram impossíveis de conciliar.

Quando se faz uma revolução é evidente que se está rompendo a ordem legal e ela não pode prevalecer, não podem conviver as duas ordens juntas. Toda vez que em qualquer país, em qualquer lugar, se faz uma revolução, é preciso que haja um período durante o qual a ordem legal é afastada, posta de lado para que sejam tomadas umas tantas medidas e depois então a ordem legal se restabelece.

Os chefes que fizeram a revolução de 1964, por várias razões, muito respeitáveis, muito dignas, muito patrióticas mesmo, não pensaram exatamente assim. Com alguns deles eu pessoalmente tive oportunidade de discutir o problema; eles porém não se convenceram da minha tese, que até hoje me parece exata: era preciso fazer uma revolução completa, total, e assumir o governo informalmente, sem posses, cerimônias de posse, etc. Assumir o governo de fato e exercer o governo de fato, quer dizer, exercer um comando revolucionário sem atender à situação anterior.

Este comando deveria praticar então atos revolucionários, deveria decidir os rumos que o País iria seguir. Praticados esses atos, depois então restabelecia a ordem através do processo normal, que é a convocação de uma Constituinte, se querem mudar a Constituição ou o restabelecimento da Constituição com a convocação do Congresso através de novas eleições e... volta-se ao normal. Tranquilamente... num período relativamente curto. Vamos dizer: dois, três, quatro anos, cinco anos, não mais que isso.

Não se fez assim. Procurou-se enquadrar a revolução dentro dos esquemas legais anteriores. E eleger presidentes e manter uma duplicidade de sistemas de organização política, um legal, que é o da Constituição e das leis etc., e um, não legal, que é de fato o que funciona.

Ora, no embate desses dois sistemas é evidente que é sempre o sistema de fato que leva a melhor. Nunca pode ser o sistema legal. Mas, o inconveniente da solução conciliatória é que ela faz prolongar indefinidamente uma situação que deve ser definida e rápida. Não pode durar muito tempo. Ela está durando muito tempo. A meu ver é por isso. A meu ver é principalmente por isso, senão exclusivamente por isso.

Se tivessem sido praticados atos radicais e tomadas as medidas necessárias, imediatas e completas, dentro de algum tempo podia-se ter voltado tranquilamente ao restabelecimento do pleno Estado de Direito e ao funcionamento normal da democracia no Brasil.

Isto não está sendo possível. Não está sendo possível porque nós ficamos procurando salvar aparências, ficamos procurando brincar de democracia, quando na verdade não temos as condições para uma verdadeira democracia. Mas, não temos por quê? Não é porque o povo não seja capaz de fazê-la, não é porque o governo não seja capaz de cumpri-la, é porque eles estão adotando uma atitude aparente qu não corresponde à realidade dos fatos.

Então daí surgiram as diversas crises. Posso dizer isso com certa tranquilidade, porque, como antigo comentarista político, naquele tempo, quando as primeiras deliberações nesse sentido foram adotadas, escrevi vários artigos dizendo que isto ia acontecer. Eu me lembro de ter dito, e mais de uma vez, o seguinte: se forem por esse caminho, vão ser obrigados a tirar uma revolução de dentro da outra, como se fossem caixinhas — essas caixas de surpresas que têm uma caixa vazia e dentro da caixa uma caixa grande, e depois uma caixa menor, depois uma menorzinha, depois uma menorzinha... a gente vai tirando uma de dentro da outra. Vão ter que tirar uma revolução de dentro da outra porque não estão fazendo a revolução completa já; se a fizessem já, depois fechava-se o ciclo revolucionário e entrava-se novamente no ciclo da plena normalidade, da plena legalidade.

Como se fez por exemplo com a Proclamação da República. Fez-se a Proclamação da República; houve um período de governo provisório, com leis praticamente correspondentes a atos institucionais como nós temos agora. Apenas eram Atos Institucionais mais... mais moderados, não davam tantos poderes, respeitavam umas tantas coisa, porque a lei do Governo Provisório foi feita... pelo Rui, de modo que é uma coisa mais... consentânea com o que seria a futura Constituição.

Em 1930, quando veio o Governo Getúlio o Getúlio baixou um Ato, uma lei orgânica do Governo Provisório — chamava-se assim: Lei Orgânica do Governo Provisório não se usava o nome Ato Institucional — que dava a ele todos os poderes, regulava tudo e não deixava margem à sobrevivência de todos os poderes anteriores. Ele destituiu todos os governadores, fechou o Congresso, nomeou interventores em todos os Estados, passou a nomear prefeitos, passou a dirigir e governar sozinho o País inteiro e tudo dependia dele, compreende... mas ele podia partir dali perfeitamente para uma reconstitucionalização, como efetivamente partiu. E' verdade que para isso foi preciso ser ajudado por uma revolução, como a de 1932 em São Paulo. Mas, se quisesse, ele podia ter partido para uma reconstitucionalização rápida e em dois, três ou quatro anos estava o País novamente em ordem e novamente tranquilo, vivendo as suas instituições, cumprindo suas instituições tal como sempre Rui Barbosa sonhou. Tal como o Dutra cumpriu — foi dos poucos. Executando o que está no livrinho, este é o segredo.

Na nossa estrutura política o segredo é esse: é observar o livrinho. «Tá» no ilvrinho, faz; se não «tá» no livrinho, não se faz, porque não pode... porque aquele livrinho é feito pelos representantes da Nação. E' a consciência nacional pelas suas correntes mais importantes que, através de delegados, de representantes seus no Congresso, vota e decide que o livrinho deve dizer isto assim, assim, deve conter tais e tais normas de conduta que é preciso observar para que o jogo seja um jogo limpo, correto, honesto em que hoje ganhou eu, amanhã ganha você, hoje ganha um e amanhã ganha outro, não é isso...? E os grupos, os partidos se sucedem no poder sem nenhum abalo, sem nenhum inconveniente maior, como acontece em toda parte.

De modo que, se ainda hoje, nós estamos aqui num regime que é mais uma revolução tirada de dentro da anterior que já saiu da precedente que já tinha saído de outra que saiu de 64, é porque houve uma tentativa frustrada e inútil, uma tentativa vã de conciliar duas coisas inconciliáveis, como são um processo revolucionário e um processo legal.

Entre abril e julho de 1977 (a data não foi fixada na gravação), Prudente de Moraes, neto, prestou aos estudantes Ney Luís Ribeiro Canellas, Luiz Paulo Rocha, Ricardo S. Leite e Adahir Farah um extenso depoimento, destinado a um documentário em Super-8 que o grupo realizou para o futuro Centro de Memória da UERJ. Entre outros temas, Prudente abordou a sua participação no movimento militar de 31 de março de 1964 do qual foi um dos teóricos mais radicais no princípio e do qual se afastaria com o decorrer dos anos. Com a coragem moral que possuía, Prudente não escondia sua vinculação com o movimento de 1964. Mais que isso; declarou francamente que pensava então numa revolução para valer — talvez como as revoluções com que sonhava na mocidade, ao tempo em que tomava aulas de anarquismo com José Oiticica, um dos principais líderes do movimento anarquista no Brasil, a partir dos anos vinte.

Prudente homem comum

Carlos Jurandir M. Lopes

Ele não teve tempo de, como explicou, "botar uma roupa melhor". Nem precisava: era com sua roupa digna de garçom que Prudente o conheceu, há 30 anos, no antigo Restaurante Colombo. Por isso o velho Mitre se sentia à vontade para, silencioso ante o corpo inerme, despedir-se compungido de seu amigo Prudente.

APESAR da bengala, do terno impecável e o ar solene, o garçom Demétrio Monteiro, o Mitre, jamais conseguiu sentir em Prudente qualquer vestígio de cerimônia. Por isso, Mitre — que o atendeu durante quase trinta anos no Restaurante Colombo, hoje Rio Branco, na Travessa do Ouvidor — às vezes o recebia com uma amigável palmada nas costas. Em retribuição, Prudente o abraçava, a ele e a todos os garçons, e ia também cumprimentar o pessoal da cozinha.

Do instante em que chegava ao restaurante até o momento em que finalmente se sentava à mesa, decorriam quase trinta minutos de cumprimentos, ditos espirituosos e conversas, nas quais Prudente mais ouvia que falava. Mas também contava anedotas, pilheriava e perguntava sobre detalhes da vida de cada um. Mitre, a quem o jornalista chamava carinhosamente de «Reco-Reco», escolhia-lhe o prato, geralmente o prato feito da casa.

Antes de comer, Prudente não dispensava uma dose de cachaça pura que o garçom, contrariando as normas da casa, servia-lhe numa xícara. À mesa, às vezes já o esperavam os integrantes da roda que ali se reunia para jantar e conversar até alta madrugada — Osório Borba, Olavo de Barros, Mara Rúbia, Mary Lincoln e Astério de Campos, entre outros. Durante muito tempo, o restaurante foi ponto de encontro de jornalistas, quando funcionavam no Centro as redações do **Jornal do Brasil, O Imparcial, Diário Carioca, Diário de Notícias, Jornal do Commercio** e **Gazeta de Notícias.**

Enquanto tomava a sua «sebastiana», como chamava a dose de cachaça, e antes do chope, que pedia em seguida, Prudente «despachava» com número variado de personalidades; especulava, trocava informações, arranjava assunto para suas próximas crônicas. Quando finalmente se dispunha a jantar, geralmente um guisado ou ensopadinho (a escolha, tradicionalmente, sempre pertenceu a Mitre), Prudente já tinha insinuado a sua presença em todo o bar.

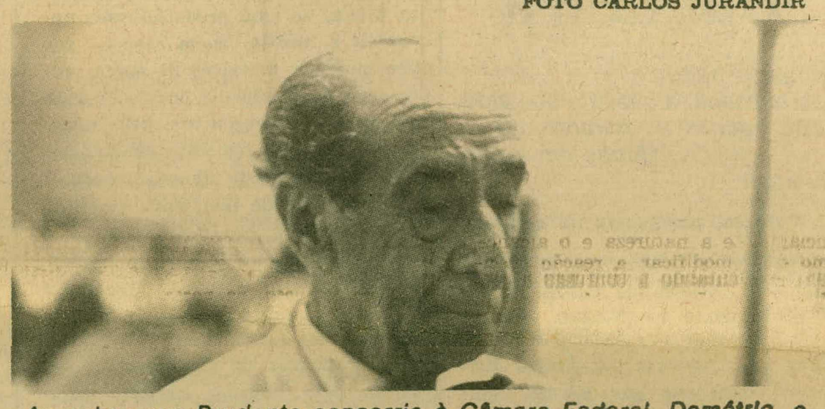
Observador e admirador do seu cliente — que considerava, acima de tudo, «um grande amigo» — Mitre, um capixaba de 66 anos, que se define como «desconfiado e calado», não sabe explicar a afeição que aprendeu a ter por ele. Talvez porque Prudente sabia conduzir suas relações com tal humor e equilíbrio que «era como se ele jamais tivesse nada a esconder, não admitia qualquer tipo de formalidade e tratava as pessoas com distinção e afeto».

Eis a razão pela qual, ao saber que Prudente tivera sua candidatura indicada para deputado, Mitre, por sabê-lo tão desprendido e informal, achou necessário dar-lhe alguns conselhos. Disse-lhe que ele deveria começar imediatamente a campanha e, como já não havia tempo, pelo menos fizesse alguns contatos pelo telefone. Recorda que, depois de escutá-lo em silêncio e sério, o candidato prometeu solenemente que ia tomar essas providências. Mas, bem ao seu feitio, aproveitou a oportunidade para dizer-lhe que já estava satisfeito, pois tinha garantido ali um voto.

Foi esse homem que Mitre reverenciou, no hall no nono andar da ABI, quando, ao saber de sua morte, apressou-se a ir render-lhe a última homenagem. Ainda emocionado, o veterano garçom recorda que, ao saber da doença de Prudente, não se importou muito. Conhecendo-o como conhecia (pois ele jamais deixou de freqüentar o bar, fazendo-o até meses antes de cair doente), concluiu que seu cliente «da tirar aquilo de letra».

— Fui com a roupa do corpo — lembra Mitre. — Talvez, tratando-se de um homem da sua posição, eu dedevia ter posto um terno ou uma roupa melhor. Mas não havia tempo, e além disso eu me lembrei do homem que entrava aqui, simples e alegre. Fui assim mesmo. Foi um negócio entre mim e ele.

FOTO CARLOS JURANDIR



Ao saber que Prudente concorria à Câmara Federal, Demétrio, o Mitre, achou necessário "dar-lhe alguns conselhos".

O advogado e humanista

Alberto Dau

Companheiro de escritório de Prudente, o advogado Alberto Dau foi um de seus amigos mais chegados. Dessa convivência fraterna no dia-a-dia ele recolheu muitas impressões e histórias de Prudente. Aqui, algumas delas.

EMMANUEL DE MORAES, cronista forense do **Diário Carioca**, cuja redação eu visitava com freqüência, por volta de 1952, foi o elo de aproximação com Prudente de Moraes, neto. Por sugestão de Emmanuel, seu primo e discípulo, eu e Prudente montamos escritório de advocacia na Rua da Quitanda, 17, no mesmo local onde seu amigo, o Ministro Prado Kelly, por muitos anos, tivera escritório. Ele saía e nós entrávamos. Fato que Prudente recordava como de extrema responsabilidade: "manter as honrosas tradições do local".

Prudente vinha de prolongado hiato no exercício da advocacia. Fechara o escritório, certa vez, porque não sabia como cobrar honorários. Mas gostava do mister, e sabia exercê-lo, como poucos. Sua limitação era nos honorários. Seu horror em combinar a remuneração dos serviços profissionais era quase físico. Nestas horas ele dava no pé. Sua admirável cultura jurídica, sua inteligência penetrante, seu saber global e profundo, compunham-se ao lado de uma poderosa estrutura ética. Era em cima do texto legal que raciocinava e elaborava e construía o direito; raramente recorria às citações.

Em suas crônicas forenses — **Passos Perdidos** — publicadas na **Tribuna da Imprensa**, Prudente demonstrou a versatilidade de sua cultura jurídica, criticando as mais variadas decisões, e debatendo teses que lhe eram submetidas na correspondência de seus leitores. Era um homem de extraordinária coerência. Sempre fiel a si mesmo; de inexplicável modéstia, contudo. Se o direito era bom e o aspecto moral marcante, tomava-se de profunda indignação e se dedicava à causa totalmente. Não se importava com a qualificação da parte contrária.

Eu fora autorizado pelo Dr. Solano da Cunha a promover a atualização da obra de seu sogro, o Ministro Pedro Lessa — **Do Poder Judiciário.** Deveria procurar, para isso, um publicista notável. Lembrei-me que tinha um ao lado, o Prudente, com cuja indicação Dr. Solano concordou, de pronto.

Exposto o caso, disse-me Prudente:

— Que sacanagem, Dr. Dau (era este o tratamento) que o Sr. quer que eu faça com Pedro Lessa.

Entendi que não deveria procurar ninguém mais. Que a obra não precisava de atualização. Os ensinamentos nela contidos eram permanentes, malgrado o conceito moderno e espúrio de relatividade das constituições democráticas.

A **Revista Forense** propôs-lhe que escrevesse um livro sobre **impeachment**, e ele se recusou, embora tivesse escrito páginas admiráveis sobre este e outros temas relevantes de Direito Público.

Era, como se dizia, um pessimo candidato à deputado, embora viesse a ser um excelente deputado.

Amava a política como a todas as coisas a que se dedicava.

Cruzamos, um dia, o corredor do escritório, ele chegando meio agitado, o que era raro, pediu-me para ficar um pouco, pois tinha necessidade de me comunicar um fato da maior importância, que o angustiava enormemente.

Sentei-me ao seu lado, preocupadíssimo; dei-lhe um pouco d'água, pedi-lhe que se acalmasse, disse-lhe que certamente não seria nada sério, que tudo teria solução, etc. "Sentia-se, dizia-me ele, como uma **jeune fille** convidado a ir a um **rendez-vous.**

Contou-me, então, que acabava de chegar de uma reunião do PR e do PSD, e que seu nome fora cogitado para senador, mas, para que as coisas se harmonizassem, no interesse comum, o período da senatória deveria ser dividido com o outro candidato.

Este o drama que o traumatizara.

Era assim, preferia comer um prato feito no Timpanas, na Rua São José, por Cr$ 5,00, do que ser ministro pela mão de um ditador, ou participar de arreglos escusos.

Duas grandes alegrias profissionais lhe foram dadas, já em casa, no limiar da sombra que começava a envolvê-lo.

Uma de um parecer seu sobre alienação fiduciária, incorporado integralmente pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco; outra, a propósito do parecer sobre a edificação ao lado do Parque Laje, no qual se baseou o Ministro da Educação para o ato de embargo da referida obra.

Uma das mais saudosas e gratas lembranças foi a de uma tarde, após um julgamento agitado, a que Prudente comparecera para sustentar da tribuna o direito dos nossos constituintes. Voltando ao escritório encontramos o poeta, Manuel Bandeira, seu tio por afeto, e um maestro húngaro, do Teatro Municipal, cujo nome não me ocorre, apresentado por Daiuto, amigo comum, também da mesma orquestra, que portava um violoncelo.

Fechamos o escritório e ouvimos, por longo tempo, um belo solo de corda.

— Ganhamos a causa e a tarde, Dr. Dau, disse-me ele, exultando de contentamento.

Sua bondade era o ponto alto de sua inteligência.

Uma noite, saindo de seu gabinete, na Light, já bem tarde, em meio a um silêncio tumular, ouviu um servente, que limpava o chão, cantarolando — "que rei sou eu / sem reinado e sem coroa"...

E o Prudente pegou do verso e prosseguiu cantando, quase matando de susto o pobre faxineiro.

Sabia confraternizar-se com os humildes, humildemente. Nisto consistia, talvez, sua maior grandeza.

Prudente modernista

Pequena introdução à "Estética"

RONALDO BUARQUÊ DE HOLLANDA

A revista modernista que Prudente fundou com Sérgio Buarque de Hollanda, apresentada num texto de Ronaldo Buarque, que pesquisou a coleção.

EM outubro de 1976, quando fiz, pela terceira vez, uma entrevista com Prudente de Moraes, neto, ele revelava que tinha tido três grandes alegrias e satisfações na vida. Uma, a de ter sido sempre um homem ligado à cultura popular — daí a sua amizade com os grandes compositores do passado, como Ismael Silva, Donga e Pixinguinha. Outra, «a honra» de ter ocupado o cargo de diretor da extinta Universidade do Distrito Federal, um sonho irrealizado para ele, pois logo a Universidade se extinguiu. Mas a coisa mais importante, de que Prudente mais se orgulhava e sem falsa modéstia tinha grande satisfação em falar horas a fio, era a revista **Estética**, que criara com o historiador Sérgio Buarque de Holanda, seu amigo de mais de 50 anos, nos explosivos anos subseqüentes à polêmica cultural da Semana de Arte Moderna de 1922.

Amigo de Oswald e Mário de Andrade, Afonso Arinos, Carlos Drummond de Andrade, Graça Aranha — a quem definia como o **guru** da época — Pedro Nava, Renato e Guilherme de Almeida, Prudente de Moraes, neto, explicava a idéia de criar **Estética** como um sonho de adolescência. Um sonho inspirado no interesse de debater os grandes temas culturais e filosóficos da época. Fascinavam-no as grandes polêmicas do Modernismo. E em **Estética** ele foi assim como um mestre-de-cerimônia. Não tinha a «grande» obra literária, era um poeta bissexto, como lhe denominara Manuel Bandeira, recolhendo muitos anos depois seu poema **A Cachorra**, publicado no número dois de **Estética**. Mas editou e dirigiu a revista, que teve repercussão nos meios literários e culturais após a Semana Arte Moderna de 1922.

A redação de **Estética** se estabeleceu em setembro de 1924, na Livraria Odeon (Avenida Rio Branco, 157). A revista era **trimensal** e não **trimestral**, como queriam alguns, depois de uma pequena polêmica, afinal ganha pelos partidários da primeira, conforme contava Prudente. Como as antigas revistas brasileiras, seu formato era de livro e sua inspiração editorial era rebuscada: o modelo era a revista **The Criterion**, inglesa, dirigida pelo poeta T. S. Elliot.

O título, **Estética**, só chegou depois que a maioria da colaboração da revista já estava recolhida, e foi achado por Graça Aranha, numa rápida conversa com Prudente e Sérgio na porta da Casa Carvalho (esquina de Rio Branco com São José, onde se bebia caju-amigo, vinhos, xerez e água de coco) e tinha muito a ver com o título de seu artigo para o primeiro número da revista, **Mocidade e Estética**, acrescentado de alguma coisa para justificar o nome da revista, como diz Prudente na apresentação que fez da reedição fac-similada de **Estética**.

Quem diria, mas **Estética** sobreviveu em três números graças aos charutos Danneman, ao guaraná Espumante e ao chocolate Lacta. E essa sobrevivência tinha muito a ver com o ramo de secos e molhados: se não fosse Seu Armindo, proprietário de empório na esquina de Praia de Botafogo com Rua Farani, a **Casa Gaio & Martins** (como registra a edição fac-similada, com equívoco no que se refere à grafia do nome, pois o certo é **Gaio Marti**), esses números talvez não tivessem sido editados. Seu Armindo, procurado pelos editores, se propôs, em troca de um vale, a adiantar os 400 mil-réis necessários para a cobertura dos gastos de impressão dos mil exemplares do número 1 de **Estética**.

O DESENHISTA PEDRO NAVA

A história dos anúncios de **Estética** também é curiosa. O autor de todos eles, com exceção do clichê dos charutos Dannemann, é Pedro Nava, em quem os editores viam «vocação para as artes plásticas». Os desenhos são livres, simples, quase caricaturais, sem o que chamamos hoje de arte gráfica ou arte-final. E essa foi a colaboração para **Estética** do autor de **Baú dos Ossos, Chão de Ferro** e **Balão Cativo**.

A concepção de **Estética** estava ligada ao interesse de seus dois editores — Prudente e Sérgio Buarque — em transformá-la no órgão que o Movimento Modernista deixara de ter, desde o desaparecimento de **Klaxon**. Segundo Prudente, **Estética** pretendia apresentar as idéias modernistas com o objetivo de «reconstruir o debate, não de demolí-lo, deixando em segundo plano a contestação aos valores superados». Pretendia, pois, exercer a própria crítica do Movimento e explicar suas técnicas e fins, dentro de um amplo debate livre de idéias.

A COLABORAÇÃO DE PRUDENTE

A colaboração de Prudente em **Estética** se traduz em notas e comentários espalhados pelos três números e — sua criação mais importante — no poema simbolista intitulado **A Cachorra**, publicado no número 2 da revista e tido como antológico pela crítica e incluído por Manuel Bandeira em sua **Antologia dos Poetas Bissextos Brasileiros**. Há também um comentário crítico assinado por Prudente no número 1, intitulado **As Mortes de Nero**.

Para se entender a importância de **Estética** no panorama cultural da época, nada melhor do que um índice nominal dos seus colaboradores, com os títulos das obras e os respectivos números em que apareceram. E o mais importante de tudo isso: a história de **Estética**, contada pelo seu autor, Prudente de Moraes, neto, na edição fac-similada da revista, por ocasião do cinquentenário de sua publicação, em 1974, em edição co-patrocinada pelo INL/Mec:

A. C. Couto de Barros — Oeil de Boeuf, notas críticas — Número 2.

Afonso Arinos Sobrinho — Paisagem de Brinquedo e Copacabana, poemas. Números 1 e 3.

Álvaro Moreyra — Poema, Número 2.

Américo Facó — Necrológio do escritor Joseph Conrad — Número 1.

Andrade e Almeida — (Irmão de Guilherme de Almeida). Notas. Número 3.

Aníbal Machado — O Rato, o Guarda-civil e o Transatlântico, conto — Número 2.

Carlos Drummond de Andrade — Construção e **Sentimental**, poemas. Número 3.

Carlos Moraes e Barros — Co-proprietário da revista, espécie de corretor oficial de Estética e responsável pelos anúncios da Lacta. Primo de Prudente de Moraes, neto.

Graça Aranha — Mocidade e Estética e notas. Números 1 e 2.

Guilherme de Almeida — Poemas (sem títulos) e notas. Números 1, 2 e 3.

Manuel Bandeira — Poemas e notas. Números 2 e 3.

Mário de Andrade — Ensaios. Números 1, 2 e 3.

Menotti del Picchia — Poema. Número 3.

Pedro Nava — Autor de arte dos anúncios da Lacta.

Prudente de Moraes, neto — Poema **A Cachorra**, notas e comentários. Números 1, 2 e 3.

Renato de Almeida — Notas e comentários.

Ronald de Carvalho — Ensaio. Número 2.

Sérgio Buarque — Ensaios, notas e comentários. Números 1, 2 e 3.

Sérgio Milliet — Poesia (sem título) e ensaio. Número 2.

Teixeira Soares — Vida em Espiral — Novela em três capítulos. Números 1, 2 e 3.

OS POEMAS DO POETA BISSEXTO PEDRO DANTAS

Os 18 da Antologia de Manuel Bandeira

A poesia habita,
secretíssima, a casa de sua vida.
Sobe apenas ao mirante, de [longe em longe.
Que sol!

(Carlos Drummond de Andrade)

PEDRO Dantas era o pseudônimo jornalístico e literário de Prudente de Moraes, neto, e foi com esse nome que ele figurou na **Antologia dos Poetas Bissextos** organizada por Manuel Bandeira. «...bissexto é todo poeta que só entra em estado de graça de raro em raro», explicava Manuel Bandeira, que se socorreu da opinião de Vinícius de Moraes. («Bissexto é um Pedro Dantas, cujo poema **A Cachorra** passou a ser uma obra-prima da literatura brasileira», dizia Vinícius) e do próprio Prudente para justificar a classificação e a distinção: haveria poetas contumazes e poetas bissextos. A justificação de Prudente, segundo a reprodução feita por Bandeira no prefácio à primeira edição de sua **Antologia**:

«Poeta que escreve uma obra como **Marília de Dirceu** não pode ser considerado bissexto. Arinos estava estudando a Inconfidência Mineira e de repente viu — manjou, como se diz em gíria — o tema do seu poema dramático. Este é fruto de uma elaboração mental bastante complexa; é uma construção, coisa de que um verdadeiro bissexto não será capaz. Você tem razão ao assinalar como característica do bissexto a redução dos temas a tão somente dois — o do acidente passional e o da vida besta. Note que são os temas líricos por excelência. O do amor é também o mais freqüente, mesmo nos poetas contumazes, e gerador até de epopéias, porque, afinal de contas, **A Ilíada** o que é senão a dor de Menelau com todas as suas conseqüências? O mais ilustre caso da famosa dor, pois arrastou à luta todos os príncipes da Grécia solidarizados com o marido de Helena? O poeta contumaz é aquele que sabe extrair matéria lírica de qualquer acidente da vida. Como o Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, que a saca tanto de um acontecimento social como a resistência espantosa de Stalingrado, quanto de uma simples pedra encontrada no caminho. Há aí qualquer coisa como a ação de um transformador num circuito elétrico. O bissexto não transforma, não elabora nada. Nos temas da vida besta e da dor de Menelau a matéria lírica já se apresenta elaborada e pronta. O bissexto não faz mais que captá-la.»

Após a extensa citação de Prudente, Bandeira confessava: «Fiquei bastante abalado com ela, sentindo, todavia, que colocar Arinos na categoria dos contumazes é tirar-lhe um pouco do vago encanto que encontro nos bissextos. O bissexto, na sua relativa importância criadora, tem, às vezes, achados que enchem de inveja todo o **genus irritabile**. Nas minhas meditações sobre os bissextos, procurei debalde o epíteto antônimo de bissexto. Pedro Dantas saiu-me com esse "contumaz", que é perfeito. E saiu-me ainda com essa elegantíssima "dor de Menelau", que nos deixa inteiramente limpos no seio das famílias.»

Os 18 poemas de Prudente — parte, talvez, de uma produção mais numerosa e inédita, quem sabe — não têm qualquer indicação de época, salvo dois: **Prodigaluz**, de março de 1930, inspirado provavelmente pelo anúncio de algum remédio «milagroso», como se depreende de sua leitura, e **Sinal do Céu**, de 1961, mais de trinta anos depois, o que demonstra como foi prolongada a produção bissexta de Prudente. O poema **Ao Meu Tio** é dedicado a Manuel Bandeira, a quem Prudente transformou em tio por afeição; **Paráfrase de Cendrars** foi ensejado pelo escritor francês Blaise Cendrars, que viveu no Brasil nos anos 30 e 40.

Na **Antologia** de Bandeira os poemas foram publicados nesta ordem: **Ao Meu Tio, Canto de Abafado, Elegia dos Pássamos Voando, Paráfrase de Cendrars, Prodigaluz, Jequitibá, Materialismo Histórico ou Psicologia das Multidões, Autocrítica, Cantiga de Mestria, Sonetinho, O Rio, A Voz, Baependi, A Cachorra, Cançãozinha Decente, Sinal do Céu, Mutação dos Sábados** e **Oração**.

Ao Meu Tio

Se ao sol eu peço calor
se à lua eu peço a poesia
se à mulher eu peço o amor
se ao amor peço a alegria
o que será neste mundo
que ao meu tio pedirei?

(Meu tio — o amante de estrelas
Meu tio, amigo do rei,
meu tio; não o que pensam:
meu tio do coração).

— Ao meu tio eu peço a bênção
que tenho bem precisão.

Canto de Abafado

Quando menos esperava
de repente percebi que estava abafado
e no meu peito o coração parou
(Não parou de verdade:
ao contrário nunca fora tão ágil
correu os signos do Zodíaco
subverteu — amplamente — a ordem [natural das coisas
foi de estrela em estrela
para além dos limites do mundo
lá onde não há planos nem
(equivalências nem perturbações)

Elegia dos Pássaros Voando

Oh! nunca poderei aceitar a miserável [máxima utilitária.
Quando o primeiro pássaro — o de [ébano — cortou a trajetória dos [meus olhares
no seu lento bater de asas perdidas
que houve então, que houve então [olhos tristes?
Que ares carregados, que tufões [terríveis
te arrastaram, pássaro? E para onde [vais?
Para deter-te, trêmulo, estendo a mão [inábil...
Meu pensamento segue-te onde quer [que vás.

Não, nunca poderei aceitar a [miserável máxima utilitária.

Depois foi o pássaro de fogo
sereno tatalar das asas ígneas
indiferente à luz, pois era luz.
Pousou momentos sobre a minha mão
para depois alçar o vôo altíssimo:
teu destino é o dos pássaros — e voas.
Meu é o instinto humano — e [estendo a mão.

Não obstante, pássaros, pássaro de [ébano apenas egresso da [tempestade,
pássaro de fogo que voas, tão [elegante, sobre patins,
não obstante, nunca mais poderei [aceitar a miserável máxima [utilitária
e vos quero voando lá no azul [profundo
pequeninos pontos que se vão [sumindo
lá onde estes olhos não alcançam [mais
e vos quero voando lá onde não chega
o S. O. S. aflito do meu coração.

Paráfrase de Cendrars

Quando amares, vai-te embora
toma o trem, toma o avião,
o auto, o vapor, dá o fora,
pisa, rasga o coração.

Suspira, chora, aborrece-te,
assobia, dança, embriaga-te
e se a morte um dia afaga-te,
verás, teu amor esquece-te.
Um ano, um dia, uma hora...
Quando amares vai-te embora,
sossega esse coração.

Quando amares vai-te embora
Por esse mundo de Deus.
Vai sem destino, que agora
não saibam os passos teus
onde conduzir-te. A esmo
sem hora, sem rumo, à toa
companheiros de ti mesmo
verás que a vida ainda é boa.
Vai, anda, parte, dá o fora
quando amares vai-te embora
domina o teu coração.

Quando amares vai-te embora
Por este mundo sem fim!
Pobre de mim, vou-me embora,
não volto mais, ai de mim!

Prodigaluz

Específico único no mundo,
com uma prontidão assombrosa
cura radicalmente as doenças dos [olhos
por mais graves e crônicas que [sejam.

Desaparecem incômodos e dores logo [à sua primeira aplicação.
As oftalmias originárias de certas [doenças, cura-as em breve tempo.
Faz desaparecer as cataratas
destrói micróbios
cicatriza
desinfeta
E cura para sempre.

Não mais remédios arsenicais!
Não mais mercúrios
nitrato de prata
azul de metileno
As vistas débeis e cansadas
Adquirem prodigiosa potência
Não há mais neblina!
Sempre vista clara!
Jamais fracassa!
Noventa e oito por cento dos doentes [dos olhos
curam-se com o primeiro frasco de [Prodigaluz.

Prodigaluz eclipsa para sempre os [outros tratamentos
que causam verdadeiro terror aos [doentes
e muitas cegueiras.

Prodigaluz não dá o mais pequeno [incômodo.

Detém a miopia progressiva
Jamais fracassa!

Doentes dos olhos: estareis curados
usando Prodigaluz.

Farmacêutico madrilenho da rua [Santa Engrácia
insisto nos «enviamentos" a todos os [países
grita, anuncia, prova as vantagens do [remédio assombroso
e inunda a terra toda do teu [Prodigaluz

Prodigaluz para os homens que [enxergam tão pouco

Prodigaluz para nações e castas,
para deter sua progressiva miopia
para curá-las de tantos Niágaras e [Iguaçus.

E, para a neblina que me envolve,
a estes meus olhos débeis e cansados
Prodigaluz!

Março de 1930

Jequitibá

O forasteiro logo ficou apaixonado por [aquela árvore enorme
por aquela pujança tranqüila
aquela elegância
aquela majestade.

A princípio ninguém soube dizer [como se chamava.
Para toda gente ela era ela mesma [— gloriosa, incatalogável, única.
Se tivesse algum nome devia ser um [nome de batismo como Pedro, [Antônio, Miguel.

Mas em toda a redondeza, entretanto, [cheia de matas seculares, [chamavam-lhe simplesmente [— a árvore.

Finalmente um homem de [experiência, conhecedor de florestas [e madeiras
Informou: «É um pau que tem por [nome jequitibá»
Jequitibá.

Nome que estala e arrebenta como [certas frutas,
úmido, misterioso emocionante como [um rastro de onça nos matos [bravios que o sol não consegue [atravessar,
nome que lembra o tempo da [verdadeira virgindade das [florestas
e é como uma saudade da vida livre [dos índios nus
Jequitibá sereno mantém-se muito [acima das contingências da vida.
Em vão sobre sua fronde precipitam- [se os ventos
Em vão a inveja e a cobiça aguçam [ódios em volta dele.

Jequitibá não liga.
Os outros nunca saberão o ar que [respiram suas folhas, na altura.
Nem o horizonte imenso, a beleza [radiosa o céu puro
que se estende e se ilumina para êle [e ninguém mais pode ver.

Materialismo Histórico ou Psicologia das Multidões

Nas corridas de hoje o povo, aos [gritos, invadiu a pista,
[reclamando a devolução das [apostas
rompeu os cordões de isolamento [apesar das forças de cavalaria
penetrou na tribuna da imprensa
atirou cadeiras na pista
arrancou as estacas da cerca
destruiu a sala de pesagem
apedrejou todos os vidros
e ateou fogo às barracas que ficaram [logo reduzidas a cinza.

O prado de corridas tomou [rapidamente o aspecto de um [campo de batalha.
A multidão criou todas as dificuldades [à ação dos bombeiros tentando [furar as bombas.

Para as labaredas não se [propagarem,
foi preciso que os soldados do fogo [mergulhassem na água os [escombros.

Mas ao ser anunciada a devolução das [apostas
os ânimos serenaram
e a calma voltou ao recinto.

Março de 1930

Autocrítica

Quando romântico
inconformado
era o meu cântico
descabelado.

Sereno esteta
greco-romano
depois fui poeta
parnasiano.

E modernista:
meu verso lírico
mais que realista
já foi homérico.

Hoje, entretanto, meu verso quero
do sentimento de toda a gente,
fácil, sem arte, rude, fatal,
de frases feitas, como os de Homero,
e com a força secreta e ardente
dos grandes sambas de carnaval.

Cantiga de Mestria

Eu quero comer sargaços
engolir água do mar
triturar pedras nos dentes
eu quero arrancar os braços
ou em delírios frementes
eu quero me estraçalhar.

Eu quero ser desprezível
indigno, estúpido, infame
quero chafurdar no lodo
sentir a vida impossível
eu quero danar-me todo
quero que tudo se dane.

Queimar a carne nas chamas
das profundas dos infernos
provar densas amarguras
— coração, por que reclamas?
Venham todas as torturas
quero os suplícios eternos.

Só deste amor não tolero
mais penas quais já sofri.
A alma dilacerada
de tão grã coisas, antes quero
aos pés da mulher amada
praticar o haraquiri.

Sonetinho

Foi a estrela cadente?
Foi o espectro solar?
Foi o signo inclemente?
Ou o apelo do mar?

Foi o pobre demente
insofrido de amar.
A flor incandescente
que envolve até matar.

Foi a absurda agonia,
a marcha irreparável,
o sinistro esplendor,

a música sombria.
Seu eterno, inefável,
grave e amargo rumor.

Cançãozinha Decente

Como quer que adejes
Onde quer que vás
O que quer que almejes
cativa serás
Avezinha tonta
Que tonta encontrei —
— Ninguém mais te conta
o que eu te contei.

Vibro em tuas asas
Como em tuas veias
Quanto mais abrasas
Quanto mais anseias
Mais te sinto os liames
Mais presa estarás —
— Por quem quer que chames
E onde quer que vás.

O Rio

No rio das águas turvas
no rio das águas cálidas
de lerdas, lânguidas curvas
banho as minhas faces pálidas.

Sobre pedras contundentes
desliza as águas o rio.
As suas ondas, que ardentes!
às suas margens, que frio!

Em sinuoso itinerário
vai, cada vez mais profundo.
Mergulhador temerário
que encontrarás lá no fundo?

Pepitas de ouro? Diamantes?
O palácio da sereia
Ou corpos de navegantes
a oscilar sobre a areia?

Talvez, oculta, a cratera
de algum submerso vulcão.
Talvez monstruosa fera
que só teus olhos verão.

Talvez as chamas do inferno
ou a inominada estrela
que assegura o amor eterno
ao que souber entendê-la.

Sortilégio, encantamento,
que trarás, água lustral?
Infindo deslumbramento
ou desespero mortal?

Seja o que for, caudaloso
rio que assim me perturbas
dá-me em tuas águas turvas
meu definitivo pouso.

As tuas ondas ardentes
não faz mal vão me afogar.
Arrasta-me nas torrentes,
vou contigo para o mar.

Venha o turbilhão das quedas
nos saltos que a água te espalham.
Que me arrebente nas pedras!
Quero as pedras que estraçalham.

Leva-me, pois, nada importe,
na voragem da descida,
rio da morte, rio da vida,
que ainda há vida nessa morte.

E não te contenham, rio,
meus desesperos pungentes.
As tuas margens, que frio!
as tuas ondas, que ardentes!

A Voz

Sobre a minha cabeça caíra um [pedaço de céu velho
Uma luz sereníssima a tortura do [fogo aplacou

A divina harmonia, com seu ritmo de [estrela, eterno
Do seu canto supremo o meu gesto [desfeito reanimou.

Todo o azul me envolveu e [sonâmbulo fui pelos espaços.

No meu peito ecoava o pulsar [formidável das esferas.
Um instinto infalível guiando entre [abismos os meus passos

Meu amor se perdeu na seqüência de [amores de outras eras.

E ante gélidos sóis, de indiziveis [fragrâncias matutinas
De um oceano de sonho, sob olhares [quebrados de luar
Cabeleira a flutuar sobre as ondas de [espumas assassinas,
Uma voz se elevou para mim e assim [se pôs a cantar:

«Tua vida me pertence
o teu pensamento é meu,
eu sou a que não vence,
eu sou a que não morreu.
Eu sou a luz, sou o assombro,
sou o delírio do mar.
Serás um mísero escombro
no dia em que eu te faltar.

Dos teus lábios o meu beijo
nunca mais se apagará
Mas teu perene desejo
vivo sempre, e insatisfeito
há de morar no teu peito
e os teus dias contará.
Tua vida me pertence
pelo amor que te maltrata
desde o instante em que nasceu:
eu sou a que sempre vence
eu sou a voz da cascata
soluço de serenata
e sou a que sempre mata
pois sou a que não morreu".

Ah! Senhor! num minuto o minuto [viver eternamente!
Não morrer sem de novo essa música [poder escutar
Astrolábio da noite! Flor lacustre! [Ah! gloriosa! Ah! fremente!
Compunção misteriosa! Sono! [Alucinação lunar!
Ver! Exausto andarilho, pela sede do [amor mais amargo
Quero a morte que ofereces assim no [translúcido manto
Dá-me o veneno, pois. Dá-me enfim [o deliquio, o letargo
A sombra. Quero a tua mágoa atroz. [Canta outra vez teu canto.

Oração

Senhor! Eu sei que tenho pecado
eu sei que sou indigno
e não mereço perdão.

Mas quero pagar por tudo
Quero sofrer por tudo
arrepender-me de tudo.

Quero ser humilhado
e sofrer no meu corpo
todas as penas eternas

Estou por tudo e me conformo com [tudo
Contanto que — Senhor! — o [telefone me chame
Hoje e todos os sábados, esses dias [sem explicação.

OS POEMAS DO POETA BISSEXTO PEDRO DANTAS

Baependi

A Winckelmann Köpke

Cidade colonial
feita pra cenário de um romance
histórico
como são nítidos bem desenhados
os teus volumes,
como é simples, como é ingênuo
o amarelo terroso de tuas ruas nuas
barrentas e tortuosas.
Ruas abertas especialmente
pra nunca ninguém passar
ruas silenciosas
que estariam em repouso absoluto
se não fosse o meu compêndio de
mecânica.

Uma são estradas curvas, sutis
maliciosas
complicadas
como diplomatas, como galanteios
como tudo que não procura
o caminho mais curto entre dois
pontos.
Outras são calçadas de grandes
pedras inteiriças
lajeados sujos de séculos
que parecem pré-colombianos
mas são apenas de mil setecentos e
pouco.
Calçados à Luís XV.
Na Igreja antiga restaurada
inscrições latinas
perpetuam nomes perpetuam fatos
que eternamente, eternamente
serão ignorados
esquecidos
duvidosos.
Nomes de pessoas que nunca
existiram
fatos que de certo nunca sucederam
e em que ninguém nunca acreditará.

Em volta da mesma praça
— um busto e um coreto entre
canteiros de capim —
a Igreja, a cadeia, o bar
e a casa do sacristão
O sacristão é um homem todo
habilidades
Fez a machado
um violino que toca direitinho
e que todo mundo é obrigado a
experimentar
Fez um crucifixo todo de madeira
Talhou a canivete um Cristo de
chagas vermelhas
de um brilho vivo de vidrilhos
que em vão querem ser sangrentos
Fez uma Nossa Senhora não sei mais
de que
toda de madeira também
(um metro e meio de altura)
de grandes olhos redondos
bonitos, ingênuos primitivos.
O sacristão é amável e acompanha a
[gente nos passeios pela cidade
Mostra uma grande cruz de prata
[maciça
um candelabro que pesa mais de
[trinta quilos
velhas paramentas de duzentos anos
[que parecem de ontem
Hoje não se encontra mais uma seda
[assim.
Na cadeia, os presos, depois de algum
[tempo
saem dos cubículos
e vivem soltos, em camaradagem
com os três soldados do destacamento.
Vão comprar cigarros
vão fazer visitas
vão dar uma volta
e cada dia, como as pombas, voltam
à ironia dos ferrolhos e das grades
[de ferro.

A delegacia: uma mesa
autos, fichas, ofícios
o dicionário do Simões da Fonseca
e nas paredes retratos de família
da família do operoso delegado atual
sempre do operoso delegado atual
Absoluto das relatividades
Lorentz Poincaré Minkwsky.
[EINSTEIN.
Perto da cidade manchas de terra
[branca
como roupas brancas a corar
morros, morros, morros.
Os morros morrem numa planície
[inatingível
Meus olhos cansados já não podem
[subir todos os morros
E meu cavalo
um cavalo de bem, nacionalista,
[honrado,
cavalo de princípios,
aceita todos os passos

Todos.

Menos

o

trote

à

inglesa.

A Cachorra

Veio uma angústia de cima
Pelos ombros me agarrou
No mais fundo do meu peito
Sua lâmina cravou
Depois que no chão desfeito
O meu corpo estrebuchou
Pelos cabelos a fora
Sobre pedras me arrastou.

Meu corpo se espedaçou.

Mas ainda não satisfeita
Nova vida me insuflou:

Para mostrar poderio
Com a sua mão direita
Uma cidade arrasou
Na esquerda tomou um rio
Fogo nas águas soprou
As águas todas do rio
Com seu hálito secou
Levou-me aos cimos mais altos
No ar me imobilizou
Depois em súbitos saltos
A garra adunca fincando
No meu coração, lá do alto
Soltou um grito nefando
E sobre o mar me atirou.

Ah! nas águas do mar alto
Meu corpo logo afundou.
Veio buscar-me de novo:
Angina-pectoris, polvo,
Meu coração sufocou
E tais surras de chicote
Me deu, que a cada lambada
Minh'alma mortificada
Minh'alma perto da morte
Só a morte desejou;
Meu rosto esfregou na lama
As faces me babujou
E quando, à atroz azáfama
O meu olhar se turvou
Vencido entregue arquejante
— Perdido o sangue das veias
Na praia sobre as areias
Meu corpo exausto rodou.
Ah! pobre corpo do amante
Que até o fim se humilhou!
Então um riso infamante
As fauces lhe escancarou
Zombou da minha tolice
«Eu sou a Cachorra», disse,
«Tu me chamaste: aqui estou.»

A essa voz dissiparam-se as sombras
E enquanto ela me mastigava os
[últimos restos da memória
Senti que da sua boca nasciam rosas.
E vi que o céu se rasgava para a
[maravilhosa aparição.

Sinal do Céu

Post tantos tantosque labores, um
[dia, Senhor, percebi que encontrara
[o caminho certo
Meu caminho
O que no céu se talha muito à nossa
[revelia.
E buscamos às cegas, todos — os
[doutos, os brutos, os santos, os
[tarados.

Os que não são nada disso mas
[simplesmente vossa criação
Homens da medida comum, nem
[melhores nem piores.
Que vivem penam dão duro se viram
[por esse mundo
E ganham o pão e o vinho, o naco
[de sonho e amor

Tudo isso pode não ser nada, pois
[nada terá valor

A criatura ardendo na própria chama
Destruidora implacável dos bens
[como das alegrias.
A ela se condenam os danados, e
[haverá uma grandeza terrível
Na danação.
Mas também um nada pode ser tudo
[e a vida rebentar em milagrosa
[alegria
O que acontece a um imperceptível e
[no entanto inegável
Sinal do céu.

A todos ele se manifesta mais cedo ou
[mais tarde um dia
O dia
A hora
O instante
Que é preciso agarrar como quem se
[pendura às asas de um avião.
Vale todos os riscos, angústias e
[terrores
Pânicos
A vertigem apavorada dos pesadelos
As lágrimas da agonia
O esforço maior que as forças

É a oportunidade — a única.

Le rouge ou le noir, escolha
[irreversível
Não acertou, acertasse
E, homem, te dana, que a suma
[incapacidade é não reconhecer o
[destino.

Os fracassados alegam desculpas
Tomaram a nuvem por Juno,
[pensaram ver um oásis
Foram na miragem certos de
[controlar a jogada
Um efeito imprevisto os tirou do
[lance.
Deslocados inúteis batidos.

Sem dúvida que isto acontece como
[em qualquer peleja

Na cotidiana peleja consigo mesmo de
[cada um.
Nesta, porém, é acertar ou errar de
[uma vez por todas
Não ligando a soluções que sejam
[como a jóia falsa que se usa
Enquanto fica na caixa forte a
[legítima.
A questão, uma só, é reconhecer o
[destino
E seja a que preço for cumpri-lo
Como quem mergulha de olhos
[abertos
É precipitar-se no abismo
A um imperceptível e no entanto
[inequívoco
Sinal do céu.

(1961)

Mutação dos Sábados

Já gostei muito do sábado
por ser véspera de domingo.
O sábado era um dia bonito,
[confortável, apaziguador.

Era o dia mais intenso
o mais fecundo dos dias.

Hoje, porém, os sábados fizeram-se
[meus inimigos.
Tornaram-se inóspitos, agressivos,
[terríficos e não me dão quartel.
Perderam a força, perderam a beleza,
[perderam o sentido
Perseguem-me, torturam-me,
[martirizam-me
cravam-me flechas pelo corpo
para melhor me exporem ao apetite
[das feras.

É talvez porque continuam a ser a
[véspera de domingo.
E o domingo, meu Deus, não é um
[dia mas uma noite infindável,
[sem esperança de remissão.

No Havaí, o 19.º poema

O 19.º poema de Prudente (ou de Pedro Dantas) foi publicado no Havaí. Explica-se o estranho caso: o escritor e poeta romeno Stefan Baciu, que viveu no Brasil nos anos que se seguiram ao pós-guerra dedicou a Prudente a edição de novembro de 1975 de sua **Carta Internacional de Poesia**, a revista **Mele**. Baciu a edita em Honolulu, capital do Havaí, onde leciona no Departamento de Línguas e Literatura Européias da Universidade do Havaí. Além de poemas de Prudente-Pedro Dantas, Baciu transcreveu na revista o poema **Pedro Dantas**, de Drummond; o poema de Manuel Bandeira em resposta a **Ao Meu Tio**, de Prudente; um poema dele próprio, Baciu, e um texto de Pedro Nava sobre seu amigo do Colégio Pedro II. Esse 19.º poema é **O Mágico**, que não figura na antologia de poetas bissextos organizada por Bandeira.

O Mágico

Eu fiz de uma flor um rio
o rio volvi em flor
dei ao seu cadáver frio
vida coração amor
fiz desse amor um tormento
longa desesperação
do desespero um lamento
do lamento um cantochão
de uma saudade que tinha
fiz uma nova ilusão
peguei da ilusão, maninha,
joguei ao céu, veio ao chão
ah! doce saudade minha
rolam lágrimas no chão
e uma lágrima se aninha
— ave — na flor em botão
flor de que fizera um rio
nas águas, que solidão!
quanto espinho nesse rio
que dor no meu coração!
O coração fez-se em fráguas
as fráguas em luz e então
joguei-me eu próprio nas águas
reuni todas as mágoas
e compus esta canção.

17-XII-1945

O SER POÉTICO DE PEDRO DANTAS

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

"Perdê-lo dá uma pena enorme aos que o conheceram. Não é fácil imaginar outro Prudente, outro Milton Campos, outro Rodrigo M. F. de Andrade, homens assim, fora do modelo trivial."

Há dois anos, o poeta Stefan Baciu, professor na Universidade de Havaí, e antigo colaborador do **Diário Carioca**, apertou-lhe a saudade dos amigos brasileiros, e resolveu homenagear um deles, que valia por todos: Prudente de Moraes, neto. Baciu mantém, para o prazer de alguns loucos mansos, espalhados no mundo, uma «carta internacional de poesia», Mele, pequena revista «sem lenço, sem documento», onde poetas de todas as nações e línguas imagináveis se reúnem como num ponto ideal da Terra. O número 32 foi então dedicado a Pedro Dantas, poeta e jornalista que lançou mão de pseudônimo para não se apresentar como neto de Presidente da República, embora na vida cotidiana honrasse e seguisse a lição ética do avô. Convidado por Baciu, deixei ali quatro linhas em que procurei definir o eu profundo de Prudente:

A poesia habita,
secretíssima, a casa de sua vida.
Sobe apenas ao mirante, de longe em longe.
Que sol!

Acho que não preciso acrescentar nada ao louvor de Prudente. O que ele foi como figura pública, durante tantos anos de jornalismo político, que envolvia sempre doutrinação democrática, é do conhecimento geral. Sua atuação na ABI, não podemos esquecê-la: Prudente foi o herói civil, sem medo e sem bravata, que nos momentos certos defendeu o princípio certo e, com ele, a pessoa física e moral dos jornalistas. Todos lhe devemos este serviço. Quem foi preso ilegalmente, quem não foi preso mas não pôde escrever ou publicar, quem não escreveu mas guarda no coração o sentimento da liberdade de expressão, ao vê-la recusada a outros, todos nós tivemos em Prudente o defensor, o protetor, a garantia maior. Isto não se esquece, ou não deve ser esquecido, principalmente para que sirva de exemplo a seus sucessores na Casa dos Jornalistas. Mas o Prudente íntimo, lírico, que se revelava em poemas sem intenção de publicá-los, pois jamais coeditou em livro e só a afeição de Manuel Bandeira reuniu 18 deles na antologia de bissextos, esse é conhecido de poucos fora dos meios literários.

A serenidade, o equilíbrio pareciam vestir a pele de Prudente, amigo a quem se recorria para obter um bom conselho ou enxergar melhor na confusão política. Mas por trás, o ser insuspeitado era capaz de escrever os mais patéticos e machucados cantos de amor, com uma febre passional que lhes assegurava a autenticidade. O autor de **A Cachorra** («Veio uma angústia de cima/ pelos ombros me agarrou/ no mais fundo do meu peito/ sua lâmina cravou») soube converter em magia poética o problema humano sem que nem de longe seus companheiros de vida prática percebessem nele essa condição de poète damné envolto em cintilações noturnas. Não havia dualismo em Prudente. Havia o pudor levado a uma grande plenitude que só autorizava a confissão simbólica ou metafórica da poesia, esse instrumento de confissão pública que exonera nossos fantasmas sem que a multidão sequer desconfie da operação lancinante.

A noturnidade em que se movia o ser secreto não era entretanto um dado de horror sem remédio. Dois dos maiores poemas de Pedro Dantas deixam filtrar a luz no caos dos sentimentos em convulsão. Um é a citada **Cachorra**, em que, após todos os sofrimentos imagináveis do amante, «o céu se rasga para a maravilhosa aparição». Outro é aquele em que «a criatura ardendo na própria chama» se atira à grande jogada: «É acertar ou errar de uma vez por todas/ não ligando a soluções que sejam como a jóia falsa que se usa/ enquanto fica na caixa forte a legítima./ A questão, uma só, é reconhecer o destino/ e seja a que preço for cumpri-lo/ como quem mergulha de olhos aberto./ É precipitar-se no abismo/ a um imperceptível e no entanto inequívoco/ sinal do céu».

Este sinal do céu, que não é necessariamente submissão do homem a um poder superior, mas antes a compreensão e a aceitação de si mesmo, como ato gerador da vontade, ilumina a vida inteira de Prudente de Moraes, neto. Ele não foi infiel à consciência nem à herança cívica nem à cultura adquirida, e como homem viveu na modéstia e na pureza que eram bens de sua natureza. Perdê-lo dá uma pena enorme aos que o conheceram. Não é fácil imaginar outro Prudente, outro Milton Campos, outro Rodrigo M. F. de Andrade, homens assim, fora do modelo trivial.

NESTE NATAL

Com esta sensação de perda, que me resta neste Natal-Ano Novo, senão desejar a amigos e leitores que bondosamente me dirigem votos afetuosos? A todos agradeço com esta tentativa de recado:

Quantas rosas se perdem
se perdemos a idéia
de rosa.

Quanto azul descolore
em nosso esquecimento
de azul.

Quantas horas não chegam
se negamos a hora
de esperar.

Jornal do Brasil
24 de dezembro de 1977.

PRUDENTE, por Bandeira, Baciu e Nava

A Resposta de Bandeira

Prudente de Moraes, neto

O autêntico poeta, dileto
Meu crítico e companheirão,
Deu-me a maior prova de afeto
De que eu podia ser objeto:
Fez-me tio por adoção.

Prudente! Prudente e discreto
Como o avô, o Santo Varão.
Bem grande avô! Bem grande neto,

O autêntico.

Tomo aqui o tom mais circunspeto
E dou a bênção — ou benção,
Como seria mais correto —
Ao sobrinho do coração,
A Prudente de Moraes, neto,

O autêntico.

A Saudação de Baciu

A Pedro Dantas

Amigo de Ivã Goll, admirador de
[Zagalo,
filósofo do samba e da cerveja gelada
intérprete do homem que vive na
[alma do cavalo
doutrinário do samba e da conversa
[fiada
sobrinho honorário do Máximo Poeta
grão-senhor do Modernismo e do
[desporte
mestre oculto com voz ímpar e
[discreta
envio-te desta Ilha o abraço saudoso
[e forte.

Honolulu, Ilha de Oahu

Maio, 9-974

A Evocação de Pedro Nava

Prudente

Conheci Prudente de Moraes, neto, por volta de mil novecentos e dezessete ou mil novecentos e dezoito no glorioso e querido Pedro II. Vestia sempre nosso segundo uniforme, cuja gola comportava, lado a lado, na frente, um pedacinho de trê sobre o qual se espalmavam ramos prateados de carvalho. Era menino ar às vezes alegre, ora tristonho mas invariavelmente bom. Essa bondade jorrava de granles olhos claros, muito fixos e muito observadores. Olhos de quem estava curtindo a vida linha por linha, hora por hora. Ele era amorável, generoso, comunicativo e possuía todas as armas da infância.

Depois saímos do colégio e fomos nos reencontrar nos tempos de «Estética", quando ele e Sérgio Buarque de Hollanda estiveram em Belo Horizonte, planejando seu lançamento. Convidou-me para representar a revista em Minas. Pediu-se que ilustrasse um de seus anúncios. Como é que eu podia adivinhar que isto ligar-me-ia, historicamente, aos pródromos do Modernismo?

Veio o Rio e aí — foi para sempre. Agora não era mais Prudente, mas Pedro Dantas — crítico literário, comentarista político, poeta bissexto, jornalista, cronista, memorialista, polígrafo e mestre. Passei a admirar nele o bom gosto, a oportunidade, a poesia, a qualidade da lembrança, a precisão do noticiarista, o valor da marcação temporal, a variedade do saber e a inata didática. Tudo o que compõe essa fabulosa criatura humana. E digo fabulosa porque, conhecendo-a da infância — posso testemunhar que o Homem não matou a Criança. Vieram os óculos, os cabelos brancos. Vieram... Mas quando olho Pedro Dantas, com seu chapéu e sua bengala, quem vejo é o «Pruda", o neto, o menino que ele soube conservar contra tudo, contra todos, contra si mesmo, contra a Vida.

Rio, 1975.

Nascimento e batismo de Pedro Dantas

MARIA AMÉLIA MELLO

O pseudônimo Pedro Dantas nasceu em 1928, por acaso, "uma anunciação, um acontecimento sobrenatural, sei lá", como contou Prudente em entrevista à escritora Maria Amélia Mello, a 20 de maio de 1976. O trecho sobre o nascimento de Pedro Dantas foi extraído da reportagem, A Literatura Está Sendo Substituída Por Outras Formas de Expressão, **em que Maria Amélia reproduz sua conversa com Prudente. A matéria foi publicada no** Caderno de Sábado **do** Correio do Povo **de Porto Alegre do dia 11 de fevereiro deste ano.**

DEPOIS de algumas tentativas, assinando Mateus, Matias e Clodoaldo, sem contudo me encontrar, fixei-me em Pedro Dantas. Gostava do nome Pedro, faltava lhe dar uma família. Pedro de quê? Queria um pseudônimo comum, nada que denunciasse sua natureza. E ele veio por acaso. Estando em São Paulo, recebi um convite para uma reunião. Ao telefone, anotando o endereço transmitido por Antônio de Alcântara Machado, começou a história. De um lado da linha, Antônio me dizia: Rua Santa Cruz. Do outro, repetia eu: Sim, **Dantas** Cruz. E ficamos assim, nesta conversa de surdos, repetindo equívocos, pois as ligações eram péssimas naquela época.

À hora marcada, parti para a Rua **Dantas** Cruz. Evidentemente não consegui encontrá-la. Por fim, tendo procurado por todo o bairro, resolvi perguntar a um entregador. Dizendo não conhecer tal rua, me indicou a Santa Cruz. Embora cansado, tentei esta pela última vez. Era lá.

Depois da festa, em casa, comecei a pensar no engano e, daí, em Pedro **Dantas** Cruz. Ao vê-lo assinando um artigo no jornal **A Província**, dirigido por Gilberto Freyre, em Recife, em 28, acreditei ter me encontrado.

Mas a história não acaba aí. Em 1941, preparando-se algumas comemorações do centenário de meu avô, o Capanema me convidou para fazer uma conferência sobre seus feitos, nossa família; esse assunto. Achei a idéia boa, mas só aceitaria o convite se conseguisse encontrar uma contribuição que não estivesse ao alcance de qualquer pesquisador. Como não encontrei nada de especial, não fiz a tal conferência. Mas, nestas pesquisas familiares, verifiquei nossa árvore genealógica. E, para minha surpresa e emoção, vi que os Moraes descendiam de dois Dantas, um dos quais se chamava Pedro de Moraes Dantas. Como se vê, não é **apenas** um pseudônimo, é um nome de família que estou revivendo.

Retrato íntimo de Prudente

AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO

"Prudente era uma das almas mais puras, mais íntegras, e um dos temperamentos mais combativos. Sendo tolerante, era inflexível, não cedia. Discutia, compreendia, aceitava, mas muito raramente cedia. Isso fazia dele aquilo que sempre representou: uma espécie de enigma entre a sua doçura, a sua tolerância e a sua integral inflexibilidade de princípios."

O Sr. Afonso Arinos de Melo Franco — Sr. Presidente, eu começo agradecendo muito sensibilizado as expressões de Barbosa Lima Sobrinho sustentando que caberia talvez primeiro a mim a obrigação de falar sobre Prudente de Moraes, neto.

Não acho. Acho que, ao contrário, a parte final da vida de Prudente, aquela em que ele atingiu a sua expressão definitiva na História contemporânea, foi vivida juntamente com Barbosa Lima na ABI e, consequentemente, cabia a Barbosa Lima, seu companheiro de lutas naquela entidade defensora das liberdades públicas, o direito e a obrigação de homenagear, em primeiro lugar, o nosso querido companheiro.

Tenho, entretanto, algumas coisas pessoais que gostaria de deixar gravadas na memória da Academia e procurarei, para não me alongar muito, concatenar aqui, pela lembrança, a síntese do que escrevi sobre Prudente no dia da sua morte.

Isso faz parte de um livro que estou preparando, chamado «Diário de Bolso», e essa nota é exatamente do dia do falecimento de Prudente, notícia que recebi, com que surpresa — apesar de estar ciente de que não tardaria, eis que o médico nos tinha advertido de que ele não chegaria ao ano novo —, na manhã, em Petrópolis, ouvindo o jornal de notícias do rádio.

Vou ver se concateno aquilo que já escrevi.

NO princípio as nossas relações não chegaram a ser nossas porque tínhamos relações de amizade em duas gerações, no tempo do pai e dos avós. Meu avô, Cesário Alvim, foi muito ligado ao Presidente, e meu pai foi ligado ao pai de Prudente. Assim é que nos conhecemos antes de atingir os 11 anos.

Prudente estava interessado em romances policiais e sonhava fazer qualquer coisa brasileira que despertasse o interesse dos romances que então liamos. Ele me emprestou a primeira edição de Sherlock Holmes de Conan Doyle, em vários volumes, numa tradução francesa.

Depois, no Pedro II ele estava no Externato e eu no Internato, mas a nossa convivência era contínua porque fazíamos excursões pelos cinemas da Avenida Rio Branco e da Rua da Carioca, pela Confeitaria Pascoal, onde íamos comer massas, coxinhas de galinha, e nas nossas saídas noturnas, nas quais vagávamos de bonde pelas ruas de Botafogo, cheias de chácaras, de mangueiras, de casarões no meio de jardins.

Prudente morava, então na Rua Barão de Itambi, quase pegado à casa de Olavo Bilac. Nós tínhamos a preocupação de surpreender Bilac na intimidade, mas nunca conseguimos.

Bilac, solteirão, levava uma vida bastante misteriosa para nós, que da janela do andar superior víamos o interior da sua residência, modesta, ordenada, mas nunca conseguimos vê-lo escrevendo nem mesmo transitando pela rua.

Posteriormente fomos companheiros de Faculdade.

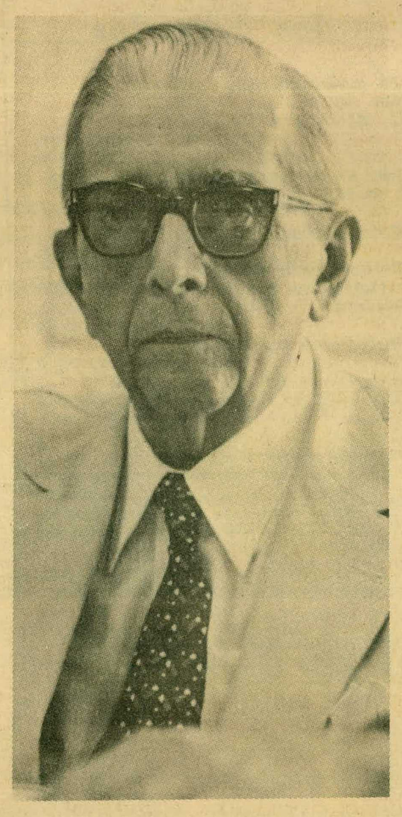
Prudente diz na entrevista que deu ao «Estado de S. Paulo" que eu o tinha iniciado na visão da literatura moderna. Ao contrário, ele é que me abriu as portas da literatura moderna. Eu tinha talvez mais leitura francesa do que ele que era muito apegado aos clássicos portugueses, mas quem me revelou a poesia moderna, em primeiro lugar, foi João Ribeiro, emprestando-me um livro de Ribeiro Couto, «Jardim das Confidências". João Ribeiro era meu professor. Em segundo lugar, foi Prudente, já como estudante, que começou a me emprestar os novos escritores franceses. Eu tentei entrar com ele no grupo da «Estética» mas não consegui porque adoeci e embarquei para a Europa, doente, em 1924.

Estávamos sendo atraídos por Mário de Andrade e por isso mesmo oferecíamos uma certa resistência àquele dogmatismo exotérico, um pouco arbitrário, de Graça Aranha. Graça representou na «Estética» uma espécie de totem, uma espécie de figura mítica que reunia os jovens em torno de seu nome. Ele tinha muita bondade para comigo em função das relações que teve com meu tio Arinos, na Europa. E coisa curiosa: Graça Aranha nunca me deu um livro modernista.

Essa época foi extremamente fecunda porque Prudente despontava para aquela sua missão de liderança recôndita, de liderança não declarada, porém reconhecida. Ele era, de certa forma, o nosso chefe, embora escrevesse muito pouco e não pretendesse dominar nas conversações que se desenrolavam no Café Simpatia e num outro que existia na esquina de Assembléia com Avenida Rio Branco, o Café Suíço.

A nossa convivência se estendia ao pai de Prudente, que era companheiro de meu pai na Comissão de Justiça da Câmara. O pai de Prudente representava, já naquele tempo, a resistência contra a centralização do poder exercitada por Artur Bernardes. Então havia controvérsias calorosas nas conversas da Rua Barão de Itambi.

Mas a atmosfera da casa do pai de Prudente era hospitaleira. Ele representou, no princípio do século, uma figura conhecida na sociedade, a figura do solteirão maduro e glorioso. Ele tinha uma frisa no Teatro Municipal em companhia de Carlos Peixoto e James Darci e, como eram deputados de grande prestígio na Câmara, despertavam a faiscante curiosidade dos **lorgnons** femininos das outras frisas.



Nessa época tínhamos discussões muito fortes, porque eu, solidário com meu pai, sustentava a posição dele; Prudente, que tinha afeição fraternal pelo meu pai, se afastava um pouco dele mas debatia comigo os problemas da época.

Mas a grande descoberta da ocasião foi que o pai de Prudente tinha escondido no alto da biblioteca, dotada de escadas giratórias, aquilo que hoje homens da mesma geração escondem: romances eróticos. Ele tinha uma coleção de Doly e de Henri Ardel, romances de mocinha que nós retiramos e exibimos a ele como um grito de escárnio, como uma provocação à sua inocência, o que lhe causou uma fúria desencadeada contra nós. Ele tinha um pintassilgo numa gaiola, pássaro esse que despertou polêmica até na Câmara dos Deputados.

DEPOIS nós evoluímos, fomos companheiros a vida inteira. Prudente foi assaltado, em certa fase, pelo infortúnio. Enfrentou situações particulares extremamente dramáticas das quais participei como acompanhante involuntário e como confidente constante. Esses sofrimentos da vida de Prudente ele os soube superar e transformar em uma das mais belas poesias da língua portuguesa. Ele fez essa amargura do coração, esse desencanto do sentimento, essa expressão da alma se transformar e florir naquela estupenda poesia que é uma das revelações mais extraordinárias do seu talento. (1)

Por causa dessa poesia, Manuel Bandeira, que tinha por Prudente afeição de irmão mais velho, me chamava a atenção para esse aspecto, dizendo: «Prudente é um dos motores intelectuais mais poderosos da sua geração, não é um motor rápido, é um motor possante. Prudente gosta de jornal; olhado de longe, a cabeça dele parece uma rotativa, máquina pesada, mas se se olhar de perto tem uma porção de rodinhas e aquilo tudo está mexendo.»

Prudente era uma das almas mais puras, mais íntegras e um dos temperamentos mais combativos. Sendo tolerante, era inflexível, não cedia. Discutia, compreendia, aceitava, mas muito raramente cedia. Isso fazia dele, na minha opinião, aquilo que representou sempre: uma espécie de enigma entre a sua doçura, a sua tolerância, e a sua integral inflexibilidade quanto aos princípios, o que correspondia no convívio a uma pureza sem paralelo, uma pureza quase que infantil e ao mesmo tempo uma boêmia existencial que ia juntamente com esta inocência, uma inocência profundamente arraigada de alma e uma vida que eu qualificaria com esta expressão: uma vida solta, uma vida existencialmente boêmia que levou durante muitos anos. Ele levou uma vida pelos bares da Praça Onze, pelas gafieiras dos subúrbios, pelas ligações especiais de tipo pouco previsível num homem daquela categoria intelectual e social: enfim, era uma contradição estranha aquela imutável integridade e aquela vida **non chalante**, aquela vida dispersiva.

Ele foi, afora suas qualidades intelectuais e morais, a expressão do pensamento republicano. Dos três Prudentes ele foi o mais perfeito republicano, como foi de longe o mais intelectual dos três, o mais cultivado dos três. Tinha da República não aquele sentimento de adesão instintiva, aquele amor histórico; tinha mais que isso, tinha a concepção intelectual, teórica, o conhecimento doutrinário dos princípios republicanos.

Prudente era um republicano no sentido do Manifesto carioca de 1870, do Manifesto paulista de 73, do Manifesto mineiro de 88; era em suma um republicano federalista na acepção do pensamento republicano francês, enriquecido pela experiência dos Estados Unidos. Tinha a noção e a experiência mental do regime republicano, quer dizer, a integridade do exercício do poder, a pureza da função pública, a separação entre os diferentes órgãos da soberania, a autonomia federativa, a dedicação impessoal ao exercício do mandato eletivo, a temporariedade dos mandatos, o poder civil.

SR. PRESIDENTE, a morte de Prudente de Moraes, neto, deve dar à gente a idéia da fundação em 1877 do Partido Republicano. O Brasil está de fato precisando readquirir o hábito de pensar republicanamente, porque a República desapareceu, não apenas das nossas práticas, mas da nossa memória. Hoje o Partido Republicano seria talvez mais adequado do que foi em 1870, porque em 70 o Partido Republicano encontrou uma atmosfera de receptividade que não o faria tão necessário quanto agora. Agora existe uma carência do espírito republicano que justificaria — sem qualquer outra preocupação de ele se opor a ninguém, nem de avançar no terreno das idéias sociais, no terreno do desenvolvimento econômico, no terreno da aplicação da tecnologia à vida política — apenas os princípios essenciais do Estado republicano que desapareceram da memória dos brasileiros. Prudente foi o último republicano que conheci, o homem que tinha o sentimento da República, o amor da República e o conhecimento do que é a República.

Prudente foi o meu companheiro de infância, o meu companheiro de juventude. Foi ele que me lançou na Câmara dos Deputados. Eu era inteiramente desconhecido e a minha atuação na Comissão de Justiça provocou de Prudente — que era um dos mais conceituados cronistas parlamentares da época — um artigo, no **Diário Carioca**, intitulado **Deputado à vista**, que me fez entrar no plenário como alvo da curiosidade dos outros deputados.

NO FIM da vida, Sr. Presidente, o espetáculo que ele me ofereceu foi uma das coisas mais pungentes que conservo na memória. Na última visita que lhe fiz — eu sabia que ele estava perdido e ele também sabia —, na hora em que me levantei para sair, contei qualquer coisa engraçada e ele começou a rir, com grande **éclat**. De repente me voltei e vi Prudente, com aqueles olhos claros completamente alagados de pranto e um riso na boca, rindo e chorando ao mesmo tempo. É a imagem que conservo dele, aquela imagem de força, de ternura, de bondade, de um homem que nunca me faltou, nunca procedeu de forma diferente daquela que eu sabia que ele ia proceder, eu sabia de antemão como ele ia reagir.

É lastimável que ele não tenha reunido em livro a obra que escreveu. A vida de Prudente foi modificada pelas circunstâncias a que me referi, com a discrição necessária, e foi também talvez cortada pelo fato de ele se orgulhar da sua condição de carioca e não ter querido enraizar-se em São Paulo, como o pai queria. Se ele tem ido para São Paulo, por volta de 1920/21, com o nome, com a tradição política dentro do Partido Republicano, com a parentela que lá possuía, teria sido uma das grandes figuras da vida política brasileira. São Paulo soçobrou, em grande parte, pela ausência de representantes civis à altura da sua responsabilidade republicana; faltou a São Paulo um homem que representasse aquela tradição republicana de São Paulo. Prudente teria sido esse homem, mas, preso aos encantos do Rio e à graça da cidade que amava, não conseguiu seu destino, seu destino pessoal, seu destino literário, seu destino político, mas nos impregnou a todos nós seus companheiros da sua presença. É um destino ausente mas uma presença constante. Sua personalidade está dentro de nós, nos acompanha e até certo ponto, a mim pelo menos, me guia. Ela me dirige.

(1) Alusão ao poema **A Cachorra**, reproduzido nesta edição.

Afonso Arinos de Melo Franco foi o amigo mais íntimo de Prudente: os dois se conheceram antes dos onze anos e mantiveram ao longo de mais de sessenta anos uma amizade exemplarmente fraterna. Na sessão em que a Academia Brasileira de Letras prestou homenagem póstuma a Prudente, coube a Arinos traçar aquilo que Barbosa Lima Sobrinho, ao falar da cerimônia perante o Conselho Administrativo da ABI, definiu como «o retrato íntimo de Prudente», cinzelado por aquele que mais de perto o conheceu. É este texto, inédito na imprensa, que publicamos a seguir, com base nas anotações da própria Academia, antes mesmo de revistas pelo autor.

A ÚLTIMA ENTREVISTA

NO princípio de novembro, menos de dois meses antes de sua morte, Prudente de Moraes, neto, concedeu longa entrevista a **O Estado de S. Paulo**, que designou quatro de seus qualificados jornalistas para ouvi-lo: Villas-Bôas Correa, Ferreira Gullar, Marçal Versiani e Lourenço Dantas Mota. Embora acometido da doença que o mataria e convalescendo de delicada intervenção cirúrgica, Prudente discorreu longamente, com extraordinária lucidez — que ele conservou até os últimos instantes de vida — sobre os temas mais variados, falando sobre sua trajetória intelectual, política e jornalística e expondo teses que traduziam seu conhecimento de diferentes campos — como por exemplo a de que o romance é um gênero que se esgotou e a de que a pintura hoje se dissolveu na arquitetura, assumindo função puramente decorativa. De política, é claro, falou extensamente: contou sua participação na contestação à posse de Getúlio Vargas em 1950 e no movimento militar de 1964, analisou o AI-5 («é a antilei, como a antimatéria é a antimatéria») e manifestou sua confiança na reorganização democrática do País. A esse respeito, suas palavras finais foram de otimismo: «Não devemos desanimar».

O Estado de S. Paulo publicou o texto deste depoimento — espécie de testamento de Prudente — em duas páginas inteiras de sua edição de 25 de dezembro de 1977, quatro dias após a morte de Prudente, sob o título **Fim da exceção, último apelo de Prudente**. Como ilustração ofereceu fotografias de vários momentos da vida política e intelectual de Prudente: o jovem dos 20 anos; com Otávio Mangabeira; com o brigadeiro Eduardo Gomes; em **O Estado**, com Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita; com o senador Petrônio Portela, no encontro realizado em sua casa exatamente um mês antes de sua morte; na ABI, «o último posto de luta». A entrevista é reproduzida na íntegra, com os títulos de página e os intertítulos dados pela redação do **Estadão**.

COMO e quando começa a sua participação na vida do País? Ela se dá por meio da literatura ou da política?

A minha participação na vida do País começa por meio da literatura. E' claro que alguns anos antes disso eu já tinha quer opiniões literárias, quer convicções políticas. Mas essas últimas não prosperaram, porque pouco tempo depois fui obrigado a revê-las e abandoná-las. As minhas primeiras convicções políticas foram anarquistas, e fui levado a eles por colegas anarquistas e principalmente pela influência de um grande professor, que foi José Oiticica, líder do anarquismo no Brasil. Oiticica era uma figura extraordinária, mesmo física. Uma vasta cabeleira negra, passo de marinheiro a bordo, uma voz que a gente adivinhava ser de barítono, e uma segurança muito grande.

No início de sua atividade literária, o sr. teve uma associação muito íntima com Sérgio Buarque de Holanda e Afonso Arinos de Melo Franco. Poderia dizer alguma coisa sobre essa colaboração, essa convivência?

A família de Afonso Arinos era muito ligada à minha. Freqüentava sua casa e fui tomado da natural admiração que o Afonso desperta em qualquer pessoa que se aproxima dele. Ele tinha uma formação literária bastante diferente da minha, que era principalmente clássica portuguesa, enquanto a dele era mais francesa, mais internacional. Estava bem mais avançado do que eu em matéria de literatura, de estética. E eu, formado na literatura clássica portuguesa, estava preso, ainda, aos idea's da formulação, digamos, naturalista, do parnasianismo. Esse era o meu ideal, embora não tivesse motivos para esperar a realização de uma obra própria em literatura. O que me agradava em literatura era o parnasianismo, era o naturalismo. O poeta da minha admiração, o poeta da minha especial devoção, nesse tempo, era o Bilac.

Como essa admiração por Bilac resiste hoje ao desgaste do tempo, como lê hoje Bilac: com o mesmo encanto, ou com um encanto aborrecido? Ainda lê Bilac?

Leio Bilac raramente, mas ainda encontro nele encanto, ou alguma coisa do encanto que encontrava naquele tempo. E' preciso ler Bilac hoje como se lê Camões, como se lê Bocage, como se lê qualquer grande poeta de outros tempos, que não significam mais para nós o que significavam antigamente, mas que trazem em si, na arte de compor um poema, de compor um verso, de dizer, de falar poeticamente, alguma coisa, uma força, uma pujança interior à qual não se pode ser insensível. Eu, pelo menos, não sou insensível a ela. Seria uma falta de sensibilidade quase total, se não uma burrice, o homem de hoje, pelo fato de não partilhar das mesmas linhas estéticas e técnicas que dominaram determinado poeta, não ser sensível ao que ele diz.

Como e quando se dá a passagem dessa sua visão estética, parnasiana, para o Modernismo?

Quando se deflagrou o movimento modernista, com a Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922, reagi com todos os piores espíritos da época em relação a essa coisa que parecia uma loucura, realmente uma loucura. O Monteiro Lobato tinha traduzido bem isto num famoso artigo de crítica à exposição de Anita Malfatti, em 1917 — «Paranóia ou mistificação». Essa era a síntese do pensamento não modernista em relação ao Modernismo. E eu participava dessa opinião. Mas não era ninguém: não tinha obrigação de pensar nada sobre pintura, nem sobre poesia.

Nessa altura estava com 13 para 14 anos. Não tinha nada que dizer, nada que opinar. Era apenas uma reação interior. E fui seguindo nisso. Quando entrei no Pedro II, estudava os clássicos: Camões, Bocage, Sá de Miranda. E via aqueles desvairados, aqueles mistificadores ou paranóicos continuarem a agir. Mas não ligava muito, não prestava muita atenção ao que faziam, nada tinha em comum com eles. E foi assim até 1918 ou 1919. Enfim, durou uns dois anos.

Aconteceu então uma coisa curiosa: encontrei, folheando uma daquelas revistas que impressionavam mais pelo volume e pela apresentação gráfica do que por qualquer outro motivo uma poesia de Manuel Bandeira. Tinha especial interesse pelo Manuel Bandeira, porque conhecia o Souza Bandeira, tio dele, e sabia que o rapaz era poeta. E li aquele poema com o mais indignado horror, porque contrariava todas as noções que tinha, que achava razoáveis como técnica poética, como concepção poética. Para mim, aquilo era um atentado, e até comentei com alguns colegas do Pedro II: «Mas que coisa horrorosa». Mantive-me nessa posição por alguns dias. E veio a acontecer o seguinte: um dia comecei a repetir para mim mesmo versos desse poema horrível.

Lembra-se que poema era esse?

Sim. **Santa Maria Egipciaca**. Isso aconteceu uma, duas, três vezes, até que um dia fiz a seguinte pergunta. «Por que repito e me lembro de um poema que considero horroroso, o fim da picada? Não tem sentido. Se é o fim, por que é que me voltam à memória esses versos? Por que me marcam de tal maneira, que não consigo me esquecer deles? Só há uma resposta: é que não são tão ruins assim. Pelo contrário, devem ser bons, tão bons que não consigo me desprender do que dizem. Eles ficaram em mim, me marcaram, me entraram na carne. Então são bons versos? Então é um bom poema?

> **"E via aqueles paranóicos continuarem a agir"**

Mas, admitindo a hipótese de ser um bom poema então ele deve obedecer a uma boa estética, a uma boa concepção da poesia e das coisas, a uma boa concepção da poesia em função da vida. Então é preciso rever tudo isso». E revi. Revi e mudei. Mudei e não tinha que dar satisfações a ninguém, era um cidadão, um particular. Mudei e fiquei quieto.

Sua estréia literária foi como crítico ou como poeta?

Comecei simultaneamente como crítico e como poeta. Essa pergunta envolve a fundação da minha revista **Estética**, que foi uma revista cheia de defeitos materiais, porém importante no seu tempo. Nela colaborava duplamente, como poeta e como crítico. Fazia notas críticas e no primeiro número publiquei um poema. Fizemos uma revista porque achávamos que, tendo deixado de circular a **Klaxon**, que era o grande veículo do modernismo em São Paulo, o movimento precisava de um órgão que o representasse, que falasse por ele. E também que representasse um pouco uma segunda fase, menos combativa e mais construtiva. Uma fase mais de procura de caminhos que de demolição.

Essas eram as nossas idéias, que sugerimos a alguns companheiros. Todos aceitaram, nem sempre pensando a mesma coisa, mas dispostos a colaborar. Ninguém talvez tenha concordado plenamente com o que estava na minha cabeça, a não ser o Sérgio Buarque de Holanda, porque ele era naquele tempo um companheiro de 24 horas por dia, pode-se dizer. Passava a manhã comigo, a tarde e a noite, até de madrugada, ia me levar em casa, depois eu ia levá-lo em casa, e tudo isso discutindo literatura.

A posição da revista já implicava uma certa visão crítica da primeira fase do modernismo?

Sim, implicava uma certa visão crítica da primeira etapa do modernismo, e a possibilidade de se extrair dele muito mais coisas que na primeira fase. Uma coisa mais sólida, mais construtiva, no sentido de obras, pois a primeira etapa modernista não tinha dado uma obra, um grande romance, um grande poema. Era mais combativa e destruidora.

A história literária brasileira é toda ela um reflexo quase imediato dos movimentos europeus. Como o modernismo se coloca nesse quadro?

Também como reflexo.

Mas sem nenhuma diferença com relação ao grau de autonomia?

Não. Com uma diferença com relação ao grau de autonomia, porque havia a consciência nítida da necessidade de diferenciar. Sem os movimentos europeus, o modernismo não teria surgido no Brasil. Nada há que nos permita classificá-lo como um movimento próprio, que tivessemos inventamo aqui. Inventamos depois algumas facetas, alguns aspectos diferentes. Mas isso já numa segunda fase.

Como surgiu o nome Estética?

Fomos obrigados a nos sujeitar, nesse caso, a uma imposição autoritária do Graça Aranha. Ele já tinha escrito a **Estética da Vida** e estava publicando vários pequenos — não sei como chamá-los, pois ele próprio não sabia, chamava-os de «ins» — pensamentos relativos a problemas de estética. Estava muito interessado na revista e nos ofereceu o artigo de apresentação. Era uma oferta de tal importância que não podíamos recusar.

Num encontro casual, na antiga Casa Carvalho, perguntou-nos pela revista, e se já tínhamos um nome. Respondemos que não, e ele disse: «Então eu dou — **Estética**». E como não podíamos nem tínhamos interesse em brigar com ele, aceitamos. E o Sérgio foi para casa mais cedo, incumbido de vasculhar, nos seus profundos conhecimentos filosóficos, uma forma qualquer de ajeitar o nome dentro de um quadro em que o pudéssemos aceitar sem maior compromisso.

Qual foi a tiragem do primeiro número?

Era para ser de mil exemplares, que ficaram reduzidos a 800, por falta de dinheiro.

E vendeu?

Vendeu uns 600, mais ou menos. Vendeu bem em alguns lugares, como São Paulo, por exemplo, de onde o José Olympio, que era então da livraria da Casa Globo, me pediu de saída 30 exemplares, depois mais 50, e depois mais. Foi onde mais se vendeu. E em Pernambuco também.

Certa vez, num artigo, o sr. chamou Ferreira Gular de «o último poeta», sustentando que a poesia tinha acabado. E não só a poesia, como também o romance. Continua perseverando nessa posição?

Persevero. Há muito tempo tinha sentido que o romance morrera, mas ressalvava a poesia. Cheguei a essa conclusão há muito tempo, há coisa de 40 anos. E sustentei essa opinião pela primeira vez numa entrevista ao Homero Sena, publicada por ele na **República das Letras**. Na ocasião fui bastante espinafrado por alguns colegas.

Gostaríamos que expusesse isso de uma forma mais estruturada.

Não posso prometer isso, mas talvez consiga dar uma idéia aproximada do que penso. O gênero literário não nasce à toa, espontâneamente, sem motivo. Ele corresponde a uma necessidade social. Assim nasceu o romance, assim nasceu a poesia, para corresponder a uma necessidade social. Havia certas exigências do grupo social que só a poesia e o romance podiam satisfazer. Com relação ao romance, sabemos que ele teve um predecessor: a necessidade social a que ele correspondia foi atendida primitivamente, nos velhos tempos, pela epopéia. Ela foi um grande gênero, um gênero nobre da literatura durante muito tempo, até que surgiram meios e modos de se traduzir aquelas coisa de que o grupo social precisava — e que a epopéia lhe trazia — por outra forma, que era o romance. E isso por vários motivos, entre outros o da evolução meramente técnica, como a invenção da imprensa, por exemplo.

Essa explicação nos levaria muito longe, mas acho que posso dar uma idéia rápida do que penso.

A epopéia era caracterizada formalmente por uma repetição de versos. O que significa a repetição de versos? Ela era uma necessidade da conservação dos textos. No tempo em que não havia como conservar textos escritos, eles eram guardados pela repetição de metros, pela repetição de rimas. Então, minha tese é que a poesia é uma mnemônica. Foi criada, feita, mantida, sustentada para que os grupos sociais pudessem conservar aqueles versos.

> **"Comecei ao mesmo tempo como crítico e poeta"**

Quando surgiram modos diferentes de se conservar textos, aquelas histórias contadas sob essa forma rítmica, que eram as epopéias, foram perdendo o interesse, desaparecendo. Não precisavam mais ser feitas. Podiam ser escritas e publicadas. A necessidade social podia ser atendida por esse meio. Foi desaparecendo a necessidade de se escrever com aquela métrica, com aquelas exigências mnemônicas, as histórias contadas na epopéia. A epopéia se exaure por esse motivo e, quando ela se exaure, o romance a substitui.

O romance desenvolve-se então freneticamente, fabulosamente, até o apogeu no século XIX e princípios do século XX. Ao mesmo tempo em que o romance atingia esse ponto de desenvolvimento, surgiram outras manifestações artísticas capazes de preencher a função social. Acho então que, de fins do século XIX em diante, o romance perdeu sua finalidade, que era a de transpor para o texto escrito uma série de acontecimentos reduzidos a uma formulação verbal. Ele conta coisas que se passaram com pessoas, grupos, famílias, cidades. Esta é a função do romance e, atualmente, isto se faz melhor, de um mo-

de mais expressivo, mais intenso, mais nítido, através do cinema, por exemplo, e da televisão.

Não me consta que tenha surgido, nem aqui nem em parte alguma, uma corrente literária, uma escola ou um grupo literário por meio do qual o romance tivesse adquirido uma forma nova, uma nova expressão. Ele não tem mais o que dizer. Há grupos literários que propõem modificações, tentam introduzir novidades em materia de romance. Mas acho que isso acabou. Por isso, continuo dizendo que o romance morreu.

Tudo isso é verdade também com relação à poesia e a outras manifestações artísticas?

Creio que também é verdade em relação à poesia. Houve movimentos de renovação poética, mas eles estão rareando, desaparecendo, sem que outros os substituam. Temos apenas afirmações individuais de forças líricas.

E com relação à pintura e à música?

Da música é difícil falar, porque não tenho muito conhecimento. Quanto à pintura, não é difícil de se dizer que a pintura de cavalete está morta. Tranqüilamente. Mas então a pintura continua assim mesmo? Continua. Mas qual é a função da pintura atualmente? Ela se integra na arquitetura para adquirir uma função decorativa da casa, do edifício. Ela é hoje um elemento integrante da arquitetura. Fora daí, não tem vivência, não tem vida autêntica. Tem uma vida artificial, criada pelos mercados de compra.

Os movimentos mais recentes tendem a liquidar com o quadro como objeto, exatamente porque este se identificou totalmente com a mercadoria, quer dizer, deixou de ser um objeto de arte para ser uma mercadoria. Os movimentos mais recentes tenderam, então, a desintegrar e mesmo a não utilizar o objeto. Daí os **happenings**, forma de expressão como acontecimento; daí a criação de coisas que não se vendem, que são montadas, na Bienal, por exemplo, e depois desmontadas.

Todo mundo sempre estranhou que o sr. hesitasse muito em colocar todas essas idéias num livro, contentando-se com o efêmero do jornal. Mas agora parece que venceu a resistência e escreveu o livro.

Não sei se venci. Está escrito, como dizem os letristas de samba, apenas o «monstro», a primeira forma. São três volumes. Mas é preciso ver se aquilo é realmente um livro e se merece mesmo uma publicação.

E como se chama o livro, já tem um título?

O título que tinha imaginado era **Convite à filosofia**, porque a intenção seria convidar a filosofia para o entendimento de várias coisas. Primeiro, para dar uma base ao nosso conhecimento, e depois uma explicação ao desenvolvimento da matéria viva, desde o princípio. Finalmente, para explicar as funções sociais dessas atividades artísticas e por que os gêneros morrem em função da substituição, do aparecimento de outros gêneros, de outros modos de atender às necessidades a que eles correspondiam.

Até onde recuam suas reminiscências políticas, e quando começa o seu interesse e a sua participação na vida política do País?

A minha participação na vida política do País não pode ser confundida com o meu interesse pelos proble-

"Há muito tinha sentido que o romance morrera"

mas políticos. As duas coisas dividem-se, seguem rumos diversos. Nascido em meio essencialmente político onde se discutia política, onde se vivia política, o meu interesse pelas coisas políticas existiu desde sempre. Esse interesse se manifestou primeiramente pelas grandes campanhas políticas, especialmente a campanha civilista de Rui Barbosa, da qual toda a minha família participava. Era um interesse diário do qual eu não podia me alhear, como filho único que era, e admitido ao convívio dos maiores.

Quanto a uma posição pessoal — porque a campanha civilista eu acompanhei por conta dos mais velhos — ela data da minha adesão ao anarquismo.

Quando me convenci de que era possível e conveniente fazer uma revolução anarquista, resolvi dar o meu esforço pessoal a esse movimento. Aí é que começa o meu posicionamento político. Tinha alguns colegas anarquistas, militantes ou simpatizantes, que me falaram no assunto, e me abriram os olhos para esse problema através de conversas, de leituras.

Mas isso não era suficiente, precisava me aprofundar e fiz isso por meio de José Oiticica. Como professor de Português no Pedro II, Oiticica seguia uma linha exemplar de isenção, não tratava absolutamente de assunto político de qualquer natureza. Mas mantinha um curso particular numa sala dos cursos preparatórios, organizados um pouco à maneira dos atuais cursinhos. Nessa sala, aos domingos, recebia pessoas interessadas em ouvir exposições sobre o programa do anarquismo: justificativas, métodos, causas, oportunidade, tipos de organização da vida social sob esse regime, se é que se pode chamar de regime a uma situação anarquista. Era um programa de 16 ou 17 pontos.

Segui esse curso com grande proveito pela extraordinária inteligência e cultura de Oiticica, aderi a seus pontos de vista e me tornei anarquista. Anarquista ideológico, não anarquista de sair jogando bombas e promovendo greves, apenas ideologicamente preparado para simpatizar, por exemplo, com a greve de 1917 em São Paulo, e para me desinteressar dos problemas políticos convencionais, que continuavam a ser os problemas de minha família.

Mantive-me nessa posição vários anos, e foi nela, por exemplo, que me encontrou a minha adesão ao Modernismo. Verifiquei depois, com surpresa e certa decepção, que o anarquismo — ou pelo menos os anarquistas — reagia violentamente ao modernismo. Não admitiam de maneira nenhuma as manifestações modernistas, porque eram anarquistas no plano social, mas rigorosamente acadêmicos no plano estético e literário. Fiz a experiência disso com o próprio Oiticica.

Em 1917, entretanto, houve um fenômeno que modificou todo o panorama político universal — a Revolução Russa. Ela teve inúmeras conseqüências, como todos nós sabemos, entre elas a de deslocar do anarquismo para o comunismo a maior parte dos anarquistas, as principais figuras do movimento. Passaram para o comunismo o Astrojildo Pereira, pessoa pela qual todos nós — e eu em particular, — tínhamos especial apreço e admiração, o Otávio Brandão e vários outros.

Foram se transferindo, levados pelo ponto em comum que havia entre as duas posições que era a matéria econômica, a propriedade. Creio que foi a posição contrária à propriedade o ponto em comum que facilitou a passagem dos mais importantes anarquistas para o Partido Comunista.

Tentei operar em mim mesmo essa transferência por diversas vezes, mas em todas elas esbarrei na disciplina rígida do partido, que contrariava e contraria todos os princípios anarquistas e todos os meus sentimentos individuais, quer dizer, não se podia aderir ao comunismo sem renunciar à liberdade individual. Por isso nunca me foi possível dar esse passo. Achava impossível aderir a um partido que não admitia absolutamente, muito pelo contrário, a liberdade individual, de pensamento, de expressão.

Isso me levou a reexaminar a minha posição. Ao mesmo tempo em que concluía não ser possível aderir ao Partido Comunista, que era um partido atuante, em pleno desenvolvimento, via também que o meu anarquismo era uma atitude superada, inviável. Não via mais como poderia fazer alguma coisa através do movimento anarquista, que estava em decadência política e até numérica.

O Oiticica sempre negou isso. Lembro-me da última conversa que tive com ele. Toquei no assunto e ele respondeu: «Não, absolutamente. Estamos aí batalhando. Você tem lido a *Ação Direta?*" *A Ação Direta* era um jornalzinho dele que não tinha a menor influência, a menor repercussão.

Senti que o anarquismo não conduzia a nada, porque todos os anarquistas, em todo o mundo, estavam se passando para o comunismo. Então, ficar no anarquismo não tinha nenhum sentido prático, nenhum sentido político.

Era uma marginalização?

Exato. Uma marginalização. Fiquei então em estado de perplexidade durante algum tempo. Depois de algumas pesquisas e um esforço de adaptação achei que poderia encontrar um caminho razoável, talvez não ideal mas em todo caso um caminho razoável e aceitável, na volta às minhas origens políticas, que eram republicanas. A minha família sempre foi republicana e sempre lutou pelos ideais republicanos. Posso dizer, com orgulho, que sempre lutei pelos mais puros ideais republicanos.

Pareceu-me que se nos aprofundássemos devidamente no lema da Revolução Francesa — «Liberdade, Igualdade e Fraternidade» — poderíamos extrair daí um tipo de organização social capaz de atender, se não a todas, pelo menos a muitas das reivindicações sociais e políticas contemporâneas. Passei a estudar como extrair daí alguma coisa que de certa forma substituísse o velho sistema, sem alterar o regime de propriedade, e pudesse como disse, criar um tipo de formação política capaz de corresponder aos desejos, anseios e necessidades da sociedade contemporânea. Essa busca levou alguns anos, de 8 a 10.

Quando começa, então, a sua participação efetiva na vida pública?

Minha participação política só começa a rigor depois de 37, coincidindo com a participação geral dos intelectuais para a derrubada do Estado Novo e a volta à democracia. Comecei a atuar, a escrever, a participar de reuniões e manifestações, assim mesmo muito discretamente. Quando caiu o Estado Novo tinha acontecido um fato muito importante na minha vida: o meu ingresso na vida profissional da imprensa.

Desde os 15 ou 16 anos, eu era um rato de redação mas nunca tinha sido colaborador de jornais. E comecei por cima, na coluna de honra de *A Manhã* de Mário Rodrigues, embora tivesse pleiteado apenas um modesto emprego na redação. Queria ser repórter. Mas fui lá recomendado, altamente recomendado, por Oswaldo Costa, muito meu amigo, e que me fazia, em carta de apresentação a Mário Rodrigues, os maiores elogios. Era um carta que superava tudo o que eu pudesse desejar ou esperar.

O difícil foi encontrar Mário Rodrigues, que tinha uma vida bastante boêmia e agitada. Levei dias sem poder falar com ele, até que o encontrei por volta de uma hora da manhã na redação, escrevendo um artigo. Leu a longa carta de Oswaldo Costa e me perguntou: «O senhor é filho do deputado?» Respondi que sim e expliquei-lhe em seguida que não queria o emprego por questões de subsistência, pois essa eu tinha assegurada, mas para me afirmar numa espécie de trabalho que não era a que meu pai poderia me dar, pois estava me preparando para ser advogado. Queria fazer alguma coisa por mim mesmo, na imprensa.

Mário Rodrigues olhou para mim novamente e me disse: «Olhe, vou lhe dar um conselho. Isto não serve para o senhor». Fiquei arrasado, sem saber o que dizer, eu olhando para ele, ele olhando para mim, até que me disse: «Olhe, escreva que publico. Mas trabalhar aqui, não». E saí com um convite para colaborar nas colunas de honra do jornal.

Colaborei assim em mais dois ou três jornais. Trabalho de redação mesmo só fui ter em 1944. A **Folha Carioca** tinha lançado com grande êxito uma crônica de futebol feita pelo José Lins do Rêgo. Um intelectual da categoria do José Lins tratando de problemas de futebol era uma novidade sensacional, que despertou o maior interesse. A repercussão foi tal que se pensou em procurar um intelectual que pudesse fazer coisa parecida com relação ao turfe. Fui sondado pela **Folha Carioca** sobre se aceitaria a incumbência, e aceitei. Essa crônica de turfe agradou bastante aos meios interessados.

O cronista parlamentar Pedro Dantas nasce no Diário Carioca, não?

Sim.

Em que altura foi isso?

No primeiro dia de funcionamento da Constituinte de 46.

O sr. já trabalhava no Diário Carioca?

Sim. Tinha saído da **Folha Carioca**, onde depois de fazer crônicas de turfe tinha passado a editorialista e finalmente chegara à posição de redator-chefe. Saí da **Folha Carioca** por motivo político, porque o proprietário me chamara para recomendar que não tomasse posição no caso das candidaturas presidenciais. «Olha — disse ele — veja lá esse negócio do brigadeiro, hein? Não se comprometa com ele, porque depois o Getúlio dá um golpe e fica, e nós não temos condições de ficar contra ele. Vá manobrando sem se definir».

Em vista disso, saí. E, quando fui me despedir dos colegas, aconteceu uma coisa extraordinária: muitos aderiram à minha posição. E a maior surpresa foi que a maioria desses colegas era comunista ou simpatizante. Saí acompanhado de 17 companheiros. A notícia foi transmitida a Pompeu de Souza, do **Diário Carioca**, por Augusto Rodrigues. O Pompeu extraiu daí uma nota de primeira página com um título que considero genial, e que tenho citado várias vezes: **Os Dezoito da Folha.**

Convidado por Macedo Soares, fui então para o **Diário Carioca**. Com a queda do Estado Novo e a convocação da Constituinte, ele me perguntou se não gostaria de fazer cobertura dos trabalhos. Aceitei e Pompeu de Souza anunciou o fato já dando à coluna o título que conservaria até o fim: **Da Bancada da Imprensa.** Mas no primei-

"O regime de 46 quis ser um negativo do Estado Novo"

ro dia de funcionamento da Constituinte saíram duas colunas com um título igual: a minha e a de Carlos Lacerda, no **Correio da Manhã**. Pompeu foi falar com o Carlos que, reconhecendo a precedência de nosso título, adotou o de **Tribuna da Imprensa**, que ficaria mais tarde sendo o de seu jornal.

O sr. não gostaria de se alongar mais na análise da Constituinte e do chamado regime de 46? Esse é um assunto de interesse e atualidade, porque começa aí a nossa experiência democrática de 18 anos.

O regime de 46 foi um esforço para afirmar uma ordem contrária ao Estado Novo, que fosse, vamos dizer assim, o seu negativo. As forças que vieram a se representar na Constituinte eram principalmente as que obedeciam a essa inspiração. Havia também, é claro, as que apoiavam o Estado Novo. Assim, a Constituinte de 46 se dividiu entre as forças continuístas e as forças reformadoras. Essas últimas dividiram-se em mais de um partido, ou mais de uma linha, devido às conhecidas e famosas manobras do ditador. Ele soube equilibrar a sua situação e evitar que as forças reformadoras formassem um bloco compacto, o que seria arrasador. Ele tentou manter-se no poder, como se sabe, até os últimos dias, até ser derrubado por um golpe de força militar.

A Constituinte foi convocada depois da queda de Getúlio?

Sim, mas a preparação política da Constituinte tinha sido articulada antes da queda de Getúlio. A formação dos partidos é anterior à queda e traz a marca de uma manobra de Getúlio.

O sr. concorda com a tese muito repetida segundo a qual uma das causas da debilidade do regime de 46 pode ser localizada exatamente nessa preocupação obsessiva de ser um negativo da ditadura, e por isso excessivamente liberal, abrindo certos flancos à sua destruição, como por exemplo a extrema facilidade para que o Congresso aprovasse leis econômicas, alterando despesas sem indicações de fontes? Não acha que essa foi uma das causas da fraqueza do sistema que durou, afinal de contas, muito pouco?

Não. Não creio absolutamente que essa seja uma das causas de fraqueza do regime de 46. Não creio mesmo que aquele fosse um regime fraco, em si. Uma coisa é um regime fraco e outra é um regime que fraqueja. São coisas distintas. O regime de 46 fraquejou em algumas coisas, em alguns pontos, mas não era um regime fraco. E o que tinha de fraco não era por aqueles motivos, mas por outros.

Por exemplo, por que ele teria fraquejado?

Ele fraquejou nas exigências para o seu próprio cumprimento. Ele não se fez cumprir como devia. Por isso é que digo que ele fraquejou. Fraquejou até o fim.

O sr. acha que as salvaguardas da segurança do Estado, inscritas na Constituição de 46, eram suficientes?

Acho que o Estado estava devidamente assegurado.

Como o sr. diz que o regime de 46 não tinha debilidades congênitas, mas que se enfraqueceu na execução, gostaríamos que fizesse uma análise do que levou esse regime à destruição. O que provocou a sua queda, o que o enfraqueceu ao longo de seus dezoito anos, fazendo com que ele se exaurisse e desabasse em mil novecentos e sessenta e quatro?

O que o enfraqueceu foram as sucessivas concessões e fraquezas das pessoas, dos indivíduos aos quais foi cometida a missão de cumprir esse regime, e que o foram levando a uma situação insustentável.

Poderia dar um exemplo das concessões?

São várias. O Congresso não executou a sua missão, tal como ela estava prevista na Constituição. Foi cedendo aos poucos. E o Executivo não se conteve dentro dos seus limites: foi avançando sobre as concessões do Congresso e desvirtuando o sentido do regime, para aproximá-lo do caudilhismo que tinha gerado o Estado Novo. Esses são os dois fatos principais que levaram o regime a aceitar, como seus representantes, indivíduos que não podiam sê-lo, porque não o traduziam, não tinham em si o sentimento desse regime. Sempre sustentei que os regimes se defendem através de pessoas que os simbolizem, que os representem, que sejam expressões de sua realização. Qualquer regime que confie a sua execução a alguém que não o represente, que não seja a sua expressão, está evidentemente condenado, qualquer que seja a sua natureza. Pode-se conceber o regime que quiser: se ele for confiado a alguém que não seja a sua expressão, estará perdido.

O sr. disse há pouco que o regime de 46 nasce como um negativo do Estado Novo, como sua expressão antagônica. Então, dentro da linha de raciocínio adotada agora, cabe a pergunta: será que um dos elementos de perturbação do processo foi o fato de as forças que derrubaram o Estado Novo — e viam no regime de 46 a expressão de seu ideal político — não aceitarem o retorno ao poder de elementos oriundos da situação anterior, entre eles o próprio ditador?

Justamente por não serem expressivos, acho que sim. Esse novo regime não podia admitir, em hipótese alguma, que viesse a ser representado, a ter como defensor máximo, como expressão suprema, um representante do regime anterior. Era uma contradição absolutamente incontornável.

Nessa linha de argumentação, o regime de 46 já nasce torto, por assim dizer, com a primeira distorção ocorrendo na eleição de Dutra, que talvez tenha constituído a primeira frustração política do agrupamento liberal que derrubou a ditadura. Até porque tudo indicava que o eleito seria o Brigadeiro.

O raciocínio seria perfeito, se não houvesse algumas ressalvas a fazer. Primeiramente, a eleição de Dutra foi realmente uma frustração, mas político-partidária apenas, não uma frustração completa em termos de regime. Em termos de regime, Dutra conseguiu salvar-se por dois fatos principais. Um foi o acordo partidário, que lhe permitiu dar equilíbrio ao regime e ao seu programa de governo, e outra foi aquela questão do "livrinho".

O Dutra convenceu-se, ou foi convencido, de que governar era fazer o que estava no "livrinho", na Constituição. E passou a guiar-se por essa regra: está no "livrinho", muito bem; não está no "livrinho"... Essa regra do "livrinho", se pensarmos bem, é a mesma que vinha desde 89, é a regra de Rui Barbosa. Por isso, ele salvou a situação. E a decepção não ocorreu em termos de regime, mas apenas em termos eleitorais.

A impressão que se tem é que, a rigor, o Estado Novo não foi derrotado em 45. De certa forma ele se manteve. Tanto assim que suas forças voltaram logo ao poder. Não lhe parece correto?

Exatamente.

Na sucessão de Dutra parece ocorrer o primeiro e grande descarrilhamento do regime, provocado basicamente pela incompetência política com que ela foi conduzida. Na verdade ela foi conduzida para criar as condições para a reeleição de Getúlio. Bastaria que o acordo partidário funcionasse, desembocando na solução natural, que era a candidatura Nereu Ramos — homem de bem, gozando de grande estima e admiração entre os homens da UDN — para que tudo desse certo. Mas a obstinação com que Dutra vetou a solução natural, e a teimosia com que a UDN defendeu a candidatura eleitoralmente inviável do Brigadeiro levaram o acordo partidário à falência, abrindo as portas para a volta de Getúlio. Não lhe parece que foi isso que ocorreu?

Nada tenho de especial a opor a essa tese, à interpretação dos fatos. Mas quero, a propósito dela, dizer que não cumpre aos presidentes orientar a sua sucessão. Sempre entendemos que o presidente é um cidadão colocado em tal eminência que a sua sucessão lhe deve ser alheia, distante. Ele não pode intervir em sua sucessão. Condenamos e criticamos os que intervieram, quer no plano federal, quer no estadual, em suas sucessões. Acho que uma das formas de fortalecer o regime é, exatamente, restabelecer essa norma, esse princípio de tirar o Presidente da República da jogada. Isso é essencial. Por isso deixo de subscrever totalmente aquela tese.

De onde vem essa tradição de nossos presidentes quererem fazer sempre o seu sucessor?

Isso não é uma tradição brasileira, mas uma tendência normal, natural, uma tendência humana de efeito universal, de aspiração ao mando. Todo mundo quer mandar.

O sr. foi o principal defensor da tese da maioria absoluta. Durante cinco ou seis meses falou praticamente sozinho, numa das campanhas jornalística mais competentes, realmente incrível, pois entoava todo o dia o mesmo tema, com variações diferentes. Nem Beetroven jamais conseguiu tantas. Até que o sr. provocou um imenso rebolço, com a adesão progressiva da ala mais oposicionista da UDN à sua tese. Na medida em que pregava a desobediência à regra eleitoral, o sr. não estava começando a preparar as bases para a intervenção do Exército no processo? Hoje o sr reveria a sua posição?

Não, não reveria a minha posição. Mantenho a minha tese. Continuo a sustentar que a maioria absoluta, embora não explícita na Constituição, é um pressuposto dela. Não há decisão em qualquer agrupamento, não há decisão coletiva sem ser por maioria absoluta. Se não for absoluta, não é maioria. Em parte alguma. Sustentei e continuo a sustentar essa tese. Acho que não foi ela a causa do que veio depois. Pelo contrário, foi o desrespeito a essas normas que provocou outras conseqüências. Sustentaria tranqüilamente, hoje ainda, a necessidade da maioria absoluta para dar validade e equilíbrio a um governo saído de uma eleição contestada, conturbada, como foi aquela.

Não foi através da maioria absoluta que o sr. começou a instalar no regime o veneno que o destruiria?

Não. Procurei extirpar do regime as gotas de veneno que estavam sendo instaladas nele através de uma eleição que tinha vários vícios. O principal deles era ser ela uma eleição por maioria relativa, sem atender à exigência natural da maioria absoluta. A maioria absoluta sempre foi e é exigida para validar uma decisão de grupo.

Como o sr. vê hoje, com o recuo do tempo, o governo Juscelino, nos planos administrativo e político?

Preferiria não falar desse assunto.

O sr. não acha que na eleição de Jânio foi recriada uma grande oportunidade de consolidar o regime de 46, num instante em que o poder civil atingiu o ponto máximo de sua força?

Acho, e por isso fui partidário dessa candidatura, e fiz a campanha desse candidato. Era uma grande oportunidade para se fazer, sem revolução, o que uma revolução ainda nos bastidores estava procurando fazer.

E qual é a sua interpretação da renúncia?

Nunca consegui encontrar uma boa interpretação. A que me parece mais viável, mais aceitável, é que ele pensava que a renúncia iria abalar de tal forma o País que forças militares e civis, seus partidários enfim, o fariam retornar triunfalmente ao poder. Essa é a única interpretação que me parece aceitável.

Transformando-se então num ditador?

Bem, esse seria um problema dele. O que acho é que ele teria, se a manobra desse certo, possibilidades para transformar-se num ditador.

Voltando ao problema de agora há pouco: o sr. deve ter reservas fortíssimas contra o processo introduzido pelo regime que, afinal, consagrou a maioria absoluta nas eleições presidenciais, depois de 64, se bem que isso nunca tenha sido praticado, mas depois esse regime introduziu a sublegenda, que é uma forma de burlar a sua tese, não acha?

Confesso que não entendo de sublegendas. Quanto às eleições presidenciais depois de 64, onde é que estão, onde é que houve? Não houve e não há. O regime de 64 suprimiu as eleições presidenciais, porque chamar de eleições as eleições indiretas que têm sido realizadas, desde a do marechal Castello, não faz sentido. Não são eleições. Eu me refiro a eleições mesmo, a eleições diretas, a eleições populares. A eleição indireta pode ser instituída? Pode. Mas nesse caso toda a mecânica partidária tem de ser necessariamente diferente, para que isso tenha algum sentido.

Como o sr. passou de um dos principais articuladores do movimento de 64 para a posição atual, que é a de crítico severo e contundente da Revolução, no seu estágio atual?

Não me desencantei propriamente com atitudes que tenha tomado, mas com modos, meios e práticas adotadas pelos que chegaram ao poder em conseqüência da Revolução de 64. A Revolução de 64 tomou vários descaminhos.

Isso começa no governo de Castello?

Sim.

Quais foram os grandes erros cometidos pelo governo de Castello?

Não tenho uma relação de todos. Mas começaria pelo seguinte: ele se fez eleger presidente, quando evidentemente não era presidente, iniciando uma série de equívocos que vêm até hoje. A Revolução venceu e Castello era seu chefe, seu comandante, e devia assumir o governo, não por meio de eleições, mas pela força dos fatos, como comandante de uma força revolucionária vitoriosa e, em seguida, cumprir um programa revolucionário.

Em vez disso, os militares ficaram dominados pelo preconceito da legalidade e, para não parecer golpistas, resolveram fazer uma eleição presidencial para a qual foram apresentados candidatos. Foi uma coisa cô-

"Onde estão as eleições para presidente após 64"?

mica e sem sentido essa eleição. A votação do Castello foi fiscalizada, havia fiscais olhando. Quem ia votar contra, naquele ambiente, com fiscais do governo anotando votos? Ninguém. Então, essa Revolução foi uma farsa. A Revolução, pelo menos a que eu pregava, não era uma farsa. E, para dar realidade a essa farsa, foram feitos acordos, até com o PSD. Castello admitiu em sua chapa, como vice-presidente, o José Maria Alkmim. Não podia. Dentro de um esquema revolucionário, não podia.

Qual deveria ter sido então, a seu ver, o rumo da Revolução?

Não prego uma Revolução vitoriosa que não faça nenhum compromisso, nem que deixe de tomar as medidas necessárias. Mas não concordo com as que foram tomadas: AI-1, AI-2, AI-5 etc. Tinham de fechar o Congresso, fechar o Supremo Tribunal Federal e reformá-lo, na medida do necessário, enfim, tomar todas aquelas providências que as revoluções costumam tomar, quando vitoriosas.

Dissolver os partidos também?

Sim, dissolver os partidos, mas não forçar a criação de partidos novos, arbitrariamente, tirados da cabeça, e sim deixar que eles se formassem conforme a tendência e a vocação de cada um.

Quer dizer que o sr. lamenta que não tenha sido usado, e muito menos exaurido, o poder constituinte da Revolução?

Exatamente. Esse poder constituinte toda revolução traz em si. Ele é inegável e indiscutível. E ela deve usá-lo completamente. Há providências que sempre foram tomadas, em todas as revoluções.

Durante um curto prazo?

Sim, durante um curto prazo.

Depois dessa primeira etapa, haveria uma Constituinte, uma consulta popular?

Sim. Seguindo esse caminho, teria havido uma Constituinte.

Quer dizer, no primeiro momento uma limpeza geral...

E num segundo uma Constituinte.

Como o sr. veria o futuro do País com a ascensão ao poder de um partido trabalhista? Acha que isso desequilibraria as instituições, supondo que elas se tornem democráticas?

Bom, aí é preciso ter garantias com relação às bases e os compromissos desse partido trabalhista.

Voltemos à sua caracterização da Revolução de 64: o mal foi a Revolução não ter sido uma ruptura, mas ter partido imediatamente para compromissos, ou para a conciliação?

Sim, é isso.

Dentre os elementos militares com os quais conspirava antes da Revolução havia muitos que pensavam como o sr.?

Não sei dizer. Aqueles pontos de visto sempre foram sustados por mim, mas nunca tive oportunidade de conferí-los com os companheiros de conspiração que tive naquela ocasião, e que foram os mais variados.

O sr. tem talvez a definição mais genial do AI-5, quando diz que ele é a «antilei». Quando diz isso, usa a expressão em seu sentido literal?

Sim, ele é radicalmente antilei, como a antimatéria é antimatéria, como o antiromance é antiromance.

Em outras palavras, o AI-5 destroi ele mesmo seus próprios fins declarados?

Exatamente.

Ele suprime basicamente a ordem?

Exatamente. Não era necessário fazer o AI-5. Todos os fins a que ele visa poderiam ter sido atingidos por outros caminhos, se a Revolução, desde o começo, tivesse seguido o caminho de esgotar o seu poder constituinte.

O sr. acredita na viabilidade das saídas que estão sendo tentadas agora? Acha possível essa passagem de um regime autoritário para um regime democrático, por meio de uma articulação?

Acredito, porque isso é necessário, é indispensável que se realize, do contrário não temos solução para o País. Temos de sair dessa situação, e isso por meio de uma redemocratização, ou liberalização, ou que nome se queira dar. Temos de sair dela por meio do restabelecimento do regime constitucional, do Estado de Direito. Isso é indispensável. Não podemos sobreviver muito tempo com isto que está aí.

E para isso o sr. acha que essa saída que se tenta é boa, ou ofereceria uma saída ideal?

Não. Acho que a saída é essa mesma, a da articulação para se estabelecer uns tantos procedimentos que conduzam o País a esse fim que todos desejamos. Não devemos desanimar.

A B C (parcial) de PRUDENTE

SÉRGIO CABRAL

Sérgio Cabral trabalhou com Prudente em mais de uma oportunidade e recolheu muitas das histórias que Prudente contava. Aqui estão algumas delas, junto com observações e opiniões de Sérgio, extraídas do ABC de Prudente de Moraes, neto, **que ele publicou no número 444 do** Pasquim, **de 30 de dezembro de 1977.**

B DE BALUARTE

Prudente foi um baluarte em defesa das liberdades de um modo geral e da de imprensa, em particular. Mas foi também: poeta, crítico literário, boêmio, conhecedor de música popular, advogado, compositor (Armando Nogueira e Pompeu de Souza sabem inteiras uma valsa e uma marcha-rancho que ele fez) e fez tudo no jornalismo: política, turfe, literatura, foi redator-chefe, diretor, etc. Era torcedor do Madureira. Sérgio Porto dizia que só havia no Brasil três torcedores do Madureira: Prudente de Moraes, neto, o jornalista Jota Efegê e a mãe do Bitum (Bitum foi um beçue que jogou mais de dez anos no Madureira). Foi também a melhor figura humana que conheci em toda minha vida.

C DE CONTRÁRIO

Há muitos anos, ele precisou fazer uma operação no olho, mas não tinha dinheiro para pagar as despesas. Sem que soubesse, alguns amigos se reuniram para levantar a grana. Paulo Mendes Campos procurou o poeta e milionário Augusto Frederico Schmidt e este se surpreendeu com a situação do amigo:

— Não entendo o Prudentinho. Neto de Presidente da República, filho do maior advogado do Brasil, começou sua carreira dirigindo a revista "Estética" que revolucionou a cultura deste País. Depois passou a crítico literário, foi redator-político e chegou a ser cronista de turfe. Vai acabar revisor. É uma carreira ao contrário.

C DE CRONISTA POLÍTICO

Schmidt só fez essa biografia para acabar na piada. Mas a verdade é que, antes de escrever sobre política, foi cronista de turfe. Macedo Soares é que pediu para que fizesse a cobertura da Assembléia Constituinte, instalada em 1946, mas ele recusou dizendo que era apenas um cronista de turfe.

— Não tem problema nenhum — disse-lhe Macedo Soares. Você escreve tão bem sobre cavalos, por que não escreve sobre político? É só mudar o enfoque, o tema é o mesmo.

D DE DEFINIÇÃO

A beira do caixão de Prudente, o seu pupilo Pompeu de Souza discursou:

— O correto seria mantermos silêncio, deixar de falar. Mas não podemos fazer isso porque em vida Prudente não fez outra coisa que não fosse clamar pelos torturados, pelos ofendidos, pelos injustiçados. Essa morte é a morte de um homem bom, justo, verdadeiro e sábio. Lutou pela dignidade humana, pela liberdade de informação, de opinião e de pensamento, em resumo, por uma palavra, a democracia. Sua luta será levada à vitória porque ela não morreu.

E DE ELOGIO

Os alunos do Colégio Militar, que se formavam e se transferiam para a Academia Militar de Agulhas Negras, resolveram prestar uma homenagem à dona de uma chamada casa de tolerância, que havia na Rua Aristides Lobo, como agradecimento pela atenção dispensada por ela e por suas lideradas durante todo o curso secundário. Um dos formandos pediu a Prudente, morador naquela rua, que fizesse o discurso em nome dos estudantes. Os alunos de um lado, as prostitutas do outro, Prudente fez um discurso tão bonito que todo mundo chorou.

F DE FRUSTRAÇÃO

Ele só tinha um desgosto pessoal: deixou de gostar de beber.

I DE ISMAEL SILVA

O compositor Ismael Silva só o chamava de Prudentinho.

Pra gente ele era o Doutor Prudente.

J DE JUÍZO

Em 1965, ele me comunicou que voltaria a trabalhar no "Diário Carioca", dirigindo a redação. Eu o adverti severamente:

— O senhor perdeu o juízo, Doutor Prudente? O senhor está tranqüilo, levando a sua vida muito bem e vai arranjar confusão! O "Diário Carioca" não tem leitores, o que é que o senhor vai fazer lá? Além do mais, Doutor Prudente, o "Diário Carioca" não paga!

Resposta:

— Não paga, mas não paga numa simpatia!

L DE LUTA

Na sua juventude teve suas simpatias pelo anarquismo. Depois seus companheiros foram passando para o comunismo, movimento que também passou a acompanhar com uma certa simpatia e curiosidade. Nas eleições de 1930, disputadas por Júlio Prestes e Getúlio Vargas, o Partido Comunista não apoiava nenhuma das duas candidaturas, Júlio Prestes representava o imperialismo inglês e Vargas o norte-americano. Essa tese era defendida pelo jornal do partido, vendido quase clandestinamente, mas o velho Prudente não perdia nenhum exemplar. E acompanhava os artigos sobre as eleições presidenciais: Fulano de Tal, que apóia Júlio Prestes, é da empresa Y, que é ligada com a X, que é ligada com a Z, cuja sede é em Londres. Imperialismo inglês. Sicrano, que apóia Getúlio, é ligado à tal empresa, subsidiária da Standard Oil. Imperialismo norte-americano. E Prudente lia aquilo tudo, até que um dia ele viu essa denúncia: "Prudente de Moraes, neto, acionista do Banco Mercantil do Rio de Janeiro, ligado ao Banco de Londres. Imperialismo inglês." Cortou relações políticas com o Partido Comunista porque tinha apenas meia dúzia de ações do Banco, recebidas como presente do seu pai.

As velhas amizades, porém, continuaram. Gostava de contar o último diálogo que teve com Astrogildo Pereira, intelectual do Partido Comunista Brasileiro.

— Astrogildo, você não tem saudades do tempo do anarquismo?

— Você promete não dizer nada pra ninguém?

— Prometo.

— Tenho.

N DE NAQUELE TEMPO

Um dos seus grandes amigos foi Sérgio Buarque de Holanda. Dirigiram juntos a "Estética" e se tratavam como irmãos (Prudente falava de Chico como se fosse um filho). Na juventude de ambos, Sérgio o levava para casa e ficavam conversando no portão. Depois, Prudente levava Sérgio e a conversa continuava. E passavam a noite inteira num papo interminável, um levando o outro em casa. Quem pediu a mão de Maria Amélia, em nome de Sérgio Buarque de Holanda, foi Doutor Prudente.

— Parente do Chico?

— Pai. E avô da "Banda".

R DE RIQUEZA

No velório de Prudente de Moraes, neto, estavam presentes Lúcio Costa, Odilo Costa, filho, Carlos Drummond de Andrade, Roberto Marinho, Rogério Marinho, Oscar Niemeyer, Prado Kelly, Magalhães Pinto, Hélio Silva, Pascoal Carlos Magno, Sobral Pinto, Afonso Arinos, Jota Efegê e muitos outros. Mas estou citando os mais velhos para dizer que aquela geração — a geração de Prudente — era bem melhor do que a nossa. Aqueles homens pensam diferente uns dos outros, cada um com suas convicções políticas. Mas lá estavam irmanados na homenagem ao nosso Prudente. Nós somos muito mais intolerantes. Eles têm mais grandeza.

Z DE AQUI JAZ

Cabe perfeitamente no túmulo de Prudente de Moraes, neto, a frase de Júlio Fushik, dita minutos antes de ser fuzilado pelos nazistas alemães:

— Homens, eu vos amava!

Uma década agitada sob o reinado de Sinhô no samba

O reinado de Sinhô, no samba, durou cerca de dez anos e coincidiu com um período de acentuada evolução técnica dos meios de divulgação da música, o que era especialmente importante para o setor da música popular. Coincidiu também com a aceleracda evolução dos costumes, efeito de uma revolução cultural, e ainda com revoluções políticas, tudo com repercussões nas idéias e nos gostos dominantes, nos estilos de vida e nas crenças estéticas coletivas. No que diz respeito à música popular, diretamente, deve-se destacar a influência do decisivo progresso das técnicas de fonografia, tendo como conseqüência imediata a considerável ampliação do mercado do disco, fato que passou a atrair o interesse das empresas gravadoras, logo empenhadas na edição e propaganda dos mais suscetíveis de alcançar índices de vendagem compensadora. Entre estes, até mesmo pelas condições de preço, figuravam, em boa, senão na principal colocação, os de música popular, e não só a estrangeira, como a prata da casa.

Foi o período em que grandes marcas internacionais entraram nesse mercado, em regime de concorrência, do qual participavam, forçosamente, os respectivos critérios de seleção. Gravou-se muito folclore, na época, em lançamentos mais dos intérpretes que do repertório: este abrangia freqüentemente o campo semi-erudito das peças folclóricas recolhidas e transcritas por professores e compositores de categoria, como Luciano Gallet. Foi também quando se revelaram, na zona cinzenta, situada entre o popular e o erudito, autores de muito bom nível de formação técnica musical, aspirantes e aptos a mais altos vôos, como Heckel Tavares e Jaime Ovalle, por exemplo.

O samba entrou nessa, evidentemente, ao lado das canções da linha romântica de autores como os citados e ainda como Joubert de Carvalho. Foi, ele próprio (o samba), obrigado a procurar inovações, na luta pela vida. As gravadoras-editoras, caprichando na produção, exigiam (ou proporcionavam) instrumentação mais rica. Ora, foi também por esse tempo que o «jazz» dominou o mundo, trazendo-nos a contribuição inestimável do seu som revolucionário e de seus instrumentos característicos — aliás, perfeitamente adaptáveis à nossa própria expressão musical, como logo se evidenciou. Esses meios se deixariam assimilar rapidamente pelo samba, através do tratamento orquestral recebido, quer por exigência das gravadoras, quer pelas da apresentação no teatro musicado, então sob a influência dos «grandes espetáculos» da revista européia que fora, por sua vez, bastante americanizada.

Ao lado desses fatores técnicos, houve também os sociais, de influência próxima ou remota sobre a música de estilo popular, notadamente o samba. A destacar, entre eles, a inauguração de pelo menos um grande hotel e cassino, com pistas de dança em constante atividade, mantida pela moda e elegância dos chás e jantares-dançantes, em voga, por um largo período. A dança é a principal finalidade da música popular. O problema de transferir a nossa, do seu meio social nativo, para a sofisticação dos salões elegantes, foi enormemente facilitado pelo império internacional do «jazz». Sob a influência do «jazz», surgiu e «pegou» imediatamente a figura do «crooner», cantando, para animar as danças, um refrão ou uma letra inteira.

A prática se estendeu à música brasileira, fazendo incluir nas orquestrinhas de dança, um «crooner" nacional. Um deles, que logo se fez notar pela bela voz empostada, chamava-se Francisco Alves, e vinha de origens humildes, como o trabalho (e a vadiação) nas garagens e cocheiras dos arredores do Maracanã, onde, por esse tempo, funcionava um prado de corridas, o «aprazível», do Derby-Clube. A voz de Francisco Alves, constituindo-se em atração por si mesma, logo o elevaria ao estrelato do disco popular brasileiro, ainda no período incipiente das nossas gravações de boa qualidade técnica.

No teatro de revista, surgia, para dominar sem contraste, a extraordinária Araci Cortes, logo atraída igualmente ao compo das gravações, onde deixou, entre muitas outras (inclusive o «Jura», do próprio Sinhô, criação dela no teatro), a inesquecível interpretação do «Ai, Yoyô", ou «Linda flor» — título original, da pequena obra-prima do maestro Henrique Vogeler. E, já pelos fins do reinado de Sinhô, aparecia, inimitável na graça e vivacidade da expressão vocal, como na exuberância da interpretação auxiliar, pelo gesto e a movimentação, certa notável garota chamada Carmen Miranda. Tudo isso aconteceu por aquele tempo, e tudo isso dava samba, como diz Chico Anísio e como, de fato, deu.

É possível que, nesta relação, esteja sendo esquecido algum dado importante. Não é, porém, por esquecimento que se omite aqui qualquer referência aos primeiros vagidos do rádio e à criação das «escolas de samba», acontecimentos que exigirão, oportunamente, consideração especial. Por enquanto, vale ressaltar que, de tudo quanto acima foi relatado, resultou um clima de interesse generalizado, em torno das composições populares, dando aos próprios compositores um princípio de consciência profissional. Por mal remunerado que ainda fosse, o seu trabalho sempre lhes permitia descolar «algum», mais ou menos proporcional à aceitação pelo público — depois da aceitação pelas gravadoras. A maré não dava ainda para faturarem alto, mas sempre faturavam, e isso foi suficiente para modificar o estado de espírito pelo qual se norteava sua criatividade. Deixemos para outro dia o exame das outras revoluções que, sob o reinado de Sinhô no samba, ocorreram em outros domínios do reino do Brasil, caracterizando a renovação de uma década particularmente agitada.

7 de abril de 1974

O grande Ismael Silva

Com todo o prestígio já conquistado, na segunda metade da década dos 20, Sinhô teve de esperar um ano pelo sucesso do samba «Ora vejam só», que fôra apresentado ao público num recital de samba, realizado no ano anterior, no Teatro Lírico. O sucesso, quando veio, com esse retardamento, foi absoluto e logo suscitou a resposta do malandro que «já deixou a malandragem». Por amor, é claro: «Mulher, sem o teu amor, esta vida para mim não tem valia". Era também um grande samba, de estilo próprio, que não fazia pensar em antecedentes, salvo pela ligação temática que lhe dava sentido aparentemente polêmico. Era de um desconhecido — Alcebiades Barcelos (e Francisco Alves, naturalmente: uma descoberta de Francisco Alves). Mas, quem era Alcebiades Barcelos».

Era um sambista e compositor que fazia ponto no Estácio, reunindo-se com um grupo que tocava, cantava, sambava e também compunha amadoristicamente, porque todos tinham o samba, a música do samba, na massa do sangue. Tocar, sambar e compor era o seu prazer. Além de Alcebíades (o Bide) e seu irmão Rubem, que todos admiravam por seu excepcional talento, mas que faleceu antes de realizar uma obra que lhe assegurasse consagração à altura, fazia parte do grupo do Estácio aquele que viria a ser o mais importante de todos, para a evolução da nossa música popular: Ismael Silva, o «grande Ismael», do conhecido episódio Lúcio Rangel-Mário de Andrade.

Francisco Alves, já então em plena carreira ascendente para a posição de ídolo, «andando pelas batucadas", como diria Almirante com palavras de Noel, descobriu a turma do Estácio de Sá. E assim como comprou e gravou o samba do Bide (que teve senso bastante para exigir ao menos a co-autoria da sua própria música), comprou, sem qualquer reserva, outro, de Ismael; comprou, gravou, gostou e quis mais. A base era de 100 pratas. Na segunda investida, Ismael endureceu. A solução foi, mais uma vez, a co-autoria. Daí nasceu a tríplice parceria Ismael Silva-Nílton Bastos (parceiros habituais) mais Francisco Alves, adquirente, que entrava com o seu prestígio junto às gravadoras e ao público, assegurando a edição e a vendagem do disco. Não deixava de ser negócio, para quem compunha sem gravar, mas aqui, o que interessa é simplesmente a autoria.

O filão era ótimo. Na voz de Chico Viola, as esplêndidas músicas de Ismael não poderiam senão abafar, como realmente abafaram. Foi assim que vieram, para o jovem compositor do grupo do Estácio, os tempos de celebridade e prosperidade crescentes. «Amor de malandro» foi o primeiro triunfo. Seguiu-se a série admirável de composições que ainda hoje se ouvem com o mesmo interesse — como acontece com todos os «clássicos» do samba. E foi uma série de «clássicos" que Ismael Silva produziu, trazendo importantíssima contribuição à nossa música popular. Não é fácil caracterizar a significação da sua obra, na linha evolutiva do samba, que passaria, depois, por tantas modificações substanciais, sem superar, em qualidade, a antologia ismaelina.

Tentando uma simples aproximação, diremos que é de se destacar, na produção de Ismael Silva, o que, certa vez, este mesmo redator chamou de «musicalidade essencial e intuitiva» — observação essa recebida sob protestos técnicos muito respeitáveis. «Musicalidade» não é nada, foi então, objetado. A referência, sem dúvida, deveria ser à qualidade da melodia. Ora, «data venia", parece-nos, pelo contrário, que musicalidade é tudo, bem mais abrangente que a simples referência à qualidade melódica. Abrange, além do desenvolvimento melódico, a «ciência» do ritmo e da harmonia, as técnicas intuitivas dos efeitos de contraste de tonalidades alternantes, como os doutos não obtêm melhor, com sua respeitabilíssima erudição. É ao conjunto de todas essas virtuosidades inatas, ou instintivas, que chamamos de musicalidade: uma predisposição natural ao emprego espontâneo dos recursos de criatividade da música.

Foi isso que Ismael Silva trouxe ao samba e propagou no meio dos que, a seu exemplo, podem ter acrescentado novos efeitos expressivos a essa forma popular, segundo o estilo pessoal, o gosto, as tendências de cada um. É claro que o samba não parou em Ismael Silva — e ele próprio sofreria as conseqüências inevitáveis do prosseguimento da evolução. Não parou em Ismael Silva, como não tinha parado em Sinhô, nem haveria de parar nos que vieram depois. Mas, se houvesse um prêmio a ser atribuído periodicamente a um sambista, «por conjunto de obra», ninguém o poderia receber antes de Ismael.

A dupla formada por Francisco Alves e Mário Reis, que gravou a maior parte dos sambas de Ismael Silva, concorreu muito, sem a menor dúvida, para o seu sucesso comercial. Não é esse aspecto, porém, que interessa destacar e sim a contribuição musical do autor de tantas indiscutíveis obras-primas do gênero que cultiva. Entre estas, um lugar, especial deve ser reservado ao samba «Se você jurar", diferente de tudo quanto se tinha feito antes ou se veio a fazer depois, mas sem que o destaque possa ofuscar ou reduzir a importância das outras composições de Ismael, como o já citado «Amor de malandro», «Se eu precisar», «Tristezas não pagam dívidas", «Para me livrar do mal», «Adeus», «Nem é bom falar", «Uma jura que fiz", «Liberdade», «Sofrer é da vida», «O teu olhar», «Gandaia", «Quem não quer sou eu», (esta a preferida de Vinícius, que a recomendou, muito especialmente, a Orson Welles) e outras ainda, todas do maior interesse, todas com algum motivo que as particulariza dentro do conjunto. Esta primeira fase da carreira do compositor foi triunfalmente encerrada com o samga «Agradeças a mim», segundo lugar no concurso de músicas para o carnaval. Ismael perdeu o primeiro lugar para a marcha «Cidade maravilhosa», de André Filho, hoje inadequadamente erigida em hino do Estado da Guanabara. Grande parte do público, entretanto, não se conformou com o veredito e Ismael Silva saiu do Teatro João Caetano carregado pela multidão.

19 de maio de 1974

Seis estudos de estética da música popular

Prudente não era apenas o amigo de Pixinguinha, Donga e Ismael Silva. Sua afeição por eles e por outros vinha da admiração que tinha pela contribuição que deram à nossa música popular, admiração que se transmitia da obra à pessoa humana, um dos bens que Prudente mais apreciava. Nesta série de artigos, publicados em O Estado de S. Paulo **com a assinatura de Pedro Dantas, Prudente avalia a importância desses autores: são singulares estudos de estética aplicada à criação popular. Os títulos são aqueles com que os trabalhos foram publicados.**

O caminho da profissionalização

Ao tempo em que Francisco Alves descobriu o filão do grupo do Estácio — à frente, Ismael Silva e Alcebíades Barcelos — a indústria e comércio das gravações facultava e até mesmo exigia a intensificação das atividades criativas no campo da música popular. Instituia-se a carreira de compositor, paralelamente com a de cantor desse tipo de música. Os estímulos econômicos vinham do disco e do rádio, de audiência e influência crescentes na vida social de extensas camadas da população. Pela mesma época, foram feitos os primeiros concursos de músicas para o carnaval. O conjunto dessas condições favoráveis produziria duas séries convergentes de efeitos: atrair para a composição de tipo popular, notadamente a carnavalesca, ou seu sucedâneo do período de entressafra (as chamadas músicas de meio do ano) os compositores de certa formação musical, maestros da segunda linha ou instrumentistas — músicos, enfim, profissionais, a um título ou outro; ao mesmo tempo, abria-se o caminho ao puro instinto dos compositores práticos, aos compositores «de cabeça», desconhecedores de qualquer notação musical e mesmo de qualquer instrumento que não o natural, de sopro, que todos temos, e acaba na boca, passando pelas cordas vocais e vindo dos pulmões.

Entre os primeiros, além de Eduardo Souto, a quem já nos referimos, e Joubert de Carvalho, mais de entressafra e também mencionado em comentário anterior, destacou-se Ari Barroso, pianista profissional e estudante amador, que passou a tirar partido dos seus talentos para entrar firme na composição de tipo popular. Foi desde logo bem sucedido, com a vitoriosa marcha «Dá nela", que aliás não tem maior importância. «Segura essa mulher» já era bem superior. Depois vieram as verdadeiras contribuições do compositor, que evoluiu, com êxito, para marchas carnavalescas mais sofisticadas e para a canção, gênero em que produziu algumas das suas melhores obras da década dos 30, como, por exemplo, «Maria" e «Três Lágrimas», entre outras, e para o samba caprichado, como o «Tabuleiro da baiana", «Na Baixa do Sapateiro», «Quem quebrou meu violão», «Os quindins de Yayá", «Faceira», «Terra seca" e aquele «Pra machucar meu coração", que a «divina» (Elisete Cardoso) canta primorosamente. E saiu ainda para o gênero mais impressionante e também mais retórico que deu no sucesso internacional da «Aquarela do Brasil». Esta, porém, não tem muito que ver com a evolução da nossa música popular; os sambas, sim, com todo o requinte que os situa no plano das melhores criações dos maestros da segunda linha.

Mais ou menos ao mesmo tempo, iniciava-se na composição o grande triunfador de tantos carnavais que foi Lamartine Babo — o homem que era uma orquestra, capaz de reproduzir fielmente, com seu fio de voz, peças longas, como algumas sinfonias de óperas (e outras); uma orquestra vocal, em que entravam todos os naipes instrumentais, e bem direitinho. Lamartine, revelado em escala nacional pelo excelente samba «Tem aroma", entrou no cordão da música de carnaval com algumas esplêndidas marchas («Linda morena", por exemplo) em que o humorismo da letra concorria para o sucesso, tanto quanto a beleza musical, e, às vezes, mais. Dos sambas, que continuou a produzir, destacaremos o bonito «Cor de prata». Nada, porém, lhe valeu êxito comparável ao que obteve com uma simples adaptação de música e letra ao ritmo e à temática do carnaval carioca: foi o caso do "Teu cabelo não nega", frevo dos irmãos Valença que Lamartine Babo soube transformar no que é até hoje — uma obra-prima da marcha, carnavalesca e da nossa música popular.

É nesse mesmo período que se situam as primeiras incursões baianas em domínios da música popular carioca, inclusive carnavalesca, ou principalmente carnavalesca, já que aí tiveram início as atividades de Assis Valente e, forçando um pouco, pode-se dizer que também as de Dorival Caymi. Na verdade, «O que é que a baiana tem?» não é de inspiração carnavalesca, mas, pelo tema, não deixava de prestar-se, e muito, a ser assimilada pelo carnaval. Muitos anos depois, Caymi teria um grande sucesso carnavalesco («Eu vou prá Maracangalha») em que o ritmo empolgante universaliza a letra, de sentido originariamente regional. A obra de Caymi, porém, está ainda em pleno desenvolvimento e a paleta do pintor, que ora se revela, não lhe há de tirar o pinho das mãos.

Quanto a Assis Valente, além das marchas que logo lhe deram popularidade, produziu sambas da melhor qualidade, como «O que é que Maria tem" e «Camisa listrada" (ao qual Ari Barroso como que respondeu, com um dos melhores de sua autoria — o «Camisa amarela»). Carmen Miranda foi a grande intérprete, tanto de Assis Valente, quanto de Caymi, naquela sua primeira fase.

Finalmente, na música da época, lugar muito especial deve ser reservado a um grupo que então se formou, oriundo das batucadas de Vila Isabel: o «Bando dos Tangarás». Também eles tocavam, cantavam e acompanhavam. Faziam parte dos Tangarás, entre outros, estes dois: Almirante e Noel Rosa. Quando apresentaram «Na Pavuna", logo se viu que traziam o que hoje se diria um «som" diferente. Essa impressão só faria consolidar-se, com o outro sucesso de Almirante, que começa com aqueles versos: «Queria te ver no batente sambando com a gente / no morro do Salgueiro...» e ainda com o estouro de Noel Rosa, o famoso e clássico «Com que roupa?» A música popular começava a procurar caminhos inéditos.

Noel Rosa, porém, é importante demais, em nosso cancioneiro, para caber numa simples referência em final de artigo. A sua contribuição precisaremos dedicar comentário mais extenso, para poder situá-lo no lugar merecido, em nosso panorama musical.

9 de junho de 1974

O fenômeno Noel Rosa

Enquanto o «grupo do Estácio» entrava firme na competição musical, com Ismael Silva e Alcebíades Barcelos, principalmente, e a inauguração dos desfiles do «cordão" ou «bloco" organizado pela «turma», sob a denominação, também nova, de «escola de samba», outros grupos e outras turmas formavam-se em outros bairros, na mesma disposição de espírito, que era a de tocar e cantar, mas, além disso, a de compor, a de «tirar" seus próprios sambas e brincar o «seu" carnaval. Desses grupos, um, pelo menos, evoluiu rapidamente para a profissionalização, logo passando a exibir-se em espetáculos públicos, no palco de cinemas e teatros, como em festas de clubes: foi o formado pela «gente levada» de Vila Isabel, que forneceu a base do famoso «Bando dos Tangarás». Dois nomes bastam para definir a importância dos Tangarás e da turma de Vila Isabel: Almirante e Noel Rosa, que se apresentaram desde logo num estilo musical «diferente".

Devem ter produzido na intimidade, como amadores ou aspirantes à profissionalização, antes dos estouros de «Na Pavuna» e do «Com que roupa», de Almirante e Noel, respectivamente. Mas, foi o imenso sucesso dessas composições que fixou os nomes que surgiam, ambos trazendo novidades, tanto de som, quanto de linguagem. Almirante, tomando como tema a própria roda de samba, (o que, de certa forma, repetiria no «Batente" fazendo do grupo social, formado pelos sambistas, o seu assunto, deu-lhe o tratamento adequado, de uma espécie de meta-linguagem musical. A exibição de técnicas e recursos deu o magnífico resultado que se conhece, e o «Na Pavuna" foi para as cabeceiras, como se diria uns dez anos mais tarde.

O caso do «Com que roupa», se bem que não seja idêntico, tem alguma semelhança com esse, pois Noel Rosa chegou, por outro caminho, a

efeito análogo: a criação de certo prosaísmo melódico», a que nossa música se mostrara, até então, pouco afeiçoada. Foi, certamente, o senso de «humour" da letra, que era de excelente nível intelectual, a garantia do êxito retumbante da composição. Pouco importava, diante disso, que a música soasse um pouco diferente, em sua descoberta da poesia do prosaico, em som, em música. Era linha que Noel conservaria na maior parte, talvez, da sua obra. Nesta não faltam, é claro, grandes composições conformes à linha tradicional da evolução da nossa música e, entre elas, verdadeiras obras-primas, como o «Até amanhã", o «Feitiço da Vila», o «Último desejo», o «Estamos esperando», o «Fita amarela". Mesmo nessas composições construídas segundo normas estéticas mais convencionais, percebia-se, na voz e nos caminhos do compositor, alguma coisa diferente, que não permitia situá-lo no mesmo plano da maioria dos seus predecessores ou concorrentes. Ele seguia rumo próprio, assinalando, com sua obra, um desvio ou uma variante, na evolução da nossa música popular.

A quem se colocasse na linha de continuidade do rumo até então seguido, a estética musical de Noel Rosa poderia parecer estranhável, ou mesmo deficiente, por ilusão de ótica. Era o oposto que acontecia e o que, nessa música, podia produzir, em certos casos, aquela falsa impressão, era exatamente o seu caráter inovador. Fato análogo ocorreria, pouco antes, com o julgamento do modernismo, em todas as suas manifestações. A mensagem estética de Noel era eminentemente criadora — e bem sabemos como as impressões se confundem, à primeira vista, sob o impacto desnorteante de toda inovação.

—

Estas observações podem parecer, hoje, desnecessárias e descabidas, ante a evidência da popularidade que Noel Rosa imediatamente alcançou. Para o êxito popular imediato, todavia, concorreram predominantemente as letras, sempre tão vivas, tão saborosas, do poeta que foi Noel. A felicidade dessas letras compensava amplamente as asperezas no corte e na sucessão das frases musicais, que era muito natural fossem tomadas por suscetíveis de elaboração mais cuidada. Ora, seria não compreender o fenômeno Noel Rosa, interpretar por essa forma sua extraordinária contribuição, que partiu decididamente para a variante estética de um estilo pessoal.

O fenômeno, aliás, não era só esse, não se esgotava nos limites de uma questão de gosto e tendências individuais. Tinha, também origem e implicações sociais: era a entrada, na roda do samba, de um representante da classe média, mas de um representante que, sem se incluir na categoria profissional dos maestros de segunda linha (e isso o distinguia de Ari Barroso), não se deixava dominar inteiramente pela estética popular (e isso o distinguia de Lamartine Babo), permitindo-se trabalhar não só uma temática própria, como procurar soluções musicais diferentes — o que terá sido, no seu caso, efeito da maior conscientização da sua criatividade, orientada no rumo do que hoje se chamaria de «pesquisa».

Esse acadêmico de medicina que se profissionalizou na composição, no canto, no disco e no rádio, soube combinar admiravelmente os dois níveis culturais entre os quais transitava, perfeitamente à vontade. Foi na afluência dessas duas correntes que Noel Rosa encontrou a substância e a força expressiva que fazem dele um dos nomes da nossa música popular.

16 de junho de 1974

Noel e a década de 30

As experiências de Noel Rosa, ao fugir um pouco das soluções convencionais, nunca tiveram o caráter de uma inconformação programada para uma deliberada tentativa de renovação. Elas devem ter-lhe acudido natural e espontaneamente, como a forma de expressão adequada, nos casos concretos, segundo as preferências de uma estética musical própria, não indiferente aos modelos correntes, por certo, mas bastante forte e autentica para transgredir, eventualmente, normas que não passavam de hábitos estratificados na repetição de fórmulas e estilos. Ele não chegava a propor ou deflagrar uma revolução, quando se permitia algumas liberdades. Não pretendia abrir uma dissidência ou criar uma escola, e sim fazer sua música, sem qualquer preconceito contra a ortodoxia vigente, a cujo modelo se submeteu sempre que não se sentia prejudicado por ele. Se acaso sua «sonoridade» acusa alguma diferença, é que ele trazia em si, por sua origem e formação cultural, o germe de uma estética não totalmente identificada com a do meio musical em que sua atuação se desenvolvia.

Nenhuma inovação de rumos decorreria, pois, da sua influência, para a música popular, que, pelo contrário, prosseguiu no rumo que vinha do período anterior. Foi muito breve, aliás, o prazo de atuação de Noel Rosa. Todo ele se compreende na década de 30, cujo domínio musical o compositor de Vila Isabel compartilhou com os que vinham, já, do período anterior, como Ari Barroso, Ismael Silva, Lamartine Babo, Alcebíades Barcelos, Assis Valente, entre outros, e com os que surgiram ou se popularizaram pelo sucesso, nos anos de 30. Numa relação incompleta, e para mencionar apenas alguns dos mais significativos, foi quando apareceram ou impuseram-se, por exemplo, João de Barro, Custódio Mesquita, Walfrido Silva, Benedito Lacerda, Nássara, Wilson Batista, Herivelto Martins, Cristóvão de Alencar, Frazão, Antônio de Almeida, Claudionor Cruz, Pedro Caetano, Roberto Roberti, Roberto Martins, Cartola, Nelson Cavaquinho... a lista não acaba: interrompe-se. E também se revelam, no mesmo período, autores que fariam época, pela importância de sua contribuição ou pela influência que exerceram, na criação de um estilo. O primeiro caso é o de Ataulfo Alves; o segundo, o de Haroldo Lobo.

Sucediam-se os «clássicos» do samba: dois de Kid Pepe e Germano Augusto — «Implorar» e «As lágrimas rolavam»; um de Rubens Soares — «E' bom parar» (e esses três assinalam a contribuição do boxe, através de Kid Pepe e Rubens Soares, o «moreno» dos ringues, para a música popular); um de Cyro de Souza — «Tenha pena de mim»; J. B. de Carvalho trazia ao samba alguma coisa do acompanhamento dos cantos de terreiro («Falso amor», «Juro»); de Max Bulhões e Milton de Oliveira (este, depois parceiro constante de Haroldo Lobo, no «Não tenho lágrimas», que mereceria, mais tarde, gravação por Nat King Cole; Haroldo Lobo iniciava sua carreira triunfal com «Desengano» — aquele que começa com o verso: «A primeira vez que eu amei», etc. E acima de tudo, surgia Ataulfo Alves, autor já consagrado de outras bonitas composições, com um samba fora de série, positivamente genial: «Amélia», que a letra de Mário Lago ajudou a celebrizar, criando a personagem-símbolo da «mulher de verdade». A composição de Ataulfo, porém, é que era música de verdade. Um «hors-concours» do samba, destaque acima do tempo, para todas as épocas. Uma composição singular, em sua poderosa originalidade. O próprio Ataulfo Alves, de obra tão numerosa e importante, tão rica de músicas das mais bonitas, não repetiria a «Amélia», que ficou, em sua produção, como um monumento isolado dentro do conjunto.

Em todas essas obras dos nossos compositores populares — muitos deles, instrumentistas, mas, alguns, simples «mentalizadores» de melodias, ritmos e efeitos harmônicos, havia elementos capazes de conduzir a música popular a uma renovação de «linguagem» musical e de estilos. «Amélia», principalmente, e o «Tenha pena de mim», de Cyro de Souza (com um parceiro, de cujo nome o comentarista não se recorda, mas consta, por exemplo, do magnífico repositório que são os dois volumes de Edgar de Alencar, «O carnaval carioca através da música», edição da Livraria Freitas Bastos), tinham, por certo, substância renovadora e pareciam apontar para rumos diferentes do convencional. Este, entretanto, não se deixou subverter por tais ousadias. Aliás, soube manter a situação sob controle, assimilando os possíveis recalcitrantes e impondo-lhes os padrões vigentes.

Houve, sem dúvida, a afirmação de alguns estilos pessoais, dentro desses padrões. Um compositor exuberante e excelente — de primeira ordem, mesmo — como Haroldo Lobo (um «mentalizador») criou um estilo; mais: criou uma fórmula que nunca falhou, era sucesso certo, permitindo, até, que outros «fizessem» Haroldo Lobo. Exemplos, muitos posteriores ao período de que tratamos, mas ainda em vida de Haroldo Lobo (que faleceu em 66 ou 67);: «Se eu errei», de Risadinha e outros; «Rolei, rolei», de Paulinho Aguiar e Milton Rocha (autoria indicada no citado livro de Edgar Alencar), ambos de grande sucesso.

Impossível encerrar estas notas sobre a década de 30 sem mencionar os pródromos da invasão baiana, representada pelo extraordinário Dorival Caimi que — esse, sim — abriu uma porta para o futuro e exerceria influência decisiva sobre seus sucessores baianos. Também não pode ficar sem registro a contribuição sulina do gaúcho Lupiscínio Rodrigues, que dominou a praça com o «Se acaso você chegasse...», evoluindo, depois, para uma expressão regional que não deixa de acusar certo parentesco «arrabalero» com o espírito, não a forma, do tango, o que é muito natural, pelas analogias culturais gauchescas de toda a área de aquém e de além Prata. Não obstante, o próprio Lupiscínio não aceita esse juízo. Do seu ponto de vista ele é muito mais consciente dos traços diferenciais, que das semelhanças — o que também é natural e perfeitamente compreensível.

14 de julho de 1974.

A ascensão para baixo, estranha proeza

Nesta série de comentários sobre a evolução (e não a história) da nossa música popular, o que se tem procurado evidenciar é que a linha evolutiva seguida pela nossa música deveria tender necessariamente à adoção de uma «linguagem» própria, feita não só de ritmos, mas também de outras crenças estéticas espontaneamente firmadas, entre nós, com base, muitas vezes, nas próprias deficiências técnicas dos criadores incultos ou mesmos bárbaros — em todo caso, autenticamente populares. Essas crença foram, com o tempo, assimiladas pela técnica dos músicos «de nível médio», assim como seus criadores acabaram por incorporar as técnicas destes últimos ao seu próprio poder inventivo, que, por essa forma, se amaneirou.

Realmente, não é possível desconhecer nem o atrativo das fontes de uma estética musical primitiva sobre os músicos de nível médio, nem tampouco a influência das composições de nível médio com seus recursos bem mais sofisticados, sobre a estética dos criadores instintivos e primitivos, muito naturalmente fascinados por uns tantos efeitos de sonoridade que os aludidos recursos permitiam. Quando essa dupla tendência, em movimento convergente, unificou-se no samba, já delineado numa estrutura básica definitiva, a resultante foi uma estética musical de compromisso que seria levada a tentar ascensão cada vez maior, no sentido do aprimoramento técnico.

Ao contrário da música negra americana, que veio a desembocar no «jazz», a música brasileira mostrou-se menos revolucionária, mais disposta e afeita à aceitação de valores e técnicas tradicionais dos já mencionados níveis médios de cultura. Ela caminhou, desde o início, no rumo que o próprio «jazz» acabaria por adotar, mais tarde, em suas expressões menos autênticas e mais suscetíveis de aceitação generalizada: para dizer tudo, mais comerciais. A nossa, não é que procurasse, de início, a comercialização (como aconteceria em seguida), mas, de seu natural, trazia em si qualidades para distinguir-se também por isso. Nunca foi rebarbativa, pelo contrário: soou sempre terna, lânguida e doce aos nossos ouvidos. Ou buliçosa, provocante, sensual, mas nunca certamente agressiva.

Os «meios cultos» julgavam-na menos nobre, solene e decorosa, talvez, afeitos como eram aos rigorismos clássicos. Nunca, porém, lhes feriria o ouvido uma dissonância descabida. O desenho melódico vinha num emaranhado de curvas harmoniosas, descendo e subindo com leveza e graça, nos mais imprevistos volteios. Se é indiscutível que as dominava uma estética insuficientemente desenvolvida, característica de um estágio técnico menos elevado, essa estética, entretanto, não se chocava com as normas da «musicalidade» erudita, mas obedecia aos mesmos princípios fundamentais desta última.

Foi assim que se formou, em nossa música popular, um estilo que poderemos chamar de «convencional», na medida em que se deixava seduzir e orientar pelas crenças estéticas baixadas do nível médio às fontes mesmas do popular. Dentro dessas características gerais, assinalavam-se, é claro, como simples variantes, as marcas de alguns estilos individuais, que traziam formas próprias de expressão musical, no ritmo, no desenho melodioso ou ainda em contrastes ou desdobramentos de certos efeitos de sonoridade característicos. Em suma, o esquema de elaboração da música popular compreendia uma norma, ou antes, certo número de normas indispensáveis para fazer música. Indispensáveis, porque essa era a condição geral, esse era o sentimento geral, e a ninguém ocorreria a possibilidade de inventar práticas em desacordo com as costumeiras. O convencional limitava a invenção.

Contra essa limitação, haveria de erguer-se, mais dia, menos dia, alguma corrente inconformada — provavelmente quando os recursos de renovação, dentro do convencional, dessem sinais de fadiga e esgotamento. Sabe-se que foi, efetivamente, o que sucedeu, mas só recentemente e, em grande parte, sob o impacto de influências resultantes da renovação universal de valores, na música e em todas as áreas culturais.

No que nos diz respeito, parece-nos que na origem das tentativas de renovação das nossas crenças e práticas de estética musical devemos situar Noel Rosa como o primeiro dos nossos compositores a trabalhar nesse sentido — o sentido de uma procura do «som», quer dizer, do seu próprio modelo, em matéria de som. Não que se rebelasse contra o convencional, que, pelo contrário, realizou com perfeição, em muitas de suas grandes composições. Soube, porém, tomar algumas liberdades, aventurando-se por outras trilhas, e o fez com extraordinária habilidade, com perfeito senso da medida, o que lhe permitiu granjear popularidade e não afugentá-la, familiarizando-nos com alguns tipos de solução menos convencional, plenamente aprovada pelas nossas exigências. Suas inovações, ele as compatibilizou com as nossa crenças.

Vinha-lhe a dupla capacidade da invenção e da adaptação do fato de haver empreendido e realizado uma estranha proeza: a ascensão para baixo; o contrário da «Queda em Ascensão», de que nos falava, em excelente novela, o escritor Gasparino Damata. A ascensão para baixo, Noel Rosa a realizou ao mesmo tempo que o simples fato de realizá-la concorria para trazer para cima o meio menos elevado que conquistou. É importante acentuar que o prodígio não foi efetuado apenas através das letras e no terreno das letras de suas composições — o que não teria o mesmo alcance e significação, mas encontrou expressão na própria música. Sua estética musical, de representante de uma cultura de classe média, não repeliu os valores, e as crenças dominantes nos meios populares, tradicionalmente (e naturalmente) detentores do privilégio do samba autêntico. Soube aceitá-los, soube adaptar-se a eles, integrando-se no meio que invadia e soube exprimir, conquistando-o, sem embargo de conservar a marca de origem, de nível superior.

30 de junho de 1974

A FLAUTA MÁGICA

Uma semana após a morte de Pixinguinha, Prudente publicou um elogio póstumo do grande músico. Com sua elegância, não faz qualquer referência direta à morte de Pixinguinha: no fim do trabalho, há ligeira menção a isso ("a dulcíssima voz da flauta que deixou de tocar"). Para Prudente, que também aqui assinou o texto como Pedro Dantas, Pixinguinha permanecia, por sua obra e por sua importância. O título é da publicação original.

Na vida e na carreira de Pixinguinha, o assombroso flautista que ele era ofuscou por muito tempo o renome e a importância do compositor. Os impressionantes malabarismos, que lhe permitiam o domínio do instrumento e do próprio fôlego, valeram-lhe, desde menino, a entusiástica admiração de uma platéia que começou entre chopadas de bar, passando a orquestra do nosso musicado, em que seu trinado sobressaía, para conquistar, a bem dizer, a cidade inteira, com a diária exibição dos "Oito Batutas", na sala de espera do "Cine Palais". Já então o compositor se afirmava como um dos de melhor qualidade, no campo seresteiro das valsas dolentes, tão brasileiras, como no dos choros de maior repercussão popular, por sua saltitante vivacidade, que nunca excluía a sonoridade plangente, acentuada por uma execução bem curtida. Em 1919, chegara, mesmo, a conquistar louros carnavalescos — embora nunca tenha sido sua especialidade — com o extraordinário "Já te digo", de esplêndida introdução, e, todo ele, das melhores páginas da nossa "popularesca".

Foi, porém, com as inimitáveis variações sobre um tema autenticamente popular, na sua recriação do "Urubu", que se consolidou seu prestígio. O "Urubu", ele o levou a Paris, na excursão patrocinada por Arnaldo Guinle, a que serviu de introdutor, nos meios parisienses, o bailarino Duque, velho senhor da praça. Registre-se que houve severas críticas à iniciativa de Arnaldo Guinle. Sofríamos, então, de grave complexo de inferioridade e havia quem julgasse deplorável por preconceito cultural e por preconceito de cor ("ça fait deux") a nossa representação musical pelos "Oito Batutas". Não tínhamos, nós mesmos, a sensibilidade de Darius Milhaud, que, em sua permanência entre nós, soubera impregnar-se da doçura das nossas melodias e da fabulosa riqueza dos nossos ritmos.

—

A excursão foi um êxito para os executantes brasileiros, muito especialmente para Pixinguinha, cuja flauta mágica encantou Paris. Como compositor, valeu-lhe o diploma de uma sociedade de compositores franceses, conquistado por ele (e também por Donga), mediante provas de leitura e escrita musicais, com desenvolvimento de tema dado. Os franceses duvidavam dos conhecimentos técnicos do maestro carioca e queriam ver para crer... Pois, viram e diplomaram. O título veio juntar-se ao que Pixinguinha levara daqui, do que Villa-Lôbos denominava o "Conservatório de Cascadura", dizendo-se formado em seus seresteiros cursos. Nesse "Conservatório" fora aluno de Irineu de Almeida, exímio violonista e compositor, dos melhores do princípio do século, vindo das últimas décadas dos "oitocentos". A Irineu de Almeida cabe, por certo, um lugar ao lado de Anacleto de Medeiros, de Chiquinha Gonzaga, de Ernesto Nazareth — da curiosa linha de semieruditos que foram felizes e genuínos intérpretes, em música, do sentimento e do gosto popular brasileiro.

Na década de 20, além da ida a Paris, outros acontecimentos importantes marcaram a vida de Pixinguinha: as gravações que finalmente o projetaram como compositor; a criação dessa maravilha que é o "Carinhoso" (a letra, do nosso fecundo Braguinha, foi adaptada mais tarde e pegou bem, mas é construção à parte); a regência da orquestra da Companhia Negra de Revistas, organizada por De Chocolat, aproveitando a onda de sucesso de Josefina Baker, em Paris; e — conseqüência dessa temporada —, o casamento com Jandira Almoré, nome de palco de uma das estrelas da Companhia, a D. Albertina, que seria sua companheira pelo resto da vida dela, que o antecedeu de cerca de um ano na partida deste mundo de Deus.

Também na década de 20 situa-se o começo da influência das gravações, já então mais caprichadas. O rádio ensaiava os primeiros passos. A esses dois elementos, conjugados, caberia exercer enorme influência sobre os rumos da nossa música popular. Sobre Pixinguinha, atuaram por duas formas; divulgando-lhe as composições mais do agrado do público e proporcionando-lhe outra atividade, em que se destacou, e que foi a de escrever, profissionalmente, música alheia — a música dos "tiradores" de samba, que a trazem na "cuca" e no coração. Muitos não tocam, sequer de ouvido, qualquer instrumento. Mesmo assim, compõem; e podem ser importantes. Muitos o foram, efetivamente, bastando lembrar o caso de Lamartine Babo, que tinha uma orquestra na cabeça e fazia, com a voz, a parte de todos os instrumentos, inclusive em sinfonias e atos inteiros de óperas, a ponto de pedir aos amigos maestros: "Me rege!".

Pixinguinha talvez nunca o tenha regido, mas costumava escrever e orquestrar suas melodias. As dele, como as de inúmeros outros. Acertava-lhes alguma falha formal, fornecia-lhes os compassos de introdução, não menos cuidados do que os próprios e perfeitamente adequados às características da melodia. Se o seu acervo de compositor vai a algumas centenas de títulos, o número de introduções feitas para os colegas e clientes ainda é maior. São dele, salvo engano, os compassos marciais que preparam a marcha em que Lamartine transformou, com êxito que ainda hoje perdura, o "Teu cabelo não nega", recebido sob a forma de frevo, dos irmãos Valença. São dele muitas centenas de outras introduções, que bastariam, somadas, para dar uma obra de vulto.

Curioso: esse autêntico mestre ou príncipe da nossa música popular, que foi Pixinguinha, pouco influiu sobre os rumos que ela haveria de seguir. Sua obra desenvolveu-se como que à margem da estrada, em domínio próprio, colaborando com os outros e aplaudindo-lhes os feitos, mas seguindo imperturbavelmente o seu próprio caminho, como se apenas ouvisse a dulcíssima voz da flauta que deixou de tocar, mas continuava a inspirá-lo, a ditar-lhe as frases de incomparável graça e leveza, em seus trinados de pássaro saltitante. A flauta mágica de Pixinguinha.

25 de fevereiro de 1973

FLAGRANTE

A última tarde

Ilmar Carvalho

Ilmar Carvalho, jornalista, crítico de música popular, musicólogo, ficou tão comovido com o que via que resolveu passar algumas impressões para um jornal de sua terra, O Estado, de Santa Catarina, que publicou a crônica no dia 25 de dezembro. É um registro terno das últimas horas de Prudente na ABI: a vigília de dor dos seus amigos.

Tarde, meio da tarde, três horas, céu encapelado de nuvens cinzas, baixas, pesadonas, quase da altura dos edifícios. Um ar tão triste no centro do Rio, que vai pegando nas pessoas, descartando delas o «espírito de Natal».

Entro no elevador da ABI. O hall de entrada, grande, abriga os que deverão fazer a mesma coisa que eu. Mesmo identificados no objetivo, não nos falamos. Reconheço, entre tantos, Antônio Galotti. Há silêncio, tristeza de perda. O elevador enorme nos desemboca na grande sala do nono andar. Fotógrafos, cinegrafistas em grande quantidade. São enormes e numerosas as coroas. Personalidade da vida brasileira, quase todas em pé, conversam baixo, algumas sentadas.

No outro extremo da grande sala, o caixão mortuário. Nele, Prudentinho, 73 anos, neoplasia pulmonar, o rosto longo e magro, sem rictus, repousa naturalmente. As mãos cruzadas, a aliança; o resto do corpo é coberto por pequenas rosas amarelas.

Acentua-se o ar de ausência. A dor da família também é a dor de todos. Basta olhar em volta para ver o quanto esse homem foi querido e admirado. Mesmo os jornalistas mais jovens sentem, além da figura da morte, quem desta vez ela levou. Um dos nossos, que tanto se irmanara conosco.

O trabalho dos profissionais não para. Seguem-se as entrevistas, a anotação dos nomes das personalidades no livro de presença, nas consultas a quem conhece quem, tudo num burburinho leve, respeitoso. Sérgio Cabral, compositor e crítico de música popular, jornalista, talvez um dos últimos cariocas, mostra a perda do amigo no rosto. Foi colega e amigo de Prudente desde os idos do **Diario Carioca**, a grande escola do moderno jornalismo brasileiro, ao lado de Pompeu de Souza, Luiz Paulistano e tantos outros. De gerações bem distintas, Sérgio teve o privilégio do convívio com esse jornalista raçudo, com a postura de um lorde, mas tão brasileiro na maneira de ser.

A cinco passos de mim, Carlos Drummond de Andrade, terno escuro, camisa branca e gravata azul. De guarda-chuva, fino, rijo e digno, está rodeado por uns oito jornalistas. Fala sobre o amigo morto numa voz baixa, branda, quase inaudível. Fala pouco, o necessário. Fico mirando o Poeta, uma vontade de abraçá-lo e dizer: «Poeta...» Dizer o quê? Ele fica só, não se chega. E' seu feitio, pois já o observei na Livraria Leonardo da Vinci.

Os companheiros de imprensa continuam sua faina. Não há gritos, não há uma palavra mais alta, como se o presidente da Casa, mesmo sem vida, traçasse uma regra, a de falar baixo.

Vejo Ferreira Gullar, o rosto fino, anguloso, os olhos fundos e os cabelos lisos e bem pretos, além do pescoço. Outro poeta. O velho companheiro Jota Efegê, extraordinário memorialista da música popular, dos pagodes que já acabaram, o Jota Efegê do **Diário Carioca** e quem levou Prudentinho para sócio do Madureira, para as rodas de samba. Sentado, ar distante, a cabeça toda branca.

Aqui estão Pedro Nava, Tristão de Ataíde, Júlio César Mesquita, de **O Estado de S. Paulo**, onde Prudentinho, ou melhor, Pedro Dantas, despontou por tantos anos. Estão também Lúcio, Oscar Niemeyer, Prado Kelly, Danton Jobim, Odylo Costa, filho, Paschoal Carlos Magno, Bororó, Artur Bernardes Filho, Roberto Marinho, senador Amaral Peixoto, o historiador Hélio Silva.

O antigo companheiro e amigo Pompeu de Souza começa a falar. Com grande esforço. Relembra a vida de Prudentinho. Segura com a mão a borda do caixão, e brevemente diz quem foi e o que devemos àquele que ali está, bem próximo. A palavra amplia a emoção. Carlos Drummond de Andrade tenta abafar com as mãos as lágrimas que mansamente descem por seu rosto longo e fino. Prende os lábios. A entrega à dor tão lancinante para ele, ávaro sempre em mostrar publicamente seus sentimentos. Quando Pompeu de Souza termina, Fernando Segismundo fala em nome da ABI. E' o momento em que chega Afonso Arinos de Mello Franco. Aproxima-se do caixão, abraça a mulher de Prudente, a filha, o casal de netos, inconsoláveis. Olha o velho amigo, e a dor sufocante é mais forte do que tudo: os soluços fazem-lhe tremer o corpo todo. Sua mulher chega, abraça-o, retirando-o para o canto da grande sala. Ferreira Gullar tem os olhos fundos, mas vermelhos.

A tampa do caixão é ajustada. Estamos todos envolvidos por um terrível sentimento de perda, de vazio. E penso como todos que vazio também ficou o País. No andar térreo, Austregésilo de Athayde, Josué Montello e outros mais aguardam a chegada dos despojos pelo elevador. E' indescritível a tristeza, que continua no cemitério do Caju e fica conosco. As nuvens estão mais baixas, mais densas, e agora, de seu ventre, a chuva que escorre por nossas cabeças, nos rostos, se confunde com algo salgado.

Coluna do Castello

Adeus a Prudente, ou a "Dantas, a flor"

CARLOS CASTELLO BRANCO

BRASÍLIA — Prudente de Morais, neto, foi para mim inicialmente uma referência literária. Era o jovem e aristocrático escritor que, junto com Sérgio Buarque de Holanda, editara nos tempos áureos do modernismo a revista **Estética**, da qual era o crítico literário. Depois, conheci-o pessoalmente, de terno — calça, paletó e colete — chapéu e bengala, vestuário que contrastava com a expressão suave dos olhos e a palavra compreensiva e carinhosa.

Já não era um homem rico, mas alguém que, levado pelos ventos da vida, perdera a fortuna do pai, de quem conservava o caprichado enxoval, de roupas cortadas em Londres, de onde lhe vieram também as camisas, as cuecas, os lenços, as gravatas e os chapéus. O pai morreu-lhe em 1936 e ele fez, depois disso, sua primeira roupa em 1956, inaugurando-a no Palácio Tiradentes, que passara a freqüentar diariamente no exercício do jornalismo parlamentar.

J. E. de Macedo Soares, fundador do Diário Carioca, lembra-se de convidar o neto do Presidente da primeira Constituinte da República a ser o analista da terceira Constituinte, a de 1946. Prudente, que se assinava Pedro Dantas por injunções que o induziram a trocar o nome ilustre por um pseudônimo, acumulou a crônica parlamentar com a crônica de turfe, publicada diariamente no O Globo. E vivia dos pequenos salários que eram o que lhe podiam pagar então os jornais. Ele passaria por momentos difíceis na sua vida material tanto quanto na sua vida íntima. Augusto Frederico Schmidt, grande poeta e homem de negócios, amigo de Prudente desde os tempos da juventude aristocrática, observava que ele fazia uma carreira às avessas. "Vai terminar", profetizava, "como revisor de jornal".

A profecia falhou. Prudente carecia dos bens materiais para manter o equilíbrio interior e a força da sua bondade e de uma extraordinária acuidade intelectual servida por cultura abrangente e sólida. Os bens materiais o destino os devolveria mais tarde, sem que afetassem sua maneira de viver. Ele continuou a ser o mesmo homem a quem nos tempos de pobreza Schmidt mandara um livro com esta dedicatória: "Ao Prudente de Morais, neto, do outro lado do mundo, o Augusto Frederico Schmidt".

Prudente trouxera do convívio paterno e dos estudos da adolescência e da juventude um vasto conhecimento das artes e das letras, estruturado no estudo sistemático da Filosofia e da Psicologia, base do livro que deixou inédito, uma espécie de teoria informal do conhecimento, que se destina a ser obra fundamental na história do pensamento brasileiro. Lendo Goethe no Alemão, tocando Bach ao piano, estudando os tratados de George Dumas, analisando Proust e Joyce, dedicou-se ao exame da nossa literatura, produzindo um livro de 50 páginas em que oferece visão panorâmica do romance brasileiro, em especial do papel de José de Alencar.

A essa formação de elite aliava Prudente a sensibilidade pelo popular, que o levaria a ser amigo íntimo de Ismael Silva e autor de marchas-rancho e sambas, como o que Pompeu de Souza costuma cantar, inspirado na primeira campanha de alfabetização de adultos, a de Clemente Mariani ("Ministro não seja inclemente, deixa o meu amor em paz..."). Vivendo intensamente todas as manifestações de arte, erudita e popular, foi um dos estímulos do teatro novo de Nélson Rodrigues, cujo Vestido de Noiva via e ouvia diariamente dos bastidores, recitando-lhe de cor quase todo o texto. Em futebol, torcia pelo Madureira e, sem ser carnavalesco, emocionava-se com as principais músicas de carnaval, distinguindo-lhe a qualidade antes de qualquer outro.

No Diário Carioca, onde o Pompeu o saudava como Dantas, a Flor, convivemos juntos anos a fio, sentados um defronte do outro. Sendo uma natureza participante, embora moralmente isenta, Prudente aceitaria presidir o Diretório Regional do Partido Republicano do Rio ("Pedro Dantas e seu regional") e desde a volta de Getúlio Vargas tornou-se conspirador contumaz, sofrendo reveses e vitórias, a última das quais, em 1964, se tornaria, para sua sensibilidade, amarga e frustrada experiência. A ele coube definir o Ato 5 como a antilei, incompatível com qualquer lei. Seu contágio é mortal para a ordem jurídica. Engajado, costumava complementar minhas informações e, na medida em que ele ia falando, eu ia escrevendo até que um dia ele protestou: "Assim não é possível. Você não se contenta em escrever depressa, você ouve também depressa".

Terminávamos as noites no Restaurante Colombo, na Rua 7 e inicialmente tomávamos o mesmo bonde, das 3h45m, que o deixava no Rio Comprido e me levava a Vila Isabel. Contava-me diariamente um caso que terminava já com o pé no estribo, saltando do bonde e despedindo-se com um aceno de mão e um largo sorriso — imagem que conservo como das mais gratificantes recordações da convivência humana que a vida me reservou. Prudente, o mais terno dos homens, o mais fiel dos amigos, arriscava-se no Estado Novo a comprar o exemplar clandestino da Classe Operária, órgão do PC com o qual nada tinha a ver. E quando seu companheiro de conspiração, o famoso Brigadeiro Burnier, se viu no ostracismo, o único depoimento público em defesa de sua honra foi produzido por Prudente de Morais, neto.

Não o enterrei ontem, mas com Pompeu de Souza e sua dedicada companheira Lucy, o acompanhei na sua ida ao hospital, já ferido de morte e visitei-o novamente para um último papo que terminou em pranto e num aceno de mão no qual se confundiam o sorriso de antigamente e as lágrimas que outrora o vi chorar quando vivia conflitos de amor.

Jornal do Brasil
22 de dezembro de 1977.

Um homem que vagava entre dois séculos

LUCIANO MARTINS

Da Europa, onde se encontra, o sociólogo Luciano Martins, repórter do Jornal do Brasil **nos anos 60, manda um breve e emocionado depoimento sobre o Prudente que ele conheceu na redação do** Diário de Notícias.

A PRIMEIRA vez que encontrei Prudente já faz um século, ou mais. E é como se fosse hoje. Prudente também era assim; entre a indefectível bengala pendurada no braço e a gargalhada solta com a última anedota, ele transitava do século dezenove ao século vinte com a maior elegância. Prudente era essencialmente isso: um ser humano de uma rara elegância. Durante cerca de quatro anos convivemos diariamente no velho *Diário de Notícias*. Nesse convívio se teceu uma amizade que justamente transpunha gerações: meu padrinho de casamento, o abraço mais largo que jamais recebi quando nasceu minha primeira filha, longas conversas pela madrugada sobre o mundo e a vida.

Também foi durante esse convívio que vi Prudente, dia após dias, curvado sobre a mesa, escrever laboriosamente e a mão seu artigo. Com a devoção de um artesão antigo, o sentimento da obrigação social de escrever e a graça de uma linguagem fina. Creio que foi Afonso Arinos quem uma vez disse, com afeto, que Prudente usava, por dentro, as barbas do avô. Seus artigos eram às vezes antiquíssimos, mas ele os escrevia impávido: fiel à sua concepção liberal e ao seu dever para com a República, pois era assim que ele entendia politicamente o mundo. Mais: escrevia, às vezes, como que se sentindo pessoalmente ofendido pela demagogia populista, pelos ladrões dos dinheiros públicos ou pela violência contra a expressão de idéias que, mesmo que totalmente contrárias às suas, fossem vividas com integridade. Nessas horas eu o via apertar os lábios: firme, mas sereno. Sem maiores ilusões talvez, mas não precisando de ilusões para ser insistente. Apenas isso: fiel a si mesmo. E sempre fiel a si mesmo, quantas vezes o vi interromper esse mesmo artigo para acolher o sambista Ismael Silva com um abraço alegre e amplo, um riso franco e limpo de menino contente.

Prudente era um conservador-subversivo e jamais conheci alguém que tão integral e integramente vivesse essa polaridade. Justamente porque sabia distinguir esses dois termos e os integrar sem confundi-los.

Mestre de toda uma geração de «jovens zangados" que, na metade dos anos cinqüenta, sob a liderança de Jânio de Freitas, procurou fazer do jornalismo no Brasil algo de moderno e limpo, Prudente foi ainda mais para quem teve o privilégio de com ele conviver: um exemplo concreto, porque cotidiano, que jamais apelou para o álibi das intenções para justificar o desvio das ações, dessa coisa tão difícil e de fórmula hoje aparentemente perdida: um nobre exemplo de integridade generosa.

Um exemp o de práticas democráticas

BARBOSA LIMA SOBRINHO

"Posso testemunhar que Prudente de Moraes, na presidência da ABI, foi um grande e memorável exemplo de práticas democráticas", disse Barbosa Lima Sobrinho no artigo em que, sob o título Prudente de Moraes, neto, **evocou a passagem de Prudente pela ABI.**

HOMENS de imprensa, jornalistas toda a vida, nem por isso começou cedo o nosso relacionamento. Prudente de Moraes, neto, trabalhava então no *Diário Carioca*, de onde passaria para o *Diário de Notícias*, quando eu começava a ser dispensado de freqüência na redação do *Jornal do Brasil*. É provável que nos tenhamos encontrado na Assembléia Constituinte de 1946, quando ele acompanhava de perto o trabalho da elaboração da Carta, que iria estruturar o estado de direito, mercê das vitórias dos pracinhas, nos campos de batalha da Itália, derrotando o fascismo e o nazismo. Não acompanhei a Prudente de Moraes no movimento modernista, de que ele se tornou um bravo combatente, e eu sempre desconfiei de programas de qualquer natureza, mesmo de renovação literária, pelo temor de que não passassem de intenções. Mas devo à Associação Brasileira de Imprensa o privilégio de maior aproximação com Prudente de Moraes, quando ambos pertenciamos ao seu Conselho Administrativo. Posso dizer que foi aí que pude conhecer, como numa revelação, a extraordinária criatura humana, que era esse jornalista despretensioso e cordial.

A Associação Brasileira de Imprensa pratica uma espécie de regime parlamentar. Tem uma diretoria executiva que é, na substância, uma delegação do Conselho Administrativo, que a elege e ao qual ela presta contas em relatórios mensais, sujeitos a discussão e votação nas reuniões do Conselho. Daí a existência, entre Diretoria e Conselho, de um espírito de cooperação, em face de todos os problemas que envolvem a entidade representativa dos jornalistas brasileiros. Como presidente desse Conselho, já acompanhando de perto a ação de Prudente de Moraes, quando o elegemos presidente da diretoria da casa, num momento de tantas dificuldades para o exercício de uma profissão, que tem como um dos seus pressupostos essenciais a condenação dos atestados ideológicos, quando a entidade da classe deve cumprir, com exatidão e vigilância, os deveres de assistência e defesa da profissão. E posso, por isso, testemunhar que Prudente de Moraes, na presidência da ABI, foi um grande e memorável exemplo de práticas democráticas.

Na verdade, sabia ouvir com simpatia as opiniões de seus companheiros do jornalismo. Confesso que não admiro os que insistem muito no louvor da democracia. Prefiro os que a sabem cumprir até mesmo porque é mais fácil louvá-la do que praticá-la. Tinha sempre presente aquele provérbio, que dizia que a melhor maneira de conhecer o vilão era pôr-lhe o cargo na mão. Embora me parecesse exagerado o termo endossaria o provérbio desde que substituísse o *vilão* pelo *democrata*. Os cargos, muito mais do que as apologias, é que revelam realmente o culto e o respeito pela democracia. O ditador incubado é aquele que se irrita com a menor contestação, ou até mesmo com uma simples advertência, o que o leva a repudiar colaboração que não comece como apologia. Já o verdadeiro democrata sabe o que pode esperar da contribuição alheia, para o aperfeiçoamento das decisões. É foi pela sua atuação na presidência da Associação Brasileira de Imprensa que podemos conhecer quanto era profundo e sincero o culto de Prudente de Moraes pela democracia. É provável até que estimulasse as manifestações de divergência como oportunidade para estudar melhor as questões que devia decidir. O que lhe dava condições para ouvir ponderações com uma total deferência, livre da relutância e das prevenções, que o amor próprio sabe criar. O sentimento de arrogância, que emana da presença do poder, não teria nem coragem de lhe bater na porta. A autoridade, para ele, não passava de uma oportunidade para servir, não para mandar. Mandar, para ele, era uma contingência, a que não poderia fugir, mas que lhe não dava nenhum prazer.

Na verdade, há ditadores natos, e que talvez nunca cheguem a alcançar o poder.. As vezes não vão adiante das divisas de cabo. Ou não passam da portaria dos edifícios e dos consultórios dos médicos. O que sempre me convenceu de que o ditador, antes de ser uma função, é um temperamento, a presença de uma vaidade que se encrespa com a primeira palavra, que não seja de obediência e de adulação, e que já a recebe como vocação subversiva. O que se podia observar em Prudente de Moraes, neto, era quanto a democracia e a tolerância se haviam infiltrado na sua personalidade, estruturando-lhe as virtudes preponderantes de seu caráter. Poucas pessoas sentiram, tanto quanto ele, a dificuldade de dar ordens, com o receio de ferir suscetibilidades naturais. É claro que também não era homem para receber ordens, tão escrupulosamente sabia cumprir os seus deveres. O que mais desejava era que tudo caminhasse sob o domínio da razão e da inteligência, cumprindo cada qual os seus deveres, num mundo em que tudo fosse voluntário e espontâneo. E como era um homem equilibrado, sereno, tranqüilo, destituído de paixões subalternas, sua autoridade acabava se exercendo de maneira incontrastável. Alcançara realmente o seu ideal, o de ser obedecido, sem dar ordens. Quando muito, se limitava a pedir. E o pedido, que dissimula ordens, tem uma eficácia ilimitada que os ditadores ignoram. Por isso, entrava nas redações, em que era chefe, apertando a mão dos porteiros. E sempre tão cheio de ternura que, nas suas relações com os amigos, preferia o abraço ao aperto de mão. Deve ter sido dos primeiros a seguir a moda dos beijos de saudação, com as criaturas do sexo oposto. O carinho era, para ele, uma necessidade, nunca uma afetação.

Enganar-se-ia, porém, quem duvidasse de sua energia e de sua capacidade de luta. Tive oportunidade de conhecê-lo nesse outro aspecto de bravura cívica, quando na presidência da Associação Brasileira de Imprensa, no caso do jornalista Herzog.

O Sindicato de Jornalistas de São Paulo, sob a direção de seu intrépido presidente, Audálio Dantas, promovera a celebração de um ato ecumênico, que se realizara na catedral do Estado, com a presença do Cardeal D. Evaristo Arns. Prudente de Moraes, com os seus companheiros da ABI, fez o possível para que houvesse, no Rio, uma solenidade com a mesma significação. Mas todos os seus esforços foram derrotados, pela recusa das igrejas a que se dirigiu. Tomou, então, o alvitre de promover uma sessão de homenagem no grande auditório da ABI. Não houve tempo para convites, nem mesmo para a necessária publicidade. E, não obstante, o auditório se encheu com assistentes que iam atravessando calçadas repletas de carros da polícia.

Não se havia planejado nada. Nem havia discurso escrito. Creio mesmo que Prudente de Moraes ainda não estivesse certo do que deveria fazer. Mas na hora de começar a sessão e de dar sentido à homenagem que se ia prestar à memória do jornalista sacrificado, dirigimo-nos todos para a mesa colocada no palco do auditório, Prudente de Moraes, presidente da Diretoria, eu como presidente do Conselho Administrativo, Ari Nepomuceno na qualidade de presidente do Sindicato de Jornalistas Liberais. Prudente de Moraes começou a falar. Discretamente, seguro de si mesmo, sem gestos e sem veemência. Explicou o sentido daquela reunião. E convidou todos os presentes para que, em cinco minutos de silêncio, evocássemos o jornalista morto, com os sentimentos que resultassem de nossas crenças e de nossos ideais.

Todos se levantaram. Não foi só o silêncio que tomou conta do auditório. Sentia-se também a comunhão das consciências. O ambiente era decerto profano. Mas o ato que Prudente de Morais presidiu foi um ato ecumênico, em que todas as almas se uniram, numa identificação irresistível, que na verdade se completou em torno de altares que ninguém via, mas que estavam ali, presentes como nunca, para o culto da liberdade.

Jornal do Brasil.
26 de dezembro de 1977.

Um aristocrata da democracia

TRISTÃO DE ATHAYDE

Nosso navio de companheiros de viagem vai fazendo água, a cada dia que passa. E foi da ponte de comando, como um verdadeiro chefe, que esse gentil-homem republicano nos acenou, há pouco, sua despedida. Com a fidalguia e a discrição de toda a sua vida — disse Tristão de Athayde em sua comovente saudação póstuma a Prudente de Moraes, neto.

TODOS o tratávamos de Prudentinho. E, no entanto, nem mesmo Manuel Bandeira, o mais íntimo de seus amigos, penso eu, ousava forçar a sua intimidade. A imagem mais remota que conservo de sua figura é a de um adolescente fardado, que o pai, já viúvo, levava aos espetáculos do Teatro Municipal do Rio. Nós, os externos do Pedro II, no período em que o jacobinismo republicano lhe mudara o nome para Ginásio Nacional, não conhecemos felizmente o uso do uniforme. Mas os do Internato, ao que parece, como esse neto promissor do grande civilista da primeira República, quando o famoso estabelecimento voltara, então, ao seu nome tradicional, tiveram de envergar um fardamento que dava a esse esquivo e já curvado adolescente um aspecto de menino precocemente envelhecido. O futuro civilista integral começava, paradoxalmente, por uma indumentária militar. Como o futuro jornalista boêmio iria ser sempre o mais meticuloso dos escritores. Enquanto sua jovialidade de espírito contrastava com o andar solene, a bengala e o chapéu infalível do homem austero de outras eras. E a reserva de suas maneiras escondia um coração aberto e apaixonado pela liberdade. Sabia guardar distâncias mas não economizar sacrifícios.

Foi sempre um participante ativo da vida comunitária, tanto literária como jornalística e política. Fiel à herança política e jurídica do avô e do pai, acrescentou às duas uma vocação literária personalíssima. E assim se converteu não só numa das figuras mais representativas de sua geração, mas em um dos homens públicos mais puros de uma das fases políticas mais impuras de nossa evolução histórica. Herdou do avô a mais bela das heranças políticas, a da vocação civilista, que honrou em toda sua vida de jornalista militante. E particularmente na fase final com que encerrou, com chave de ouro, sua ação conspiradora de 64, protestando contra a infidelidade de um regime que ajudara, na sombra, a se fundar.

Nunca dissociou, em sua vida, a tríplice vocação de seu temperamento — como político, como jurista e como homem de letras. Foi, por isso mesmo, a melhor expressão do escritor engajado, sem que qualquer das três faces do seu espírito e de sua pena prejudicasse as demais. O traço dominante de sua personalidade ímpar teria sido, porventura, essa coexistência de um temperamento tão fechado, com uma atividade intelectual tão aberta, e em contraste constante com os acontecimentos da hora presente.

Como homem de letras, participou ativamente da revolução modernista ao lado do grupo paulista e particularmente de Sérgio Buarque de Holanda, na fundação e direção da revista *Estética*. Seu temperamento, invencivelmente didático e mesmo dogmático, de fundo clássico, não poderia fugir ao professorado. E nele ao pioneirismo. Pois se hoje em dia, neste longo período de pós-modernismo pluralista, é a Crítica e a Teoria da Literatura que têm sucedido à critividade revolucionária das fases áureas do modernismo das décadas de 20, 30 e 40, foi ele que deu a partida a esses estudos de técnica e de teoria da literatura que se acham hoje em plena voga. E dos quais têm resultado tantas teses universitárias de alto calibre. Pois foi Prudente de Morais, neto, como criador da catedra de tais estudos, na Universidade do Distrito Federal, que lançou as bases desse movimento. Como um verdadeiro abridor de caminhos, em plena perplexidade criadora, como ainda recentemente confidenciava a Fernando Sabino, em depoimento como sempre saboroso desse último, em *O Globo* de 24 de dezembro. Fomos companheiros, então, nessa fase da universidade dos sonhos de Anísio Teixeira, nos tempos de professores como Portinari, Mário de Andrade ou Sousa da Silveira. E foi mesmo um mínimo incidente administrativo de então, que por longos anos nos esfriou um com o outro. Prudente, como catedrático de Técnica e Crítica Literária, pediu-me que indicasse Américo Facó para assistente de minha cadeira de Literatura Brasileira. Como preferi escolher Jorge de Lima, ficou ressentido. E só mais tarde é que nos reaproximamos, quando sua fé religiosa ressurgiu (em poemas que me surpreenderam) e quando ideais políticos comuns, ultimamente, nos colocaram, lado a lado, na mesma barricada, de que 1964 nos afastara.

Esse homem, aparentemente acima de todas as paixões, com seu temperamento literariamente clássico (embora militante da revolução modernista) e moralmente estóico, tinha, acima de tudo, a paixão pelo bem comum, além de sua paixonite pelos «cavalinhos» e pelo... Madureira, por um time de pobres, o que muito o enalteceu. De modo que o jornalismo político impedia que o poeta e o contista de valor excepcional, que nele coexistiam, conseguissem ultrapassar, ao menos para seus contemporâneos, a fase bissexta, como a esses gênios marginalizados apelidou Manuel Bandeira.

Mas, como homem público, deu tudo quanto as circunstâncias adversas lhe permitiram dar. E sua modéstia congênita até hoje impediu que reunisse em volume, que será um tesouro inédito para qualquer editor corajoso. Pois suas obras estão incompletas.

Por anos a fio compareceu incansavelmente na imprensa, tanto carioca como paulista, com a sua pena, sua meticulosidade, sua visão audaciosa, embora tradicionalista, e mais voltada para o passado, que para o futuro. Daí nossas relativas discordâncias. A República, para ele, como tão explicitamente e convictamente repetiu naquela sua última confidência a Fernando Sabino, era um ideal intangível e sagrado. Longe de se deixar envenenar por essa onda terrível de ceticismo jurídico e político que varre o mundo moderno, parece que quanto mais as circunstâncias do neo-absolutismo político moderno pareciam abafar todas as nossas veleidades de defesa da Liberdade e do Direito, mais se arraigavam as suas convicções verdadeiramente humanistas, no mais puro sentido da palavra.

Se a expressão clássica, cidadão de Plutarco, ainda guarda, como guardará para sempre, o sentido do defensor da dignidade humana, em todos os sentidos, ninguém a encarnou melhor, em nossa geração, que o nosso Prudentinho. Pois a veneração com que todos o tratávamos não impedia o carinho fraternal que todos lhe tributávamos. Nosso navio de companheiros de viagem vai fazendo água, a cada dia que passa. E foi da ponte de comando, como um verdadeiro chefe, que esse gentil-homem republicano nos acenou, há pouco, sua despedida. Com a fidalguia e a discrição de toda a sua vida.

Folha de São Paulo
2 de fevereiro de 1978.

Um craque na presidência

MARCOS DE CASTRO

Ainda sob o impacto da emoção (Prudente estava sendo sepultado no momento em que ele escrevia), o jornalista Marcos de Castro fez de Prudente de Moraes, neto, o principal assunto da coluna esportiva Campo Neutro **do** Jornal do Brasil, **em que se reveza com o titular José Inácio Werneck. Ele fala de Prudente torcedor do Madureira e em Prudente craque em tudo o que fez. O título é da Redação do Boletim ABI.**

COM Prudente de Morais, neto, morre uma das mais puras paixões do futebol carioca. Mas é possível alguma carga de paixão quando se torce pelo Madureira? Pois torcer pelo Madureira é que é paixão, diria eu. Um **raffiné** amante dos subúrbios, nesse amor pela parte mais pobre da cidade é que nasceu, por extensão, o amor do velho Prudente pelo Madureira.

Além do mais, manter pela vida afora, intacto, incorruptível, imaculado esse amor discreto pelo Madureira foi uma permanente prova de humildade que o aristocrático Prudente de Morais, neto (e esse neto com este minúsculo, posposto àquela vírgula que só algumas famílias mais sofisticadas se lembravam de usar no nome, quer dizer neto de Presidente da República). Mas amar o Madureira não quer dizer que o velho Prudente não gostasse do craque. O Madureira teve muitos. Pena que não durassem no time. Por esses e pelos de todos os grandes clubes ele era um deslumbrado.

Apaixonado pela vida, no esporte dividiu-se entre o futebol e o turfe, a ambos cultivando com aquela elegância um tanto **belle époque** que a paixão jamais quebrava. De resto não era de se admirar que um esteta como o **Dr. Prudente** fosse um apaixonado pelo craque — craque ele mesmo em todas as atividades que desenvolveu na vida, que deixou aos 78 anos, mas deixou muito cedo, pela importância que tinha, sobretudo agora.

Craque no jornalismo, era nas redações o último representante de um tempo mais suave, mais humano. Tão diferente de seus «jovens» companheiros de hoje, era, creio eu, o único que ainda escrevia seus artigos a mão, na clareza de sua letra que perturbava muito menos os linotipistas do que muito original datilografado porém imundo que baixa impunemente às oficinas de composição. Nunca me esqueço de meus primeiros anos de jornal, a emoção que sentia ao chegar à redação o artigo «do Dr. Prudente». Eu corria a lê-lo emocionado, me julgava habitante de um mundo privilegiado pelo fato de ter nas mãos de véspera o **Pedro Dantas** do dia seguinte.

Craque esse Pedro Dantas não só no colunismo político, mas também como contista e poeta. Como contista deixou algumas histórias curtas primorosas, como poeta é uma das coisas boas da **Antologia dos Poetas Brasileiros Bissextos** que Manuel Bandeira, sábio, deu de publicar lá se vãos uns 30 anos. Viveu aos 18 anos a aventura de 22 e seguiu exercitando a largueza de sua visão de crítico literário — nessa posição ele também foi craque — sobretudo na companhia de Sérgio Buarque de Holanda, em **Estética**, se a memória não me trai a partir de 1924.

Mas todas essas habilidades, todas essas firulas do espírito são nada diante da grandeza da última fase de sua vida. Chamado à presidência da ABI no momento seguramente o mais difícil da vida da entidade, o velho Prudente foi no exercício do cargo exatamente o que se esperava que fosse. Não será exagero dizer que Prudente foi o melhor presidente da ABI em todos os tempos, o que mais dignificou o cargo. Num momento de ameaça constante à liberdade de imprensa ele esteve presente a cada dia, a cada momento em defesa dela, com o peso de sua autoridade moral e intelectual. Nunca faltou a um companheiro que passasse por apuros em função dessa mesma hora difícil, apesar da idade e do cansaço que já ia pesando, nos últimos tempos até por causa da doença que se fazia sentir sem que ele disso desconfiasse. Mesmo assim não deixou de ir a Brasília, de ir a São Paulo quando foi preciso na defesa desses mesmos companheiros.

Um craque na presidência.

Jornal do Brasil
22 de dezembro de 1977

Algumas histórias do mestre das histórias

MÁRIO DA CUNHA

1. UM DIA DE DESCOBERTAS

Um dia, pouco depois das 5 da tarde, o Dr. Prudente estava relendo uma daquelas famosas notas de protesto contra as arbitrariedades dos organismos policiais, quando entendeu por que estava ali na presidência da ABI, posto que recusou com alguma obstinação durante as nossas muitas investidas.

— Ilustre jornalista — assim costumava dirigir-se a nós, seus amigos —, acabo de saber porque estou aqui. E mais: acabo de saber porque devo estar aqui. É exatamente isso que eu posso fazer, que sei fazer, e é exatamente isso que a ABI deve querer de mim, que os colsguinhas gostariam que eu fizesse.

Estava sacramentado o casamento e muitos dias tiveram que passar para que esse entendimento aflorasse no nosso Mestre. Até então, era só o arrepio de ter que tratar, na presidência da ABI, de assuntos administrativos que realmente o aborreciam, que chegavam mesmo a mexer com sua serenidade. Entre esse assuntos gritava-lhe mais alto a discussão sobre a taxa de utilização da mesa de bilhar e da mesa do joguinho de buraco, no 11.º andar da ABI.

2. O URSO E SUA FAUNA

Na Sucursal de **O Estado de S. Paulo**, no Rio o Dr. Prudente era o Urso-de-Bengala. Ele era o chefe de uma fauna que reunia as mais diferentes espécies, da fera ao inseto.

Sua figura realmente lembrava um urso. Aquele corpo enorme, bem mais largo na cintura, de andar forte, oscilante às vezes, gestos grandes. Lembrava um urso, sim, mas talvez também pela imagem da extrema fortaleza.

Havia na redação o Caboré, o Pato Rouco, a Dona Lacraia, o Formiguinha, o Bode Cheiroso o Vampiro, o Sabiá da Galocha, o Gambá, a Cotia, o Quati Atleta, a Vaquinha Mococa, o Gavião, o Cisne, a Enxova, o Guaxito, o Gato, a Preguiça, a Girafa de Couro Curto, o Urubu de Gravata, o Jacaré a Perereca, a Hiena, o Pavão. E o Rinoceronte Triste, que não era do Estado, mas da amizade de todos.

Só não tinha aquele bicho, que apareceu muito tempo depois. Mas em São Paulo já havia bastante deles e ainda há muitos.

Mestre Prudente não dispensava o possessivo, ao referir-se a cada um. Era, então, «o nosso Caboré», «o nosso Pato Rouco»...

O nome de alguns era tão insistentemente chamado pelo Dr. Prudente, que algumas pessoas julgavam tratar-se do nome de família. Como o caso do Cotia, que a secretária do Dr. Prudente, na Light, D. Maria do Rosário, chamava de «Seu» Cotia.

3. SERENIDADE E ENERGIA

— Precisamos agir com serenidade, mas sempre com energia. Temos que ser serenos e ao mesmo tempo enérgicos.

O Dr. Prudente pensava assim e foi assim que agiu como presidente da ABI, até quando os acontecimentos políticos do País conturbavam o seu espírito e insinuavam a necessidade de um desvio dessa trilha.

Foi com obstinação que recusou aceitar sua candidatura à presidência da ABI. Só aceitava participar do Conselho Administrativo. Mas Elmano Cruz renunciou à presidência e, logo depois de assumir, nada mais do que um mês, seu sucessor, Líbero Oswaldo de Miranda, morria.

Diante desse quadro, o Dr. Prudente decidiu aceitar a presidência, mas só durante o período do mandato-tampão. Advertiu-nos para que procurássemos logo outro candidato, porque ele decididamente ali não ficaria.

Um dos muitos argumentos que o Dr. Prudente usava para justificar sua negativa era de que não estava à altura do posto. Imagine!

Mas os acontecimentos nacionais, a tumultuada vida política, com seus reflexos na imprensa, o tempero cada dia mais apimentado da repressão, acabaram por mostrar ao Dr. Prudente o quanto era necessária a sua permanência na presidência da ABI.

Depois do mandato-tampão, a eleição consagradora. O Conselho Administrativo elegeu-o por aclamação, todos de pé.

4. O PAVOR DE VIAGEM

Não eram só os pequenos problemas administrativos que balançavam os alicerces do Dr. Prudente, mas também a representação social, que ele quando possível transferia para outros companheiros da Diretoria ou do Conselho Administrativo, e as viagens, sobretudo as viagens, causavam-lhe especial pavor.

Para tirá-lo do sossego, bastava uma simples sugestão de viagem, a qualquer lugar. Detestava até mesmo ir a Petrópolis, à casa do seu primo querido Emanuel de Moraes. Dizia sempre — e mais do que dizia, transmitia toda uma irritação através daquele seu característico franzir dos lábios — que viajar para ele era sofrer.

Começava a sofrer uma semana antes da viagem e precisava de outra semana, pelo menos, para recuperar-se do transtorno que lhe causava o afastamento do seu ambiente, dos seus hábitos, principalmente do Rio, cidade que ele curtia como ninguém. E que também ajudou a defender, como membro do Conselho Deliberativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, obra do seu amigo Rodrigo Mello Franco de Andrade.

5. UMA DOR FORTE

O Dr. Prudente experimentou como presidente da ABI os momentos mais difíceis de sua vida. Era de dar pena seu sofrimento com a prisão de jornalistas. Mas se houve um dia em que o Dr. Prudente sofreu mais, foi no dia em que se celebrou um ato, no auditório da ABI, correspondente à missa de 7.º dia pela morte de Vladimir Herzog.

Esse ato foi decidido à última hora, depois que D. Eugênio Salles recusou oficiar a missa, na igreja de Santa Luzia, e de participar de um ato ecumênico, na igreja do Convento dos Dominicanos, no Leme.

Mais de 300 jornalistas reuniram-se no auditório da ABI. Alguns parlamentares também se juntaram aos jornalistas, solidários sempre com os atos de denúncia das arbitrariedades dos agentes dos órgãos de segurança, entre eles o Deputado Lizâneas Maciel.

O Dr. Prudente postou-se junto à mesa, de pé, com Barbosa Lima Sobrinho, alguns diretores da ABI e representantes de entidades ligadas à categoria. Ele estava mais emocionado do que nunca. E quando pediu que cada um dos presentes rezasse cada um a seu modo — afinal era um ato menos religioso do que de respeito, de mais profundo respeito a um companheiro vítima da brutalidade de uma suposta repressão a crimes políticos — sua voz era emoção só.

Ao terminar o ato — e foram quinze minutos do mais completo silêncio — o Dr. Prudente estava arrasado. Pediu a todos que se retirassem para seu trabalho, para suas casas, e não aceitassem provocação (à porta do prédio da ABI, agentes dos órgãos de segurança mostravam-se ameaçadores). Quando foi descer as escadas do palco, teve que recorrer aos amigos. Suas pernas estavam bambas. Toda aquela sua estrutura estava abalada.

Já no seu gabinete, ele nos confidenciou, ainda, com a voz a denunciar uma emoção que teimava em dominar o seu espírito:

— Não sei se terei condições de suportar outra dor tão forte quanto esta.

Outras dores ele teve que suportar. Infelizmente, foram essas dores que marcaram um dos mais gloriosos períodos de vida da ABI.

No dia-a-dia, um homem sempre bem-humorado

LOPO ALEGRIA

QUANDO o setor de Relações Públicas da Light esteve sob a orientação geral de Prudente de Moraes, neto, a equipe que ele formou contava com Nilson Viana, que é atualmente redator-chefe do Jornal Nacional da TV-Globo, com Ivan Alves, agora redator de **Manchete**, com o crítico de música popular brasileira Sérgio Cabral e alguns outros jornalistas. Embora mais antigo na empresa, somente mais tarde, aí pelos idos de 65, eu iria participar desse grupo.

A convivência com Prudente muito enriqueceu minha experiência profissional e minha formação humana. Antes, eu o conhecia apenas de leitura e de referência. A leitura dava a justa medida do jurista, do cientista político, do jornalista, do crítico literário e do arredio poeta. As referências, ainda que reiteradas e elogiosas, nunca me deram a dimensão exata do homem que ele realmente foi. Somente o convívio diário com Prudente, diante de situações difíceis e de problemas graves, permitiria aquilatar a medida de sua grandeza.

A simplicidade era uma das suas características. Quantas vezes ele, dono de invejável cultura humanística e de longa experiência na imprensa, nos honrava com um pedido de opinião sobre seus artigos, antes de publicá-los. E que atenção dedicava a qualquer observação que se fizesse! Era sempre receptivo a idéias e sugestões.

Quando tínhamos de enfrentar problemas, alguns a exigir exame profundo e providências imediatas, não raramente em prazos exíguos e circunstâncias adversas, eu não me lembro, em nenhuma ocasião, de surpreendê-lo exasperado ou abatido. Mesmo nos momentos mais graves, mantinha-se sereno e bem-humorado e procurava incutir na equipe o mesmo estado de ânimo. Nas reuniões que convocava, para análise dos problemas, somente após ouvir a opinião de cada um de nós é que estabelecia as diretrizes e determinava as tarefas a executar. Mas antes de iniciarmos nossas tarefas ele ainda encontrava tempo para uma conversa descontraída, em que contava casos pitorescos quase sempre aparentados com a situação que vivíamos no momento.

Não me recordo de tê-lo visto dar ordens a qualquer companheiro nem de ter repreendido a nenhum. Suas determinações eram feitas em forma de pedidos. Se alguma vez recriminou alguém da equipe — o que não creio — deve tê-lo feito muito reservadamente. Tratava a todos com deferência e afabilidade. Seus contatos com os amigos eram sempre assinalados por manifestações de afeto e de confiança. Não conheço ninguém que tenha guardado dele qualquer ressentimento. Não seria possível.

Na Light, Prudente era o **pistolão** dos humildes.

Ascensoristas, porteiros, escriturários, datilógrafos, garçons, serventes, contínuos olhavam e cumprimentavam sempre com reverência e veneração aquele homem, em que tanto confiavam.

E tinham razão.

Na sala de Prudente havia sempre desses funcionários, que sabiam da sua bondade e buscavam sua ajuda. E Prudente jamais os decepcionava. Além de prestar-lhes auxílio direto, ainda intercedia em favor deles e encaminhava, um a um, os pedidos que lhe eram formulados, abrindo portas e corações, com sua ternura irresistível. E mais: pedia notícias, depois, sobre a solução dada a cada caso que apadrinhava. Levava a sério todos os apelos que lhe eram feitos. Daí a confiança que as pessoas humildes nele depositavam.

Sua marca ficou nas coisas que até hoje fazemos no setor de Relações Públicas da Light. Parece que ele não nos deixou. Nós o sentimos ali, com sua brandura, com suas ponderações, com seu sorriso, com sua amabilidade. Suas histórias nos fazem falta, é verdade, assim como seu cotidiano e afetuoso aperto de mão, seus conselhos, seu estímulo e sua amizade. Mas os exemplos de probidade e sua orientação segura continuam a nortear-nos. E sua lembrança está sempre presente. Temos assim a sensação de que ele continua conosco.

Lopo Alegria foi companheiro de Prudente durante muitos anos na Light — Serviços de Eletricidade, da qual Prudente era consultor-geral e onde Lopo permanece, como Gerente de Publicidade e Divulgação e de Relações Públicas. Neste artigo especial para o Boletim ABI, Lopo mostra o Prudente do dia-a-dia: o Prudente amigo de ascensoristas, porteiros, datilógrafos, garçons, contínuos.

Chapéu, benga a e esqueleto na a ma

POMPEU DE SOUZA

Prudente trazia dentro de si uma espécie de esqueleto da alma que a mantinha sempre erecta e que o fazia invulnerável e imune a todas as indignidades da vida. Nas piores situações, a dignidade de suas atitudes era algo que lhe vinha da inteligência mas como que lhe nascia também das próprias entranhas. São imagens de Pompeu de Souza, o amigo que apelidou Prudente de "Dantas, a flor".

SEMPRE me deu uma sensação de irreparável perda de tempo o fato de só haver conhecido Prudente há 32 anos, aí pelos meados de 1945, tendo eu já 29 e ele 41 anos. Porque, até aí, ele era para mim apenas um nome, um grande nome, fundador e diretor, com Sérgio Buarque de Hollanda, de uma revista capital no movimento modernista brasileiro dos anos vinte, a **Estética** — de que eu, menino do Ceará, mal ouvira falar e só vim a conhecer há poucos anos, numa recente edição fac-similar de sua coleção. Era apenas o grande nome de um poeta bissexto que escrevera, por exemplo, essa obra-prima da poética da angústia humana que é **A Cachorra**. Era o crítico e ensaista em dia com as grandes obras da inteligência universal e, ao mesmo tempo, o espírito de síntese capaz de, num folheto de 50 páginas feito sob encomenda do Itamarati, oferecer a mais aguda visão do romance brasileiro.

Naquele dia, porém, em que o conheci, Prudente já era Pedro Dantas, o pseudônimo — mais do que pseudônimo, um verdadeiro heterônimo, como observa Heráclio Salles — com que passara a assinar toda a sua obra, ampla e múltipla, espalhada por jornais e revistas mas nunca reunida em livro. Era ele, nesse dia, o cronista de turfe que, tendo saído da **Folha Carioca**, foi convidado por J. E. de Macedo Soares a transferir para o nosso **Diário Carioca** sua coluna diária dos «cavalinhos correndo». A distância entre a redação da **Folha** e a velha sede do **Diário**, na Praça Tiradentes, não chegava a cem metros, mas havia uma distância muito maior que explicava tudo: a **Folha**, tendo mudado de dono, mudara também de lado, e trocara o combate pelo apoio ao agonizante Estado Novo, enquanto que o **Diário** era um verdadeiro galo-de-briga no ataque sem tréguas à Ditadura. Posto sob censura prévia, várias vezes condenado à suspensão de circulação pelo DIP, outras tantas vezes com sua quota de papel cortada, sob quase permanente ameaça de empastelamento e de outras violências físicas, nosso jornalzinho de Horácio de Carvalho era cada dia um grito de guerra pela restauração democrática.

Ora, Prudente deixara a **Folha Carioca** à frente de um grupo de jornalistas, num episódio que ficou então conhecido como o dos «Dezoito da Folha», à semelhança dos «Dezoito do Forte» — pois, se não se tinha certeza que os da «Folha» eram mesmo 18, Eduardo Gomes também já disse que os «Dezoito do Forte» eram apenas 14.

Dessa forma, Prudente, ou melhor, Pedro Dantas entrou no **Diário Carioca** como se entrasse na própria casa onde nascera. E ganhou logo o apelido que lhe dei por toda a vida e por que o chamei pela última vez quando lhe beijei a testa às 4 da tarde de 21 de dezembro na ABI, ao lhe fecharem o caixão mortuário: Dantas, a Flor. Porque isso é o que Prudente foi sempre: uma flor raríssima, último requinte a que a raça humana pôde atingir. Com seu ar aparentemente de homem antigo, de chapéu e bengala inseparáveis desde moço — um dia, ou melhor, uma noite, o guarda-noturno que o via todas as madrugadas pegar o mesmo bonde para a Tijuca perguntou-lhe, com a maior seriedade e respeito, se ele era mesmo o neto do Prudente de Moraes, presidente, ou se não seria ele acaso o seu próprio avô — a aura que, na verdade, possuía era o ar de um homem intemporal, um ar fora e acima dos tempos, um ar de eternidade. Um ar que lhe vinha da atmosfera interior que ele respirava. Uma atmosfera toda feita de valores permanentes, acima de todas as contingências. Era o que comentávamos, Lúcio Costa e eu, à beira de seu túmulo ainda por fechar-se, no Cemitério do Caju, o mais carioca talvez dos cemitérios, que acolhia naquele instante aquele homem tão carioca quão universal: Prudente trazia dentro de si uma espécie de esqueleto da alma que a mantinha sempre erecta e que o fazia invulnerável e imune a todas as indignidades da vida. Nas piores situações, a dignidade de suas atitudes era algo que lhe vinha da inteligência mas como que lhe nascia também das próprias entranhas.

Foi assim em tudo, todas as horas, ao longo de todo esse tempo, esses trinta e tantos anos em que com ele convivi, e não pode ter sido diferente nos quarenta outros anos em que não o conheci mas é como se o conhecesse, porque Prudente já deve ter nascido como o vi pela primeira vez: de chapéu, bengala e esqueleto na alma. E a verdade é que convivi sempre com o seu lado de fora e o seu lado de dentro, o homem público e o homem intimíssimo. E posso dizer que, na realidade, os dois eram um só.

Todas as noites, princípio de madrugada, fechada, na redação, a edição do **Diário Carioca**, saíamos caminhando da Praça Tiradentes à esquina de Sete de Setembro com Travessa do Ouvidor, ao Restaurante Colombo, o único aberto à noite inteira, para a cela nossa de cada madrugada. A nossa mesa crescia com os colegas amigos que desembocavam de várias redações: do próprio **Diário Carioca**, do **Diário de Notícias**, do **Correio da Manhã**, de **O Jornal**. Ceiávamos todos, e os outros se iam, e nós dois ficávamos. E a humanidade de ceiadores nas mesas em volta se ia sucedendo, e variando, e, de certa forma, todos confraternizando, porque éramos todos gente da madrugada. Eram, mais cedo — mais cedo do que nós — os remanescentes das últimas sessões de cinema e de teatro. Eles se iam e nós ficávamos. E vinham depois os próprios atores e atrizes, que, após, davam lugar às taxi-girls de dancings e seus rufiões. E todos se iam e ficávamos os dois, numa conversa interminável, sobre tudo e sobre nada, a de Prudente regada a chope, a minha regada a água. O Colombo de então tinha dois salões, e às vezes os garçons lavavam o salão onde nos não estivéssemos, para depois nos pedir que mudássemos para o salão lavado e lavavam o nosso. Muitas vezes saímos de lá junto com o sol, ou depois deste. Nessas conversas, salvávamos o Brasil e o mundo — e sofríamos por ambos. E, às vezes, por ambos, nos alegrávamos. E pelo teatro, e pelo cinema, pela literatura, pela música, pela vida — sofríamos e nos alegrávamos, cada madrugada. E foi aí que eu entrei pela vida dele adentro, como se minha fosse. E ele entrou pela minha. E aprendi e me tornei o intérprete único de suas músicas — sambas e uma beleza de marcha-rancho; músicas que ele compunha de ouvido, para si mesmo, pois divulgá-las jamais quis.

Por solidariedade a uma pessoa a quem não devia qualquer obrigação, jogou fora toda a fortuna que herdara do pai, com a mesma tranqüilidade com que fumava seu cigarrinho de fumo bruto tomando seu cafezinho frio como algumas madrugadas de inverno. E, então, passou privações que ninguém nunca soube, tranqüilo na sua inflexível dignidade de Prudente de Moraes, neto. E sua vida material se recompôs, um pouco à revelia dele mesmo. E nada mudou nele. Porque nada mudava aquele homem intemporal.

Parecia que a vida passava por ele sem molhá-lo. E, no entanto, jamais ninguém viveu mais a vida dos outros, a vida de toda gente, de todo o seu povo, do que esse homem. O mais republicano dos homens — muito mais do que seu avô, que fundou a República neste País. Um republicano mesmo, no melhor sentido político e etimológico da palavra.

Estrela temporariamente apagada

OTTO LARA RESENDE

"A única idéia que nos anima é a da defesa da liberdade. A liberdade é o nosso clima, é o ar de que precisamos para viver." Esta definição de Prudente, em seu discurso de posse na ABI, foi a epígrafe do artigo que Otto Lara Resende publicou em O Globo na véspera de Natal, homenageando o grande morto e, ao mesmo tempo, pedindo a liberdade de Flávio Tavares, então preso pela ditadura uruguaia.

NATAL. Nenhum desejo reminiscente. Nostalgias antigas, menos antigas. Natal branco, de neve: as ruas sozinhas, desertas. Silêncio. A neve é silenciosa. Nos lares, lareiras, o aconchego, o trancado sigilo familiar. Fortalezas de egoísmo, para dentro, só varrem para dentro. Santa Claus, Saint Nicholas. A infância começa por uma sucessão de mentiras. Digamos, eufemisticamente, que é o reino do faz-de-conta. Como se as crianças não merecessem a verdade. Todavia, foi uma criança que trouxe a verdade. Haverá sempre um menino para dizer que o rei está nu. Ou para arrancar as barbas de Papai Noel; desmascará-lo. E se não vos fizerdes iguais às criancinhas etc.

Nos países quentes, numa cidade-balneário como é o Rio, o Natal busca o ar livre, as ruas, as praias. A própria burguesia (que palavra fora de moda!) adere, espia das altas janelas o populacho, as oferendas a Iemanjá. Sujam-se as praias, retorcem-se os corpos, num espetáculo exótico. Exótico? Sim, visto do ponto de vista tradicional, portuguesmente europeu. O rito africano infiltrou-se, mais perto da sensibilidade popular. A **África** joga também deste lado de cá do Atlântico. A árvore de Natal é um pinheiro, porque é árvore que resiste à neve. No trópico, nenhuma árvore resiste à especulação, à ganância, ao desejo, dir-se-ia programado, de tornar insuportável a vida na cidade. O galo está rouco; não canta. Não temais, pois.

O presépio é invenção de Francisco de Assis, **il Poverello**. O pobrezinho só pensava nos pobres; nos que não têm lugar neste mundo; nos que não fizeram reserva a tempo; nos marginalizados. Nos que de seu não têm sequer uma pedra em que repousar a cabeça. Francisco implorava ao rei um ato institucional que mandasse distribuir comida até aos passarinhos. O doidinho de coração alegre tinha os olhos postos na manjedoura. Ainda haverá manjedoura? Os albergues estão sob controle da Embratur. O Plano de Desenvolvimento prevê a ocupação dos aposentados disponíveis. A taxa é satisfatória. Na gruta de Belém, os homens se desentendem e exaustivamente se guerreiam em nome da paz. Ligeira confusão no meu computador mental confunde as palavras evangélicas: «Não está aqui.» Aqui: no túmulo ou no berço? Ressuscitou. Não nasceu.

Natal. O jornalista Flávio Tavares continua preso no Uruguai. Ignoro o que tenha feito, ou esteja fazendo o Governo brasileiro em defesa de um cidadão brasileiro, que, segundo a Federação Latino-Americana dos Jornalistas, tem sido «barbaramente torturado» no cárcere central de Montevidéu. Há quatrocentos jornalistas exilados, só na América Latina, a que pertence o Brasil, até prova em contrário. Sete jornalistas foram seqüestrados na Argentina. O Presidente do Uruguai é um jurista. Aparício Mendez. Numerosos apelos lhe têm sido dirigidos, em favor de Flávio Tavares. O Senador Brossard escreveu-lhe. A mãe de Flávio tem escrito cartas patéticas às mais altas autoridades brasileiras. Flávio Tavares, que trabalha para um jornal brasileiro, continua preso. Dizem os memoriais que esta é a época do congraçamento, da fraternidade. Natal. Não está aqui. A manjedoura está vazia. Procurem entre os exilados, os desaparecidos, os presos, os seqüestrados, os clandestinos. **Non est hic.**

Natal. Morreu Prudente de Moraes neto. Gênero aborrecido, o do necrológio; e cada vez mais freqüente. A morte é penetra, não espera ser convidada; infiltra-se e comparece, pontual, ao espetáculo da vida. Virá como ladrão. No berço, deita-se a morte. A morte, e morte na cruz, está na manjedoura. Prudentinho; uma lição de altivez e de firmeza. Um cidadão da República. Um igual. Em 1945, eu pegava sua carona pedestre (íamos a pé) do Palácio Tiradentes à Praça Tiradentes; ele para o **Diário Carioca**, eu para o **Diário de Notícias**. Falava de tudo. E ria; achava graça na vida, gostava da vida de coração limpo. Um dia me fez a mais erudita e convincente apologia do feijão. Sim, do feijão. O leque imenso de suas relações testemunha que nenhum brasileiro foi mais querido do que Prudente de Moraes, neto. Nos seus recentes 70 anos, fugi para não o saudar. Pompeu de Souza, orador nato, queria dar-me a palavra. Não sou orador; nem podia, ou merecia falar, sobretudo sem ter comigo, escrito, o caprichado improviso. Prudente: o nosso, o meu mundo se despovoa. Não está aqui. Não está aqui mais.

Penso no desperdício de energia e talento, postos a serviço da normalização democrática. Um homem da qualidade intelectual de Prudente a escrever, a escrever, a escrever. A escrever sobre e contra a antilei, o arbítrio, o AI-5, o resto. Podíamos todos cuidar de outra coisa. Quem sabe ler o poema de Horácio. Ainda não li direito a **Divina Comédia**, mas conheço na ponta da língua o Ato Complementar n.º 104. A vaza inesgotável dos remendos fabricados sob medida, na alfaiataria do casuísmo, do mais reles imediatismo. Meu Deus, onde estão os faróis altos? Depressa, é preciso acender a luz; o Brasil não são apenas pontes, e viadutos, e elevados, e hidrelétricas, e soja, e eletrodomésticos. O Brasil deve livrar-se de sua pobreza. Deve ser justo. E pode ser pobre e decente sem o escândalo afrontoso dos anos-luz que nos separam da multidão infinita dos deserdados. Quem me garante que Jesus Cristo hoje não entraria na estatística da mortalidade infantil?

Prudente era um temperamento suave e estável. E várias vezes mudou de jornal. Mais do que ele, mudei eu. O jornalismo é (ou era) instável. Os jornais também morrem. E há os constrangimentos morais; uma certa necessidade de respirar; o insopitável desejo de desabafar. Cuspir a espinha atravessada na garganta. Para que? Para nada. Tenho perfeita consciência de que não vale rigorosamente nada. Escrevemos, escrevemos, escrevemos. Clamamos no deserto. O clube do poder tem as portas lacradas e calafetadas. Um ou outro conceito alaga a nossa vaidade. Influência? Nenhuma, Senhores: não tenhais medo de nós, escribas. Somos os trouxas de um plantão cívico, consciências atormentadas, ardentes de brasilidade, de querer o melhor para o Brasil. Hierofantes de hieróglifos indecifráveis, inocentes néscios que acreditamos em Papai Noel. O Brasil é vosso. Fazei dele o que melhor vos aprouver. Consola-nos a certeza de que morreremos indignados e passamos adiante este legado de ira e ternura. Não há lugar nos albergues, nem nas grutas. Tudo é turismo, desde que os pobres façam prova de que recolheram o depósito de 16 mil cruzeiros **per capita**. A paranóia brasileira chegou a este extremo: cobram ticket de saída. E a população é selecionada a tal ponto que os maus elementos não podem entrar. Nem têm o direito a papéis, a passaporte. Fora os maus elementos. Não há lugar. O IBGE os ignora. Os albergues estão repletos. Por favor, procurem as manjedouras. E virem-se.

O regime vigente foi denunciado pela mais alta patente, o próprio Chefe do Governo. Fora a hipótese de uma sedição por dentro, o processo é inestancável. A nação fala, grita, clama. Raphael de Almeida Magalhães tem razão: as esperanças suscitadas não podem conduzir à frustração, sem que recaia sobre nosso destino «a justa ira de uma Nação frustrada». Raymundo Faoro tem razão: é preciso pacificar e não conciliar. Do meu canto, tenho consciência de que nada vale a minha palavra. A mim, pouco se me dá. Penso no Brasil vindouro, no Brasil dos meus filhos, dos meus netos. Natal. O coração me aperta. Dizem que coração não dói. Dói-me o coração. «While there is a soul in prison, I am not free» — escreveu Eugene V. Debs. Penso nos presos, nos exilados, nos miseráveis. A manjedoura está vazia. Não está aqui. Feliz Natal, Michel Frank. E parabéns pelos novos esquis. White Christmas. Longe deste verão selvagem, num quadro de cartão postal suíço, num país **au-dessus de tout soupçon**. Os cães escrevem, mas a caravana esquia.

O Globo

24 de dezembro de 1977

Uma questão de força

RAUL AZÊDO NETTO

Ex-diretor da Luta Democrática, Raul Azêdo Netto conta um episódio que mostra o interesse de Prudente pela sorte de seus companheiros de imprensa.

POR motivos que não vêm ao caso, em 10 de janeiro de 1977, passei a dirigir as oficinas da Editora Cantagalo (da antiga **Última Hora**, na Rua Sotero dos Reis, Praça da Bandeira), ali imprimindo a **Luta Democrática**.

No final de janeiro fui surpreendido com a cobrança, pela Light, das contas de luz e força referentes a dezembro, num total de 18 mil cruzeiros, bem como de aluguéis de transformadores e multas por atrasos no pagamento que elevavam o débito a mais de 30 mil cruzeiros. Algumas dessas contas sobressalentes remontavam a julho de 1976.

Pagamos a conta de dezembro mas não conseguimos acertar o passo. Estávamos sempre atrasados. Quando quitávamos um mês, vencia o outro. Na Light, na seção competente, sempre encontramos a melhor boa vontade.

Mas em abril ou maio, pelo atraso no recebimento de nossas faturas de publicidade, embolou o meio de campo. E numa sexta-feira veio o aviso da Light: a energia seria desligada na segunda-feira de manhã, se não pagássemos cerca de 20 mil cruzeiros até o final do expediente daquela sexta-feira, que, de repente, ficara tão sinistra.

Até fechar o jornal, o prazo fatal martelava-nos a cabeça. Os apelos a amigos, para levantar o dinheiro, resultaram inúteis. À meia-noite veio o estalo do Vieira: apelar para o Dr. Prudente de Moraes, que era consultor geral da Light.

De manhã, no sábado, pedi a Maurício Azêdo, meu irmão, para localizar o Dr. Prudente e solicitar a sua intercessão junto à direção da Light para nos fornecer um prazo maior. Pouco depois, Maurício me telefonava, dizendo que o Dr. Prudente estava hospedado no Hotel Novo Mundo (sua casa estava em obras) e disposto a falar comigo.

Ao telefone, o Dr. Prudente demonstrou o maior interesse em saber da situação da **Luta**. Fiz uma exposição sincera, dizendo que havia dificuldades financeiras imediatas mas que tínhamos dinheiro a receber suficiente para honrar o esquema de pagamento que havíamos combinado com a Light.

O veterano jornalista achou que o esquema estava pesado e que, a seu ver, à Light não convinha impedir-nos de trabalhar, pois, do contrário, aí mesmo é que o recebimento de suas contas ficaria difícil. Além disso, acrescentou, o fechamento de um jornal agravaria o mercado de trabalho dos jornalistas.

Depois dessas ponderações de profissional, o Dr. Prudente disse que o caso não era da sua área e sim da de Rubem Fonseca, o romancista de **Feliz Ano Novo**, que é diretor da empresa. Ademais, com o fim de semana, Rubem estava fora do Rio e outros altos funcionários só poderiam ser encontrados na segunda-feira. Mas ficou de ver o que era possível fazer, para evitar o corte de luz marcado para o início do expediente de segunda-feira.

Na noite de domingo, Maurício ligou para o jornal, onde eu me achava, e disse que o Dr. Prudente queria falar comigo. Telefonei-lhe, e ele me disse que localizara o Astor, do Serviço de Relações Públicas da Light, no Asilo Teresa Cristina, no próprio sábado. O Astor passa os seus sábados auxiliando os velhinhos ali internados. Através dele, obtivera do Luiz de Souza, então chefe da seção de consumidores, a suspensão do corte.

— Procure o Luiz e combine com ele um esquema de pagamento dos atrasados mais compatível com a realidade do jornal — foi o conselho que o Dr. Prudente me deu.

Foi assim, sacrificando o seu sábado, que o presidente da ABI impediu que a **Luta** parasse de circular.

O cume de uma cordilheira

"Três nomes ficarão como altos cumes de uma cordilheira que barra o avanço das ditaduras: Gustavo de Lacerda, fundador da ABI, Herbert Moses, o grande presidente que soube elevar a ABI através das revoluções e dos golpes, e Prudente de Moraes, neto. Este último, pela sua bravura cívica, pela autoridade intelectual, moral e profissional, pôde afrontar os perigos que ameaçam a liberdade de imprensa, depois de 1964", disse o historiador Hélio Silva, uma das muitas personalidades que falaram sobre a figura de Prudente à reportagem do Jornal do Brasil. **Aqui, esses depoimentos, publicados ao lado do perfil de Prudente, no texto sob este título: 'Um sereno combatente da liberdade".**

PETRONIO PORTELLA, Senador: "Talvez tenha sido eu a última pessoa fora do seu círculo restrito de familiares e amigos a visitá-lo. Marcava-se naquela oportunidade o início oficial do meu diálogo com os jornalistas brasileiros. Na companhia de Pompeu de Souza, estive em sua residência e durante uma hora e tanto conversamos intensamente. Vez por outra, interrogava a mim mesmo se não estava sendo inoportuno, diante dos sinais de fadiga do meu interlocutor. Mas me pacificava diante das suas reações positivas e de participação através de observações lúcidas e oportunas sobre a conjuntura política brasileira.

É um quadro que não se apagará da minha memória, tão impressionante foi. O corpo tombando pela fraqueza visível, mas o espírito lúcido e brilhante. Impressionou profundamente a mim e a Pompeu de Souza pelos conceitos emitidos. Fiquei dominado por sentimentos contraditórios: a comoção de ver um homem tão importante inapelavelmente sofrendo, mas triunfando sobretudo pela inteligência impressionante, demonstrada em cada frase com que enriquecia a conversa. Fui como um instrumento de que se valeu o jornalista Prudente de Morais, neto, sua hora derradeira para mostrar o extraordinário valor que hoje com profundo pesar perdemos.

Ao lado da parte humana, como homem público, eu expresso a profunda tristeza da perda de um dos mais eminentes defensores do "diálogo". Vale na oportunidade repetir suas palavras na hora em que de mim se despedia: "Presidente, o seu trabalho é patriótico e o caminho que escolheu não é apenas o melhor, é o único". Saí profundamente abalado. As alegrias do homem público foram contidas pela tristeza da minha sensibilidade humana. Cheguei à casa e disse à minha mulher: "Vi morrendo um homem que não podia morrer".

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, poeta: "Falar bem dos que morrem é um costume caridoso, mesmo que não mereçam. Mas falar bem de Prudente é um ato de justiça. Foi um dos brasileiros que melhor exerceram a arte de pensar com equilíbrio, lucidez e grande coragem intelectual. Pessoalmente, era um homem encantador que tanto se comprazia com a música e a convivência com Pixinguinha, como se dedicava a experimentações filosóficas de alto nível. Era um poeta da maior importância que não fazia a menor questão de aparecer. Conheci Prudente na década de 20 e a sorte de ter sido seu amigo é uma das riquezas que carrego para a vida inteira."

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, historiador: "Falar sobre ele é como se eu falasse de mim. Tive um choque, quando soube de sua morte. Minha mulher atendeu o telefonema pela madrugada, mas preferiu avisar-me agora. É a pior notícia que poderia ter. Na última vez que o visitei estava muito lúcido. Falávamos sobre todas as coisas, as recordações nossas de modo muito especial, o tempo da revista **Estética**. Ele era um homem íntegro, como dificilmente se encontra. Um homem que abandonou tudo pelo jornalismo. Um homem que, inclusive, destruiu seus contos, para dedicar sua vida aos jornais. Sua morte é a pior notícia que recebi."

BARBOSA LIMA SOBRINHO, escritor: "Prudente de Moraes, neto, é uma figura de homem fora do comum. Um profissional impecável, de grande personalidade e de grande inteligência. Sua ternura habitual fez dele uma pessoa amada por todos. Nunca trabalhamos juntos mas ficamos mais amigos durante os cinco anos no Conselho Administrativo da ABI. Sempre fui partidário da sua candidatura à presidência da entidade porque Prudente colocava acima de tudo sua profissão de jornalista e, acima da sua profissão, a luta pelos direitos do homem e pelas liberdades democráticas."

HÉLIO SILVA, historiador: Conheci Prudente de Moraes, neto, quando morava em São Paulo, no tempo em que dirigi a sucursal de **O País**, antes de 1930. Mas a nossa intimidade e amizade se firmou na Constituinte de 1933 a 1934. Falo com emoção e ternura de um homem que começa a fazer falta ao nosso tempo e à nossa gente. Falta irreparável de um bravo que consumiu conscientemente o que restava da vida de um septuagenário na defesa da liberdade, travando a batalha dos direitos humanos em seu campo, a liberdade de imprensa.

— Sem prejuízo de grandes figuras que honraram a presidência da ABI, três nomes ficarão como altos cumes de uma cordilheira que barra a avalancha das ditaduras: Gustavo de Lacerda, fundador da ABI, que criou como uma trincheira na defesa dos direitos dos jornalistas, Herbert Moses, o grande presidente que soube elevar a ABI através das revoluções e dos golpes, e Prudente de Moraes, neto. Este último, pela sua bravura cívica, pela autoridade intelectual, moral e profissional pôde afrontar os perigos que ameçam a liberdade de imprensa depois de 1964.

Ele tinha uma dupla e pesada cruz sobre os ombros. Cruz gloriosa do renome e dos antepassados ilustres: o avô, grande Presidente Prudente de Moraes, que instalou, dignificou e preservou o poder civil na República, e seu pai, Prudente de Moraes Filho, cujo nome é a legenda da primeira dissidência do Partido Republicano Paulista.

Prudente de Moraes, neto, não caiu sob o peso destas duas legendas, gloriosas mas difíceis de suportar. Ele criou o seu próprio nome como advogado e jornalista, como intelectual e homem político (não filiado a partidos) para coroar uma vida voltada para a defesa dos interesses alheios com o exercício da presidência da ABI, a que deu tudo: inteligência e cultura, coragem e dignidade, enfim, a própria vida.»

AUGUSTO RADMACKER, almirante e ex-vice-presidente: «Fomos colegas do Colégio Pedro II desde 1917. Desde esse tempo ele era líder e pontificava na política e na literatura. Politicamente, sempre teve atuação, principalmente no tempo do Governo Artur Bernardes. Grande advogado, democrata e revolucionário, conspirando desde 1955, esteve ao lado da revolução em 64. Foi uma grande perda como advogado e sobretudo como homem público».

PRADO KELLY, jurista: «Prudente sempre se distinguiu pelo caráter e pela bondade. Fui amigo dele durante 60 anos e senti muito a sua morte».

AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE, Presidente da ABL: «Ele foi meu companheiro desde 1922, um dos expoentes mais admiráveis do País, pelo talento, cultura, correção moral e pela maneira intimorata com que soube lutar pela liberdade de imprensa e pelos direitos humanos».

ODYLO COSTA, filho, jornalista: «Prudente era perfeito na amizade como na escrita. Era um ser moral. Como presidente da ABI, achava fundamental a defesa da liberdade de imprensa».

PASCHOAL CARLOS MAGNO, diplomata: «Este foi, por todos os títulos, um raro exemplar de dignidade humana. Sua perda diminui, substancialmente, o número daqueles que lutaram pela liberdade total do povo brasileiro. Defendeu, como poucos jornalistas, a liberdade do homem».

AMARAL PEIXOTO, senador: «Foi uma grande figura. Um grande exemplo. Um jornalista extraordinário que se revelou nos últimos anos um homem público de grande qualidade. Sua atuação extraordinária revestiu-se de grande discrição. A imprensa brasileira e o País perdem muito».

PEDRO NAVA, médico: «Fui seu companheiro desde o Pedro II. Era uma das figuras mais completas e equilibradas que conheci. Combativo quando preciso, foi homem de oposição quando necessário. Seu nome está ligado ao movimento modernista, do qual foi um dos ases, com a publicação da revista **Estética**».

LÚCIO COSTA, arquiteto: «Foi um brasileiro de primeira grandeza que o Brasil não conheceu suficientemente».

RAIMUNDO FAORO, presidente do Conselho Federal da OAB: «Estamos todos emocionados porque Prudente era uma das mais autênticas consciências democráticas e prestou grandes serviços ao País. O pesar da OAB é imenso porque, graças a ele, nos unimos em torno de uma grande causa: o estado de direito. Participou da revolução de 64, mas o mais importante de sua atividade é que, tendo participado, deu-lhe sempre um caráter democrático. A partir de 68, tornou-se um dos campeões de uma democracia sem adjetivos».

SOBRAL PINTO, advogado: «O desaparecimento de Prudente de Moraes, neto, sobretudo nesta hora, é uma perda extraordinariamente penosa para a democracia brasileira, de que ele foi um dos mais legítimos e sinceros pregoeiros. Ausentando-se, como se ausentou agora, deixa um claro de difícil preenchimento e causa a seus companheiros de luta um sentimento que se experimenta quando se presencia uma catástrofe. Com seu desaparecimento, cala-se uma das vozes mais brilhantes, mais vigorosas e mais necessárias à restauração da ordem jurídica e constitucional brasileira. Ele era uma garantia de que a batalha incruenta pela restauração da liberdade individual e das liberdades públicas no Brasil se realizaria com eficácia e com o predomínio dos princípios jurídicos, políticos e morais pelos quais tanto se bateu, durante a sua vida. A sua partida para a eternidade aumenta o esforço e a responsabilidade daqueles que desejaram sempre que o País vivesse num regime de ordem, mas em que a força estivesse a serviço do direito. A imprensa livre perde um de seus mais valiosos e vigorosos lutadores, pelos direitos e pelos seus princípios».

AFONSO ARINOS, jurista: «Ele foi uma personalidade de importância extraordinária, talvez bem maior do que aquela que se possa aquilatar pelos traços que deixou, porque sempre foi um engajado, não se dedicando à feitura de uma obra pessoal. Participou intensamente da vida política brasileira, com uma coerência intelectual absoluta, guardando sempre as posições que teve, desde a juventude».

OSCAR NIEMEYER, arquiteto: «Foi da maior importância como figura humana. Crítico literário, jornalista. Trabalhamos juntos no Patrimônio. Ultimamente, foi tão útil, na ABI, lutando pela liberdade».

SEBASTIÃO PEREIRA BATISTA, motorista de Prudente há 12 anos: «Eu conheci ele desde os tempos da Light. Era um homem muito bom, que tratava todo mundo igual, faxineiro ou o pessoal da alta, não fazia diferença».

Nos direitos humanos, seu mérito imperecível

Fernando Segismundo

— O mérito imperecível de Prudente assenta na pertinácia, na intransigência, na abnegação com que defendeu os direitos humanos indistintamente — disse Fernando Segismundo, então Presidente em exercício, na saudação da ABI a Prudente, momentos antes da saída do féretro com destino ao cemitério.

TRAGO a Prudente de Moraes, neto, o adeus da Associação Brasileira de Imprensa, por ele engrandecida em tempos de memorável presidência.

Instituição voltada para a cultura, o civismo e a liberdade, teve a ABI, na administração de Prudente de Moraes, neto, um de seus grandes momentos históricos, pelo fervor com que ele se empenhou no cumprimento desse apostolado.

Instruído no ambiente humanístico do Colégio Pedro II e da Faculdade Nacional de Direito; reforçados seus pendores democráticos junto aos elementos populares de que gostava de cercar-se; jornalista por eleição; advogado e educador; intelectual sempre, desde o lançamento de **Estética** até o livro inédito que nos legou: Prudente de Moraes, neto, cumpriu admiravel destino de ativo participante da vida.

A dimensão dessa existência tê-mo-la já; contudo, o tempo há de fixá-la com mestria na medida em que nos formos distanciando na presente emoção. Notável agora, por tantas obras, muito maior será quando, devidamente, forem apuradas suas contribuições à música popular, à literatura, ao Direito, ao jornalismo e à causa das liberdades públicas.

Ampla era a visão que do mundo tinha Prudente de Moraes, neto. Humanista, desse humanismo real que é o amor da criatura, amor feito de admiração, amenidade e tolerância — por sobre crenças religiosas e ideologias políticas — humanista assim, pugnou Prudente por um Estado forte, por uma sociedade ordeira e incorrupta, na qual prevalecessem os direitos inerentes à condição do ser, mormente a liberdade de pensar e de expressão.

Foi assim que nós, da ABI, o conhecemos e vimos agir. Pela palavra oral e escrita; pelo exemplo sobretudo, pois que cidadão simples polido e fraternal foi ele invariavelmente. Das muitas confidências dele ouvidas em conversas ricas e agradáveis, acodem-me duas, que bem retratam sua conduta. A primeira é esta: «Eu atuo escrevendo.» E citava no original a Voltaire: «Moi j'écris pour agir.» A segunda, acompanhava-o desde os bancos escolares: «Suave no modo, mas forte no objetivo.» (Suaviter in modo, fortite in re).

Afeiçoou-se Prudente à ABI de tal maneira que não erraremos considerando a entidade como a maior devoção a quantas se consagrou. Em pouco tempo, ampliou-a, criando-lhe representações no Distrito Federal e em São Paulo. Ao **Boletim** transformou num órgão expressivo de nossa categoria profissional, folha disputada e enaltecida nos meios onde medra a inteligência e vige a esperança. Mas seu mérito imperecível assenta na pertinácia, na intransigência, na abnegação com que defendeu os direitos humanos indistintamente e, em particular, os jornalistas.

Prudente de Moraes, neto, ficará na história do jornalismo pátrio e nos anais da ABI como o paradigma, na luta que tantos e de tão longe vimos travando em favor do indivíduo, da comunidade e da Pátria.

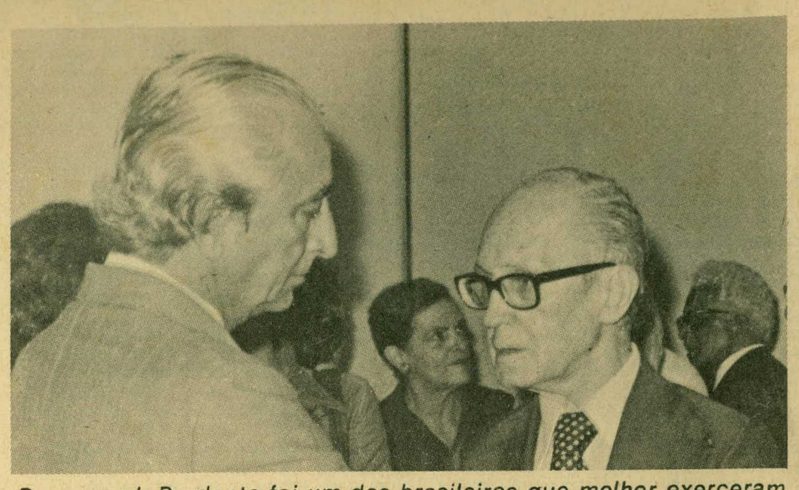
Nos 68 anos da ABI, vigorosa defesa da liberdade.

Diante do esquife, a inteligência do País

Um mundo variado de pessoas desfilou diante do esquife de Prudente de Moraes, neto, no saguão do 9.º andar do Edifício Herbert Moses, desde as primeiras horas da manhã até cerca de 15h30m, quando o féretro saiu para o Cemitério do Caju. Eram jornalistas, intelectuais, políticos, homens de empresa, profissionais liberais, gente de todas as áreas, posições sociais e convicções políticas. Mais de 600 pessoas lhe trouxeram a homenagem de seu pesar; destas, cerca de 400 assinaram os dois livros de presença, nesta ordem:

Emmanuel Stumpf, da Agência Nacional, Brasília; Eliane Furtado e Ricardo Strauss, TV Globo; Arminda Villa-Lobos, pelo Museu Villa-Lobos; Maria do Rocio Schibier, secretária de Prudente na Light; Heitor José; Fernando Ítalo, Rádio Globo e **O Globo**; Maria Euli, Osmar Flores; Gilberto Mendes de Azevedo, presidente do Conselho Nacional do Sesi; dr. J. de Azevedo Barros, em nome do corpo médico da ABI; Paulo Rubens Monte, Mário Magalhães, Waldemiro Gomes Mendes, pelo Jockey Club Brasileiro; Rogério Marinho e Evandro Carlos de Andrade, de **O Globo**; Paulo Fernandes Gonçalves, pelo Centro Taquigráfico Brasileiro; Antônio Cardoso, H. Pereira da Silva, Ronaldo Buarque, Lopo Alegria, Luiz Carlos de Souza, Nilo Braga, Antônio Nery Serrano Neves, pelo Conselho Seccional do Rio da Ordem dos Advogados do Brasil, João Paulo Moreira Burnier, Danilo Marcondes de Souza, Hamilton Dantas Minchetti, Paulo Sérgio de Souza, José Matos da Cruz, Roberto Rocha de Souza, Tobias Pinheiro, José Nunes Pinto, Odete Toledo Antônio Assis de Salles, Mário Pitanga, Tácito Tani, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio, Barra Sobrinho, Gumercindo Cabral, Maurício Azêdo, Mário da Cunha, Pedro Paulo Amaral; Elvira Castelo Branco, Gentil Noronha, Eduardo Pinto Pessoa Sobrinho, Renato Jobim, José Gomes Talarico, Lúcio Rangel, Manoel Lacerda Barbosa, Luiz Gallotti, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Anderson Campos, Alice Ribeiro, Sérgio Cabral, Martinho de Carvalho, Ilmar Carvalho, Pedro Teixeira, Antônio Cunha, Gilson Rebello, Tamar de Castro Almiro Marques Soares, Antônio Carlos da Cunha, Antônio Carlos de Magalhães, Ernesto Dario, Márcia Rodrigues, Lopo Coelho, Carlos Arthur Pitombeira, Jorge Franca, Dahas Zarur, Mário Morel, João Barreto de Menezes, Demétrio Monteiro, Afonso Arinos de Melo Franco, Leon Josefson, Cristovam Breiner, Ivone Gomes, Celso Cunha;

Júlio César Ferreira de Mesquita, pela família Mesquita e **O Estado de São Paulo**, Maria Blandina Neder, Claribalte Passos, Maria Lúcia Amaral, Narceu de Almeida Filho, Guilherme de Figueiredo, José Silveira, Arthur Cantalice, Manoel Antônio Gonçalves, Fernando Pedreira, Alvaro Cotrim, Lúcia Rito, Roque (ilegível o sobrenome), Dulce Alves, Antônio de Oliveira, Armando Martins de Freitas, Nélson Werneck Sodré, Gonzaga Gomes, Pery Cotta, Mauro Dias, Ruy Ribeiro, Renato Gomes Laques, Guilherme Miller, Luiz Lyra, Maria de Nazareth Azêdo, Wilson Martins, Ary de Andrade, Roberto Lyra, Ayrton Ferreira, Thiago Luís Barata Filho, Paulo Roberto Moreira, Fernando Leite Mendes, Altair Thury Filho, Mário Agnello, Alves Pinheiro, Renato Guimarães;



Drummond: Prudente foi um dos brasileiros que melhor exerceram a arte de pensar.

Maria Thereza Sampaio, Gomes Maranhão, Jotaefegê, Roberto Machado, Francisco de Assis Brasil, Wilma Andrade, Espiridião Esper Paulo, Oscar Dias Corrêa, Fausto Cupertino, Federico Carlos Utzeri, Salim Miguel, Leda Maria Pontes, Ariosto Pinto, Miguel Costa Filho, Antônio B. Taques Horta, Luiz Luna, Olympio Marques dos Santos, Otto Lara Rezende, João Clímaco Bezerra, Armando Nogueira, Luiz Edgard de Andrade, Álvaro Guimarães, senador Ernane do Amaral Peixoto, prefeito Wellington Moreira Franco, de Niterói, Alberto do Amaral Osório, Ariosto Cunha Malheiros, Dacy de Sá, Joaquim Ramos, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, Márcia de Almeida, Newton Rodrigues, José Maria de Sá, Monsenhor Vital Brandão Cavalcânti, representando o Cardeal Arcebispo do Rio, Dom Eugênio de Araújo Salles;

Lauro Demôro, Bororó, Hélio Silva, Santos Moraes, Hermes Lima, Raul Floriano, Alexandre Leal, Renato de Paula, Irany de Melo Pereira, Lupércio Eueno de Lacerda, Cícero Brás da Silva, Israel Averbach, Leonor Guedes, James Frederico Clark, Nássara, Norberto Valle, Maria Helena Malta, Raul Azêdo Netto, Luiz Carlos Azêdo, Marcos Aarão Reis, Hélio Ferreira da Rocha, Wilson Rocha Meireles, Edmundo Moniz, Pedro Augusto Guimarães, J. J. Marques Filho, Luís Carlos Marques, Leonel Carvalho da Costa, Geraldo Lopes de Castro, Vera Thaumaturgo Mendes de Moraes, família do marechal Thaumaturgo de Azevedo, Feliciano T. Mendes de Moraes, Arlindo Rocha Duarte, Edmundo Júlio Fróes;

Salvador Caruso, Cândido Ribeiro Barroso, Reginaldo Fernandes, Helena Ferraz, Gilberto Trompowsky, David Antunes, Hilton Itajahy, Joaquim Inojosa, representando a Ordem dos Velhos Jornalistas, Antônio Carlos Machado, Moacyr Camaro, Clemir Bastos, Zilah Monteiro, Luís Carlos da Silva, Hélio Fernandes Filho, José Wamberto, Renato Sóldon, Murilo Gondim, Mário Monteiro, Carlos Chagas Filho, Aziza Farah, Daniel Caminha, Vicente de Paulo Campos Mendonça, Antônio Assis de Salles, Mário Pitanga, Gabriel Athos Pereira, Mário Saladini, Adhemar Gallo, Ramá César, João Duque Estrada Meyer, Antônio Gallotti, Caio Tácito, Alfredo Lamy Filho, Alfredo Machado, Oswaldo Cruz Paiva;

Arthur Bernardes Filho, Sérgio Danilo, Ana Lúcia Magalhães, Lago Burnett, João da Silva Monteiro, Said Farhat, presidente da Embratur, Sérvulo Tavares, Luís Paulo Machado, Paulo Barbosa, Eliseu Freitas, senador Danton Jobim, Ary Nepomuceno, presidente do Sindicato dos Jornalistas Liberais do Rio de Janeiro, Dauro Cavallaro e José Eduardo de Faro Freire, pela Representação da ABI de São Paulo, José Calheiros Bonfim, Eurico Serzedelo Machado, Antônio Henrique Lago, Carlos Gonçalves, Ana Arruda, Antônio Callado, Jorge Aquino Filho, Antônio dos Santos Dias, Antônio Carlos Villaça, Edgard Catoira, Maria Luíza Catoira, Octávio Thyrso, Hélio Hélio Fernandes, Ledo Ivo;

Jayme Santana Rebello, Mário Augusto Jackobskind, Antônio Peixoto Filho, Wanor Pereira de Oliveira, Felisberto Caldeira Brandt, Cecy Nery, Carlos Alberto Rodrigues Pereira, Roberto Marinho, Canor Simor Coelho, João Antônio Mesplé, Lota e Jayme Buarque de Hollanda, Benjamim Albagli, presidente da Associação Brasileira de Educação, Pompeu de Souza, João Serpa, Héstia Ribeiro Barroso, João Guilherme de Aragão, Edmar Morel, Dario de Almeida Magalhães, Wilson de Oliveira, Lourival Coelho, Pedro Nava, Raymundo Souza Dantas, Fichel Davit Chargel, Reginaldo de Souza Aguiar, Ivan Paixão França, Nilson Viana, Therezinha Barbosa, Jurandy Ferreira, Luiz dos Santos;

José C. da Silva, José Rubem Fonseca, Carlos Alberto Pinheiro, Armando Peixoto, Men de Sá, Arnaldo César, André Luís Azevedo, Regina Célia de Freitas Barreiros, Aor Ribeiro, Austregésilo de Athayde, presidente da Academia Brasileira de Letras, Mário Barbosa, Juraci Dantas, Júlio César Oliveira Dias, Maria Stella e Plínio Pinheiro Guimarães, Berta Sichel, Othon Sidou, Moacir Werneck de Castro, Milton Pereira do Nascimento, Abel Pereira, Sampaio Leitão, Franklin Campos, Nieta Penido Nava, Américo Jacobina Lacombe, pela Casa de Rui Barbosa, Jô Amado, editor do jornal **Posição** de Vitória, ES;

Paulo Ferreira Pires, Vicente Cascardo, Flávio Magalhães Pinto, Geraldo Santos de Oliveira, Marcelo Auler, Deodato Maia, Alberto Rajão, Sérgio de Andréia, Jair Rubim dos Santos.

Na missa, uma oração pela liberdade de imprensa

Dom Geraldo de Ávila

Na homília que pronunciou na missa de sétimo dia em intenção de Prudente, celebrada na Catedral Metropolitana a 28 de fevereiro, Dom Geraldo de Ávila, Bispo Auxiliar e Vigário Geral do Rio de Janeiro, disse que a morte de homens como ele dá à Nação "a oportunidade de descobrir valores que é chamada a viver e propagar" Dom Geraldo citou momentos da vida de Prudente para fazer a defesa da liberdade de imprensa: "O homem moderno necessita da informação completa, honesta e precisa, para se situar nas contínuas vicissitudes do mundo em que vive, para se adaptar às novas condições e circunstâncias que exigem de sua parte decisões convenientes". Aqui, o texto completo de sua oração.

É BOM QUE, de vez em quando, a comunidade nacional seja convocada a parar, diante de um de seus filhos, para que em torno de seu nome e de seu testemunho possa meditar na sua vocação de nação e possa recordar o seu destino. A passagem e a morte de seus grandes homens tem-lhe dado a oportunidade de descobrir neles valores que é chamada a viver e propagar. São oportunidades que a própria Providência oferece a esta querida Pátria, que tem sua missão, recebida na primeira missa, de viver e anunciar os grandes valores do homem, a começar do valor da Fé. O Brasil estará, assim, sempre lembrado de proclamar à consciência de seus filhos e de lhes recordar que a busca desses valores é sua vocação.

Na madrugada do dia 21 de dezembro passava para a eternidade um filho do Brasil, carioca do Rio Comprido, onde nasceu a 19 de maio de 1904. Vivera à busca de ver concretizados os seus ideais de democracia e liberdade. Neto do primeiro Presidente civil do Brasil e filho de um grande deputado, bacharel da Faculdade de Direito da antiga Universidade do Brasil, manifestou desde cedo interesse pelas letras e pela literatura. De memória prodigiosa, por todos apreciada, e de inteligência perspicaz, aguda e de interesse diversificado, conhecia Filosofia, Economia, Direito, Literatura e outras mais. Mais importante que a sua grande cultura foi sua vivência de homem que buscava com todos conviver, numa autêntica sede de fraternidade e amor. Trouxe no sangue esta vocação à fraternidade, à justiça, à liberdade e por isso não era de estranhar que ao tomar posse de Presidente da ABI, em 1975, tivesse manifestado assim o seu programa: «A única idéia, que nos anima é a defesa da liberdade». Jornalista autêntico, ele dizia: «A liberdade é pressuposto do lídimo exercício da nossa profissão».

Em março, de 1976 defendia para a imprensa quatro direitos: o direito de informar, o direito de acesso à informação, o direito de opinar e o direito de criticar. Ele podia fazer com autoridade esta reivindicação, porque obedecia «à lei fundamental do verdadeiro comunicador: sinceridade, honestidade, verdade» (Paulo VI — Em Comunio et Progressio). Seu anseio era a comunhão e o progresso da convivência humana, fins primordiais da autêntica comunicação. (Paulo VI — Ibidem).

O homem moderno necessita da informação **completa, honesta e precisa**, para se situar nas contínuas vicissitudes do mundo em que vive, para se adaptar às novas condições e circunstâncias que exigem de sua parte decisões convenientes. Só assim pode desempenhar papel ativo na sua comunidade, participando na vida econômica, política, social, cultural e religiosa. Mas, para que isso aconteça é preciso que de um lado a comunidade política lhe garanta os meios de informação, e de outro, ele precisa poder confiar nos comunicadores, que não manipulam a comunicação, mas que completa o homem e lhe dá condições de superação de si mesmo para atingir ideais que sozinho seria impossível alcançar.

Nesta missa, rezemos a Deus que acolha Prudente de Moraes, neto, na vida eterna que Ele preparou para todos aqueles que com reta consciência buscam a verdade e a verdadeira felicidade e rezemos também para que todos os valores evangélicos distribuídos em profusão aos corações dos homens e por eles vividos sejam penhor de uma humanidade mais feliz e fiel a Jesus.